

Identidade, Cultura Política e Políticas Públicas: Saberes e Práticas Interdisciplinares

Organizadores:

Edson Romário Monteiro Paniagua

Sara de Sousa Fernandes Epitácio

Danilo Pedro Jovino



MINISTÉRIO DA
CULTURA

I Fórum Permanente de Cultura Brasileira da UNIPAMPA- Campus São Borja

2017/2018

Livro: Identidade, Cultura Política e Políticas Públicas: Saberes e Práticas Interdisciplinares.

Ficha Técnica

Reitor: Marco Antônio Fontoura Hansen

Vice-Reitor: Maurício Aires Vieira

Diretor Campus São Borja: Ronaldo Bernardino Colvero

Coordenador Acadêmico: Muriel Pinto

Coordenador Administrativo: Luis André Padilha

Comissão de Ensino:

Coordenador do Curso de Ciências Humanas: Nola Gamalho

Coordenador do Curso de Ciências Sociais – Ciência Política: Edson Paniagua

Coordenador do Curso de Jornalismo: Marco Bonito

Coordenadora do Curso de Relações Públicas: Carmen Abreu

Coordenador do Curso de Publicidade Propaganda: João Antônio Gomes

Coordenador do Curso de Serviço Social: José Wesley Ferreira

Mestrado em Comunicação e Indústria Criativa: Vivian Belochio

Mestrado em Políticas Públicas: Angela Quintanilha Gomes

Especialização em Políticas e Intervenção em Violência Intrafamiliar (EPIVI):

Cesar Beras

Especialização em Metodologia: Carmen Nogueira

Representante Docente: Cesar Beras

Representante Discente: Ewerton Ferreira

Diretório Acadêmico de Ciências Humanas

Diretório Acadêmico de Jornalismo

Diretório Acadêmico de Publicidade e Propaganda

Diretório Acadêmico de Relações Públicas

Comissão de Organização e Processamento Técnico da Emenda Parlamentar

(COPTEP)

Muriel Pinto - Coordenador Acadêmico

Luis André Padilha - Coordenador Administrativo

Gustavo de Carvalho Luiz - Coordenador Técnico

Cesar Beras - Representante docente na Comissão de Ensino

Bolsistas do Fórum:

Gabriel Bolzan

Luana Espíndola

Recursos destinados por emenda parlamentar da Deputada Federal Maria do Rosário

Recursos operacionalizados junto ao Ministério da Cultura (MINC) - Governo Federal

Identidade, Cultura Política e Políticas Públicas: Saberes e Práticas Interdisciplinares

2018

*"Os autores de cada capítulo respondem individualmente
e são totalmente responsáveis pelo respectivo conteúdo publicado".*

© Dos autores - Todos os direitos reservados - 2018

Produção Gráfica e Impressão:

Polimpressos - (49) 3554.2430



Centro Latino-Americano
de Estudos em Cultura

CNPJ 13.448.301/0001-24 – OSCIP: 08071.003994/2015-89

Sede: Rua Marechal Deodoro, nº 377, Anexo Cajuá – Centro. CEP 96300-000 - Jaguarão/RS - Brasil
www.claec.org – contato@claec.org – Telefone: (45) 984229343

Editor-chefe: Bel. Bruno César Alves Marcelino - Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura
e Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Brasil

Editores-Assistentes: Lic. Agnaldo Mesquita de Lima Junior, Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura e Universidade Federal do Rio Grande, Brasil; Bela. Amanda Basílio Santos, Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura e Universidade Federal de Pelotas, Brasil; Lic. Rocheli Regina Predebon Silveira, Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura e Universidade Federal de Santa Maria, Brasil; Bel. Ronaldo Silva, Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura e Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Brasil;

Conselho Editorial

Dra. Ahtziri Erendira Molina Roldán, Universidad Veracruzana, México
Dra. Denise Rosana da Silva Moraes, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil
Dr. Djalma Thürler, Universidade Federal da Bahia, Brasil
Dr. Daniel Levine, University of Michigan, Estados Unidos
Dr. Fabrício Pereira da Silva, Universidade Federal Fluminense, Brasil
Dr. Francisco Xavier Freire Rodrigues, Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil
Dra. Isabel Cristina Chaves Lopes, Universidade Federal Fluminense, Brasil
Dr. José Serafim Bertoloto, Universidade de Cuiabá, Brasil
Dra. Marie Laure Geoffray, Université Sorbonne Nouvelle – Paris III, França
Dra. Ludmila de Lima Brandão, Universidade Federal do Mato Grosso, Brasil
Dr. Marco Antonio Chávez Aguayo, Universidad de Guadalajara, México
Dra. Sandra Catalina Valdettaro, Universidad Nacional de Rosario, Argentina
Dra. Susana Dominzain, Universidad de la República, Uruguay
Dra. Suzana Ferreira Paulino, Faculdade Integrada de Pernambuco, Brasil
Dr. Wilson Enrique Araque Jaramillo, Universidad Andina Simón Bolívar, Ecuador

I19 Identidade, cultura política e políticas públicas:
saberes e práticas interdisciplinares / organizadores
Edson Romário Monteiro Paniagua, Sara de Sousa
Fernandes Epitácio e Danilo Pedro Jovino. –
Jaguarão, RS: CLAEC, 2018.
152p.

ISBN: 978-85-93548-09-3

1. Cultura 2. Identidade social 3. Cultura política 4.
Política pública I. Paniagua, Edson Romário Monteiro II.
Epitácio, Sara de Sousa Fernandes III. Jovino, Danilo
Pedro

CDU: 316.7

Bibliotecária: Dilva Carvalho Marques – CRB-10/583

SUMÁRIO

Prefácio	7
Apresentação	9
PAMPA E IDEÁRIO GAÚCHO: leitura a partir do conceito de paisagem <i>Victor da Silva Oliveira e Nola Patrícia Gamalho</i>	11
Do romance ao filme, “Neto Perde a sua Alma”, o barqueiro Tabajara Ruas navega nas franjas da história, da memória e da identidade da fronteira oeste do Rio Grande do Sul <i>Edson Romario Monteiro Paniagua, Ronaldo Bernadino Colvero e Sandro Silva</i>	26
AS VOZES DA FRONTEIRA: São Borja, a Ponte da Integração e a UNIPAMPA. <i>Daniel Etcheverry</i>	41
CULTURA E IDEOLOGIA: A ditadura civil-militar e alguns de seus reflexos na democracia brasileira. <i>Camila de Almeida Silva</i>	57
ASPECTOS CULTURAIS NOS MOVIMENTOS SOCIAIS: Uma análise a partir da literatura da área e de pesquisa empírica. <i>Gerson de Lima Oliveira</i>	70
CULTURA POLÍTICA E IDENTIDADE RELIGIOSA: aportes sociológicos sobre a inserção evangélica na política. <i>Rafael Bruno Gonçalves</i>	80
ENTRE FANTOCHES E TUIUTIS: cultura política popular e a conjuntura pós-impeachment. <i>Jonivan de Sá</i>	95
SAÚDE DA FAMÍLIA: percepção dos usuários do esf3 sobre o atendimento prestado à comunidade. <i>Renan F da Silva Carvalho; Angela Quintanilha Gomes</i> ...	107
POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS: estudo de caso sobre o município de Nova Esperança/PR. <i>Gustavo de Carvalho Luiz; David Lorenzi Júnior...</i>	122
POLÍTICAS EDUCACIONAIS EMERGENTES: as ações do PET História da África da Unipampa. <i>Muriel Pinto; Anderson Pereira Córrea; Edemar Rivieira de Almeida Filho</i>	140

PREFÁCIO

Talvez o maior de todos os paradoxos da política resida no fato de ser justamente no plano da igualdade democrática, das relações reversíveis por ela instaurada, em torno da determinação das coisas comuns a todos, que se instale necessariamente a controvérsia.

[...]

A dinâmica política do Estado baseia-se sobretudo em trabalhar sobre essas desigualdades sempre novamente produzidas pelo desenvolvimento histórico da sociedade e, também por isso, a política é “invenção continuada” (FURTADO, 2008, p. 20).

As palavras de Furtado, muito nos revelam sobre a obra ora apresentada. A materialização de uma “invenção continuada” verte de suas páginas, povoadas de distintos olhares sobre temas diversos, todos afeitos à Ciência Política, em suas variadas vertentes.

O material que o Curso de Ciências Sociais – Ciência Política, da Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja, produz e compartilha com a comunidade representa, com propriedade, a formação humanística e abrangente buscada pelo referido Bacharelado ao traçar seus objetivos.

Com efeito, a obra transita, com andar marcadamente interdisciplinar, entre temáticas que expõem uma região dotada de particularidades, lançando mão tanto de fatos pretéritos quanto de seu retrato atual, de modo a ser fiel à formação da identidade local. O caráter fronteiriço do município de São Borja, cidade histórica que faz divisa com Santo Tomé, na Argentina, ganha especial destaque, como não poderia ser diferente, dado que a sua localização – e todos os fatores que a circundam – se faz determinante para o baixo índice de efetividade de políticas públicas, como a obra revela, por exemplo, ao abordar o sistema de saúde no município.

Na mesma trilha, a obra oferta análises dotadas de riqueza ímpar, as quais investigam de que forma a Ponte da Integração (1997), fruto de intensa luta, e a instalação de uma universidade federal em São Borja (2006), impactam o cenário em termos sociais, econômicos e culturais.

Neste caminho, a cultura é ponto alto, examinada sob diferentes vieses. Quem se debruçar sobre as páginas adiante, encontrará texto que se dedica a traçar diálogo entre personagem ficcional – General Netto, do célebre “Neto perde sua alma” – e os conceitos de memória histórica, individual e coletiva, bem como com a questão da identidade. Além da profundidade da análise, impossível não aplaudir a forma de abordagem do tema, com transversalidade entre Ciência Política e cinema, algo inimaginável nas mentes de muitos, ainda presos ao ensino tradicional,

mas revelado possível e qualificado em local distante dos grandes centros, mas não das grandes ideias e ideais.

É neste caminho que os elementos da paisagem do Pampa, que poderiam ser presos à grade da Geografia (fechamento com o qual não se compactua, por óbvio), libertam-se da fragmentação, entrelaçam-se com a Ciência Política e ganham estudo enquanto fatores que romantizam o ideário gaúcho nesta região tão rica em potenciais diversos, mas explorada em segmentos restritos, como herança de sua história.

A cultura se manifesta, ainda, em suas relações com a ideologia, abordando reflexos da ditadura militar não somente na chamada Terra dos Presidentes, mas na América Latina. Marca sua presença, de igual sorte, em instigante estudo sobre a centralidade de aspectos culturais nos movimentos sociais, tão destacados no panorama atual, e que não poderiam passar despercebidas por um bacharelado conectado com o que foi, o que é e que será, mas sem descurar do que deve ser.

Como demonstração da amplitude de conexões possíveis à Ciência Política, as manifestações culturais populares, como o carnaval, são examinadas frente à conjuntura política pós impeachment. Ainda abrindo as cortinas do universo que esta área possibilita, a inserção evangélica na política é alvo de investigação, centrada das identidades religiosas e em seus discursos.

Trata-se, portanto, de obra que perpassa temáticas distintas, característica que também é inerente a uma das suas subáreas, qual seja, a das políticas públicas, todas tratadas de modo transversal ou direto – neste último sentido, vale pontuar que a questão da efetivação da Política Nacional dos Resíduos Sólidos, em sua faceta municipal, é enfrentada.

Por derradeiro, mas sem qualquer pretensão conclusiva, fundamental enaltecer o mundo da vida que se faz presente em cada linha, demonstrando o quanto a Ciência Política possui inserção para além de aspectos meramente teóricos. A invenção continuada está viva, e pode ser conferida por aqueles que fizerem a bela escolha de desbravar as páginas adiante.

Profa. Dra. Lisianne Sabedra Ceolin
UNIPAMPA – Campus São Borja

APRESENTAÇÃO

Ao realizar uma breve busca nos principais periódicos da área de Ciência Política no Brasil é possível notar a ausência de artigos que usam recursos audiovisuais como referencial analítico. Esse diagnóstico, apesar de precoce, reforça o argumento de que no quesito diversidade de recursos didáticos a Ciência Política está bem distante da História, Sociologia e Antropologia¹ (Craciun, 2004). Essas três últimas áreas, já na segunda metade do século XX, incorporaram o cinema como um dispositivo de análise sócio-histórica, tal precocidade muito se deve a ampliação do conceito de documento histórico para além da escrita textual. Essa incursão no mundo das imagens ocorreu com tal força que, para alguns marcos históricos, a utilização de produções cinematográficas tornou-se uma referência imprescindível. Para exemplificar é possível citar a Segunda Guerra, no qual a memória e referências que alimentamos sobre esse acontecimento é em boa parte resultado da exaustiva produção cinematográfica produzida. Vale ressaltar que ao discorrer sobre produções cinematográficas estamos falando de uma seleção de memória, que reforça determinados fatos em detrimento de outros, ou seja, trata-se de um campo de tensão e seleção da memória, da história e da política.

O presente livro ***“Identidade, Cultura Política e Políticas Públicas: saberes e práticas interdisciplinares”*** do Curso de Ciências Sociais e Ciência Política da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, campus São Borja/RS, é o resultado de um trabalho e esforço coletivo.

Na origem e no estímulo dessa obra está o ***“1º Fórum Permanente de Cultura Brasileira”***, promovido no segundo semestre do ano de 2017, através de uma parceria entre a Direção do Campus São Borja e à Coordenação Acadêmica e Administrativa.

A partir desse impulso inicial várias iniciativas foram encorajadas, dentre elas o projeto “CINE- “BRASIS” Cultura e Identidade a partir do Cinema Brasileiro”. Tratou-se de um trabalho em conjunto alicerçado no argumento de que a diversidade de recursos didáticos é um importante aliado no ensino das Ciências Sociais. Essa incursão ao mundo das imagens deslocou docentes e discentes de suas zonas de conforto para o inquietante espaço de diálogo com a sétima arte. As seguintes questões foram eminentes- Como dialogar com imagens? Como analisar obras cinematográficas preocupadas muitas vezes com questões estéticas em uma fonte, ou documento, capaz de dialogar com o contexto sociopolítico?

A resposta a esses desafios não tardaram a aparecer, pois a cada

¹ CRACIUN, C. Teaching Political Science at the Movie; Political Science after the Enlargment: Chanllenges to the Discipline; Charles University; Prague,2004 . Disponível em<https://www.researchgate.net/publication/242231307_Teaching_Political_Science_at_the_Movies>. Acesso em 25.fev.2018.

encontro o debate parecia cada vez mais promissor. São exemplos positivos dessa experiência o debate a partir de filmes como “*Macunaíma*”, “*Quanto vale ou é por quilo*”, “*Neto perde a sua alma*”, “*Policarpo Quaresma, o Herói do Brasil*” e “*Machuca*”. Em cada uma dessas películas buscou-se discutir e problematizar a identidade, a cultura política e às políticas públicas, com os aportes teóricos das Ciências Sociais e da Ciência Política. Nessa mesma perspectiva realizou-se no dia 05 de dezembro também do ano de 2017, no auditório do campus II da Universidade Federal do Pampa a palestra, “*Luta Política e Identidades Culturais Brasileiras*”, pelo Profº. Drº Bruno Lima Rocha – UNISINOS – São Leopoldo/RS.

Essas atividades, aliadas aos interesses de pesquisa dos professores do Curso de Ciências Sociais – Ciência Política, produziram reflexões profícias, pois nos capítulos apresentados temos historiadores, geógrafos, antropólogos, sociólogos, filósofos e cientistas políticos. Essa significativa formação acadêmica, presente no Curso de Ciências Sociais – Ciência Política, produz uma obra onde os saberes e os fazeres sobre a Identidade, a Cultura Política e as Políticas Públicas permitem olhares interdisciplinares, de modo que a complexidade das relações sociais, culturais e políticas nos apontam para a necessidade cada vez premente desses diálogos.

Edson Romário Paniagua
Sara de Sousa Fernandes Epitácio
Danilo Pedro Jovino

PAMPA E IDEÁRIO GAÚCHO: leitura a partir do conceito de paisagem

Victor da Silva Oliveira²
Nola Patrícia Gamalho³

Resumo: A construção de uma identidade ocorre baseada em distintas ocorrências que buscam afirmar elementos da história de uma sociedade que não necessariamente representam as contradições da relação do homem/meio, homem/homem e, ainda, as leituras evidenciadas entre o sujeito e o objeto. A evocação do ideário gaúcho faz uso de parte do processo de constituição histórica do estado do Rio Grande do Sul, sobretudo da vinculação do trabalho no meio rural. O presente artigo identifica quais os elementos da paisagem do pampa no sul do Brasil prevalecem na afirmação do ideário gaúcho. Fez-se uso das transformações da abordagem do conceito de paisagem na ciência geográfica lidas em expressões musicais tradicionalistas que buscam retratar a vinculação do sujeito gaúcho com o espaço/meio pampa. Os resultados evidenciam a exaltação de uma harmoniosa em relação a uma paisagem romantizada do pampa que obscurece as inúmeras contradições existentes na formação social do estado em detrimento da afirmação de um ideário mitificado.

Palavras-chave: epistemologia geográfica; Rio Grande do Sul; cultura.

INTRODUÇÃO

Diversas ciências fazem uso do conceito de paisagem na definição de objetos de investigação ou como método de análise. Mesmo fora da academia é massificado o uso como expressão do senso comum. No entanto, a Geografia tem neste conceito um dos seus arcabouços teóricos, debruçando-se a partir de diferentes perspectivas epistemológicas na trajetória da ciência, estabelecendo as relações entre o objeto paisagem, o sujeito homem e suas interfaces.

Não obstante, a construção de identidades culturais ocorre por bases diversas, entre elas, justamente, elementos da paisagem, sobretudo em espaços com vinculação estreita entre o meio rural e a construção histórica da sociedade. A afirmação de determinados aspectos da paisagem, que, não necessariamente, guardam relação com experiências efetivamente ocorridas pelo conjunto de uma sociedade, trazem consigo o poder de forjar um ideário que elege e camufla manifestações a partir de critérios previamente estabelecidos, geralmente por forças hegemônicas (NAME, 2010).

² Geógrafo, Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor substituto do curso de Licenciatura em Ciências Humanas da Universidade Federal do Pampa, campus São Borja. victorsoliveira@hotmail.com

³ Geógrafa, Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora adjunta do curso de Licenciatura em Ciências Humanas da Universidade Federal do Pampa, campus São Borja. nolagamalho@yahoo.com.br

As formas de expressão e massificação do ideário elencado ocorre de distintas maneiras, desde meios escritos, como poesias e poemas, ou meios orais, como músicas e até festejos com ‘critérios para participação’. No caso do ideário gaúcho não é diferente. O estado, com formação marcada pela desigualdade regional oriunda de uma diversidade, desde natural até econômica, tem uma identidade cultural mítica cunhada, entre outros aspectos, por elementos da paisagem do bioma pampa e é constantemente afirmada em músicas regionalistas que evidenciam distintos vieses na sua definição.

Dessa forma, como elementos da paisagem do pampa são vinculados à afirmação do ideário gaúcho na música regionalista? O presente artigo identifica essas características a partir do conceito de paisagem oriundo da ciência geográfica. Além da introdução, o texto está estruturado em quatro partes. No segmento do texto, apresenta-se uma revisão de literatura teórica sobre o conceito de paisagem em diferentes escolas do pensamento geográfico. Posteriormente, são apontados aspectos da formação histórica do pampa, tanto naturais como sociais. Na quarta parte, são levantados fragmentos de músicas regionalistas que trazem a paisagem do pampa como um meio para afirmação do ideário gaúcho. Por fim, são tecidos alguns comentários a título de considerações finais,

O CONCEITO DE PAISAGEM NA CIÊNCIA GEOGRÁFICA

Name (2010) analisa o processo de construção de identidades e o fato da constante relação – direta ou indireta – com a paisagem, sobretudo em espaços que possuem marcas culturais com o meio rural, como a apropriação do meio pelo trabalho e a peculiaridade dessa inter-relação. De forma material, como aspectos propriamente da natureza, ou imaterial, da relação estabelecida pelo homem com o meio, são extraídos elementos que afirmam uma identidade, não necessariamente generalizada, no entanto, difusora de concepções e interpretações de perspectivas concebidas por um grupo que se pode tomar enquanto dominante dentro da estruturação da sociedade local. Resgatar essas relações e compreende-las em manifestações artísticas possibilita identificar elementos da paisagem na afirmação de um ideário cultural, no entanto, para realizar esse esforço cabe refletir sobre a gênese do conceito.

Os usos e concepções de paisagem são diversos, adentram o senso comum e são expostos desde a pré-história em pinturas rupestres de representações dos ambientes conhecidos e/ou percepções do mesmo. No entanto, o conceito é caro à ciência geográfica. Juntamente com os conceitos de território, espaço, lugar e região, as noções de paisagem formam parte do arcabouço teórico da ciência geográfica. Dessa forma, Moraes (2014) discorre sobre as transformações apresentadas pelas diferentes

escolas geográficas, oriundas em concordância com o contexto histórico e as implicações do amadurecimento da ciência geográfica, imprimirem repercuções nas concepções e abordagens dos seus conceitos-chave como a paisagem.

Gomes (2000), ao tratar região na epistemologia da ciência geográfica, aponta a ocorrência de constantes embates entre abordagens distintas dos conceitos e da percepção dos objetos desta ciência. O primeiro embate, que permeou a reflexão no início do século XX, é oriundo da relação entre determinismo e possibilismo. Nessa relação a geografia preocupava-se especialmente pela influência que as condições naturais exercem sobre a humanidade e a individualidade dos fenômenos a partir dessa relação homem-meio. Na escola geográfica alemã, destaca-se Friedrich Ratzel (1844-1904) e sua obra ‘Antropogeografia’, que, em suma, congrega o estudo das influências que as condições naturais exercem sobre a humanidade.

Em momento posterior, durante a década de 1920, o possibilismo contrapõe a premissa do determinismo. Nessa corrente o meio continua tendo peso na definição da paisagem, no entanto, considera o trabalho humano no ambiente, propondo a noção de “gênero de vida”, do francês Paul Vidal de La Blache, sintetizando a forma específica que cada grupo em sua “maneira de ser” realizam uma adaptação ao meio a partir de heranças culturais transmitidas pelo hábito.

Apesar da peculiaridade da concepção das relações entre o homem e a paisagem física, tanto a escola alemã – determinista – quanto a francesa – possibilista – possuem unicidade em alguns aspectos, os quais destacam-se dois. O primeiro é a excepcionalidade dos fenômenos observados, sendo que em ambas as concepções de paisagem busca-se, através da descrição exaustiva das condições físicas e das relações com o homem, destacar o caráter único daquele conjunto de elementos. Esse fato levara a geografia francesa a críticas ao caráter eminentemente idiográfico das suas contribuições, questionando-se, assim, a viabilidade científica, como apontou Sauer (1998).

O segundo aspecto é a descrição factual da paisagem. Ambas as escolas, por intermédio do método descritivo e de abordagem positivista, assumem a paisagem como um elemento concreto, cartesiano, cabendo ao geógrafo identificar a combinação de elementos que a caracteriza; no determinismo, o meio natural; no possibilismo, a relação entre o homem e o meio.

Ambos os aspectos, que trazem unicidade às abordagens tradicionais da geografia em relação à paisagem, suscitaram críticas as mesmas, como já mencionado. Dessas novas concepções foram propostas novas abordagens do conceito. Uma destas é apresentada por Sauer, em 1925, na sua obra “A morfologia da paisagem” (1998), que antepõe a perspectiva positivista da descrição da paisagem. Segundo o autor:

A paisagem geográfica é uma generalização derivada da observação de cenas individuais (...) o geógrafo pode descrever a paisagem individual como um tipo ou provavelmente uma variante de um tipo, mas ele tem sempre em mente o genérico e procede por comparação. (Sauer 1998, p.24).

Percebe-se, na contribuição do autor, a superação da visão romantizada da paisagem, ressaltando que os elementos descritos como componentes não configuraram uma escolha aleatória, porém recoberta por contemplações prévias e genéricas de outras paisagens. Do aprofundamento da abordagem e da composição ideográfica do tratamento do conceito até então, Sauer (1998) propõe uma sistematização para viabilização científica, dividindo a paisagem em natural e cultural. A primeira são as supostamente não influenciadas por qualquer tipo de ação humana, a primeira natureza como denomina Santos (1997) que, cada vez mais, deixa de existir. A segunda insere o homem na paisagem natural, considerado a partir das suas marcas na mesma, nas formas de vida, locomoção, produção, alimentação, etc. Dessa concepção, o autor aproximou a geografia com uma peculiar maneira de pensar a cultura, por intermédio das marcas que o homem infere nas paisagens.

Outro embate presente na trajetória da ciência geográfica fora justamente a necessidade de percepção da peculiaridade das manifestações na paisagem, porém sem desprender-se de leis e formulações gerais para possíveis comparações, correlações e síntese. Fruto desse embate, modificam-se as concepções da ciência geográfica a partir da década de 1930: a paisagem deixa de ser um produto em si, com relações que compõe o “gênero de vida” ou a “paisagem cultural”. Diferentemente da concepção da geografia tradicional, em que a paisagem era factível, cabendo o geógrafo desvendá-la, uma das heranças da geografia pragmática para a reflexão sobre a paisagem está na sua consideração como palco das atividades humanas. Baseado em metodologias neopositivistas, basicamente matemáticas e a-históricas, a paisagem tornou-se uma variável não viva.

Por fim, o terceiro embate confere atenção aos critérios para consideração do conceito. Durante a segunda metade do século XX, a medida que ocorria a intensificação do processo de mundialização da economia e da inserção de novos agentes na arena decisória mundial – como os financeiros – evidenciava-se a face contraditória do processo de globalização. De forma combinada e desigual, os fixos são materializados e os fluxos circulam segundo uma lógica eminentemente segregada, que define uma apropriação do espaço mundial em acordo com as possibilidades de reprodução da lógica vigente (Santos, 1997). Com fundamentação marxista, a geografia crítica preservou o método oriundo da geografia pragmática no tocante à aceitação da análise da paisagem de acordo com distintas variáveis de influência do homem no meio.

Por outro lado, enquanto na pragmática os critérios eram definidos pelas possibilidades de maximização do capitalismo, a geografia crítica concebe como critérios gerais para a percepção da paisagem as possibilidades de uso e apropriação da mesma a partir da divisão territorial do trabalho e ao processo de acumulação capitalista, que produz e distingue espacialmente possuidores e desposuídos, assumindo a divisão sócio-espacial do trabalho e a forma que esses espaços se organizam para manter as características que lhe dão unidade. Busca-se compreender a paisagem, portanto, por intermédio das contradições impostas da exploração do trabalho sobre ambiente natural e as relações peculiares provindas dialeticamente.

Dentre estas concepções do conceito de paisagem que dialogam não apenas com as transformações sócio-produtivas experienciadas no mundo como as nuances da epistemologia da geografia e seus embates teórico-metodológicos. Salgueiro (2001) afirma que, no despertar do interesse pelo conceito de paisagem para as explicações geográficas, a corrente humanista destaca-se. Dentre as contribuições da geografia humanista, Frémont (1974) aponta o deslocamento de foco da consideração de paisagem do factual, do físico/ecológico, para o fenomenal, o modo de ver a paisagem, a relação entre o sujeito e o objeto. Trata-se de uma revalorização estética da paisagem que se diferenciado ambiente e da natureza justamente por existir segundo a forma que o homem a percebe.

Em paralelo às concepções de paisagem oriundas da geografia crítica em que se busca evidenciar as contradições entre a imposição do trabalho sobre o meio, Lacoste (1977) considera a paisagem abordada na geografia humanista como máscara dos conflitos capitalistas a partir de uma ilusão de harmonia entre o sujeito e o objeto. O tratamento da paisagem e a escolha dos elementos que a caracterizam e são evidenciados, de acordo com o autor, são realizados por grupos dominantes que definem o que se deve revelar ou esconder.

Name (2010) aponta que com a reproduzibilidade em mídias diversas da concepção hegemônica de paisagem atrelada à cultura, um número maior de pessoas passa a ser atingido pelo discurso pretendido o qual jamais é imparcial, positivista, como propuseram as reflexões primeiras de paisagem na geografia. O autor ainda adverte para a abstração representada pelo conceito de paisagem não é somente o objeto, tampouco o sujeito, mas a inter-relação complexa existente entre ambos.

Ao aproximar as questões advindas da trajetória de transformação do conceito de paisagem nas escolas geográficas com as possibilidades de afirmação de determinados aspectos de uma cultura que se configura boa parte da inter-relação com o meio, pode-se indagar quais aspectos estão sendo revelados/escondidos? Há maior intersecção do elencado com quais concepções de paisagem?

Por definição da breve revisão realizada, a hipótese que se sustenta

é da afirmação de concepções hegemônicas alheias às contradições do processo de formação histórica que descreve elementos romantizados da paisagem com a finalidade de fomento de uma identidade cultural específica e que dialoga com determinados elementos da paisagem natural e da relação do homem com esta.

PAMPA: CARACTERÍSTICAS, OCUPAÇÃO E MARCAS NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE GAÚCHA

A pretensão nesse tópico é de estabelecer uma caracterização geral do bioma pampa e da organização social forjada na ocupação do Rio Grande do Sul, vinculando-a à construção da identidade do gaúcho com o pampa, destacando características presentes na articulação entre da paisagem do pampa e as relações sociais historicamente construídas. Dessa maneira, uma reflexão profunda é preterida pelo apontamento de aspectos gerais que posicionam agentes predominantes na relação com a paisagem do pampa, buscando detalhes da formação territorial do Rio Grande do Sul nas obras citadas.

O bioma pampa brasileiro está contido, em sua totalidade, no território do Rio Grande do Sul, estendendo-se por Argentina e Uruguai. Cobrindo pouco mais de 2% do território nacional e 63% do sul-rio-grandense, a paisagem natural do pampa é coberta, basicamente, por serras de declividade média e baixa e planícies, assim como pequenas elevações regionalmente denominadas de coxilhas.

Associada ao domínio das pradarias, a vegetação do pampa tem predomínio de campos nativos que, durante os primeiros ciclos econômicos do estado, serviram de alimento nativo para os rebanhos bovinos. No entanto, matas ciliares e formações arbustivas são encontradas em situações pontuais.

Há um diálogo estreito entre a peculiaridade natural do Rio Grande do Sul e a sua ocupação, especialmente pela potencialização das primeiras atividades econômicas. A história de formação do território sul-rio-grandense está estruturada sob fases de ocupação influenciadas por políticas de incentivo à ocupação/colonização por razões econômicas e, ainda, pela conjuntura colonial brasileira. Diversos foram os momentos de incentivo do governo para a fixação de população no território gaúcho, primeiramente em grandes propriedades rurais e, após, em minifúndios produtores de alimentos agrícolas.

A organização social onde está situado o pampa gaúcho possui relação direta com as primeiras incursões europeias no Brasil Meridional que, segundo Brum Neto (2007), foram realizadas pelos padres espanhóis jesuítas, em 1634, com a finalidade de introduzir os índios ao catolicismo, ensinar-lhes técnicas de plantio, criação de gado – compondo os primeiros

rebanhos bovinos no Estado –, ler e escrever. Localizados nas proximidades dos Rios Piratini e Jacuí, os grupos indígenas foram organizados em pequenas reduções jesuíticas, no século XVII, e começaram a sofrer constantes ataques de bandeirantes que visavam à obtenção da mão de obra indígena para trabalhar no sudeste do país. Ações que Singer (1968) denomina como expedições de rapina, distingindo-as das correntes povoadoras que fixaram população em determinadas regiões do país.

Por conta destas interferências dos bandeirantes, muitas delas violentas, os padres jesuítas viram a necessidade de abandonar as reduções em 1638⁴, deixando no território do Rio Grande do Sul o rebanho bovino. Este rebanho, devido às condições fisiográficas favoráveis do bioma pampa (vegetação, relevo e clima essencialmente), se multiplicou acintosamente, causando sua dispersão e criando, posteriormente, condições para a instalação de uma economia baseada na pecuária extensiva que marcou também suas práticas culturais.

Os primeiros a deixarem sua marca no que veio a constituir a cultura gaúcha foram os indígenas. Em maioria de origem Guarani, no pampa e nas áreas litorâneas e elevadas, diversos grupos étnicos que ocupavam/transitavam dentro dos limites físicos de cada porção do Estado – e mesmo fora do que atualmente é o Rio Grande do Sul – que, apesar de possuírem peculiaridades, carregavam características comuns.

Do ponto de vista português, o povoamento oficial do Rio Grande do Sul ocorreu, de acordo com Bernardes (1997), um século mais tarde. Para a ocupação das áreas devolutas, que se tornavam um problema militar para a Coroa Portuguesa, foram cedidas sesmarias a militares e civis na tentativa de proteção territorial a partir de sua ocupação. De acordo com a determinação da Coroa, era concedida uma sesmaria – que correspondia a uma área de três léguas ou 13.068 ha – para cada indivíduo.

Foi neste período e por conta dessas ações de Estado que, segundo Zarth (2002), nasceram os latifúndios sul-rio-grandense situados sobre o bioma pampa. À medida que a Coroa tomava a atitude de viabilizar a defesa do território a partir da concessão de grandes extensões de terra, estava embrionada a atual estrutura socioeconômica e cultural presente na porção sul do Estado do Rio Grande do Sul.

O estrato social segregado na época, além do indígena, era composto pelos escravos africanos, introduzidos a partir de 1773 nas estâncias de gado, passando a ser fundamentais no desenvolvimento das atividades ao passo que estas cresciam em número e área pelo pampa. Porém, foi somente a partir das charqueadas que a presença do sujeito negro se intensificou.

Nesse sentido, Brum Neto (2007, p. 93) corrobora afirmando que:

4 Posteriormente, em 1682, os padres jesuítas retornam ao Estado à serviço da coroa espanhola, fundando as missões. Sete delas estavam situadas onde atualmente é o Estado do Rio Grande do Sul e outras 23 estavam no Paraguai e na Argentina.

A riqueza gerada pela pecuária, sobretudo pelo charque, desenvolveu a sociedade gaúcha, no que se refere à intelectualidade das famílias mais abastadas e a estruturação dos núcleos mais urbanos, como Pelotas. E, na outra extremidade da pirâmide social encontravam-se os escravos, que constituíam uma parte da propriedade dos seus senhores, mas não possuía nenhum bem. Não tinham nem mesmo liberdade de expressão.

A posição econômica do Rio Grande do Sul no contexto brasileiro era clara neste período: a principal atividade econômica do Brasil estava nas fazendas cafeeiras no Sudeste do país, que tinham como mão de obra os escravos. Kliemann (1986, p. 17) descreve a posição econômica do Estado, afirmando que “[...] com o desenvolvimento da pecuária e da charqueada, o Rio Grande do Sul passa a ocupar posição subordinada em relação ao resto do país, voltado para o extrativismo e para a monocultura de exportação”.

Essa divisão territorial do trabalho no período das fazendas cafeeiras no sudeste e nas charqueadas no sul marcou o ingresso da economia sul-rio-grandense no sistema capitalista de produção. A acumulação de capital e poder político por parte dos estancieiros vinha tornando-se um marco na perspectiva política e territorial do estado, pois, a partir destes, os próximos ciclos econômicos tiveram sua localização e posição mercantil definida.

Nesta breve revisão da formação territorial do Rio Grande do Sul e do próprio bioma pampa foi buscado salientar apenas alguns aspectos da complexa e vasta história do estado, com agentes e interesses diversos, assim como a manifestação desses culturalmente. Tais aspectos foram elencados devido à possibilidade de serem contrapostos à hipótese formulada que versa sobre a ocorrência em músicas regionalistas de concepções hegemônicas alheias às contradições do processo de formação histórica do estado. As quais descrevem elementos romantizados da paisagem com a finalidade de fomento de uma identidade cultural específica que dialoga com determinados elementos da paisagem natural e da relação do homem com esta.

Reflexões como a de Guedes (2009) buscam retratar, justamente, a exacerbação de um imaginário de identidade do gaúcho e seus feitos heroicos como uma necessidade de afirmação e culto glórias de outrora que visam, entre outros objetivos, criar uma identidade e “orgulho gaúcho”. Isso vem a resultar em simplificação das grandes desigualdades forjadas na diversidade do povo gaúcho, das relações de exploração do trabalho e da posição subalterna frente ao contexto nacional.

O trabalho de construção de identidades não é assimilado de maneira simples e espontânea. Há necessidade de uma constante repetição por intermédio de meios variados para a sua incorporação e aceitação majoritária pela população. Nesse sentido, Bourdieu (1999, p. 135) afirma

que essa prática possibilita que “o passado se perpetue na longa duração da mitologia coletiva”. Refletindo especificamente da difusão da identidade do gaúcho que ressalta aspectos previamente definidos, Guedes (2009, p.55) ressalta que:

A cultura gaúcha e fronteiriça tem características peculiares, sendo muito rica em símbolos e imagens [...] as manifestações da linguagem oral e escrita misturam heranças populares e eruditas, sendo mais significativos os adágios, os ditados populares, as frases comparativas, os “causos”, as lendas, as quadrinhas e a trova – representações de um conjunto de valores sociais, ideológicos, políticos, morais, que constituem a memória gaúcha, fruto do Imaginário, e, ao mesmo tempo, produzem e reproduzem atitudes que mantém vivo este mesmo Imaginário, persuadindo as gerações mais novas, pela repetição continuada, a inculcarem esses valores, mantendo-se, de uma forma mais ou menos homogênea, a “identidade” cultural do gaúcho, baseada no mito dominante do “homem-herói”.

No caso do ideário sul-rio-grandense, intencionalmente de forma parcial e distorcida, buscou-se estabelecer uma figura de sujeito viril, livre, conciliadora, em contato direto e harmônico com a natureza, com ideais assumidos como uniformemente presentes na sociedade. A presença do pampa para a afirmação dessa identidade é tratada, entre outros estudos, em reflexões como a de Vieira e Henning (2014), podendo, no entanto, ser realizada uma leitura dessa aproximação a partir das distintas concepções de paisagem da trajetória da ciência geográfica e evidenciar, por intermédio de músicas regionais, como é tecida a aproximação do pampa com a afirmação da identidade gaúcha.

A PAISAGEM DO PAMPA E A AFIRMAÇÃO DO IDEÁRIO GAÚCHO

Diversas manifestações culturais buscam, cada uma com sua peculiaridade, descrever e ressaltar hábitos dos homens perante seu meio. No caso da música regionalista do Rio Grande do Sul, esse esforço tem como uma de suas abordagens principais a aproximação do gaúcho com o pampa, evidenciando aspectos da paisagem natural e atrelando-as a um passado de glória, um presente de superação e uma relação harmônica homem/natureza e homem/homem. Como brevemente descrito nos tópicos anteriores, apenas a diversidade do bioma já confere complexidade à simplificações. Estas se tornam mais latentes ao serem atreladas às relações sociais existentes nesse espaço.

Dessa forma, ressalta-se a pertinência da possibilidade de serem revisadas expressões culturais, como a música, enquanto um

instrumento capaz de massificar afirmações de um discurso que não está, necessariamente, atrelado à realidade histórica, mas é difusor de um efeito de verdade propositalmente ressaltada. Assim, resgata-se trechos de canções regionalistas com a pretensão de vincular elementos da paisagem do pampa à afirmação do ideário gaúcho.

Obviamente, é impensável resgatar toda a obra regional, logo essa limitação leva o esforço de centrar-se na busca por elementos em músicas que ligam direta ou indiretamente a possibilidade de reflexão sobre a perspectiva de paisagem nela inserida, mesmo que implicitamente. O primeiro trecho selecionado relata especialmente aspectos naturais da paisagem do pampa:

Sou grito do **quero-quero** / No alto de uma **coxilha** / **Sou herança das batalhas** / **Da epopeia farroupilha** / Sou rangido de carreta / Atravessando picadas / Sou o próprio carreteiro / Era boi, era boiada / Era era boi Brasino / Era era boi Pitanga / Boi Fumaça, Jaguaré / Olha a canga. (Me comparando ao Rio Grande, Iedo Silva)

Ressalta-se nessa canção os elementos da paisagem expostos com vinculação direta ao natural o “quero-quero no alto de uma coxilha” e vinculá-los a uma “epopeia farroupilha”, entrelaçando aspectos da primeira natureza intocada como distintivos das vitórias de outrora e da identidade do pampeano.

Não são poucas as músicas que, assim como a citada, relatam as imensidões dos campos nativos do pampa, muitas vezes mencionados como “campomar” em seu contraste com um céu azul e sua combinação poética com os animais, cavalo e gado bovino principalmente, que constituem um cenário de exaltação divina da natureza e harmônica com o homem e enaltece um amor pela terra e orgulho dela pertencer. A imbricação entre essa natureza romantizada e esse homem valente e orgulhoso da sua querência tem, de acordo com Oliven (2006), construindo a imagem do gaúcho vinculado ao pampa. No trecho a seguir novamente é exposto a relação próxima entre o orgulho de ser gaúcho com o pampa:

Quem é do garrão da pátria / Alma sangue e procedência / **O amor pela querência** / Traz retratada na estampa / Retovos de casco e guampa / No repertório da lida / Pra que o sentido da vida / Finque **raízes na pampa** (Apaysanado, César Oliveira e Rogério Melo)

A relação entre homem e meio, no entanto, costumeiramente é exposta em uma desvinculação do homem como pertencente ao meio. Existe a aproximação entre os elementos da paisagem com o homem, porém estando ele posicionado como um elemento exógeno, sobre a natureza e que extraí os benefícios dessa relação, à paisagem como palco das relações.

Essa sobreposição não apenas se dá na relação do homem com o meio, mas, também, entre os homens enquanto sujeitos. O patrão proprietário da terra se sobrepõe aos demais expondo a contradição da constante evidencia do homem livre enaltecido. A canção a seguir retrata essas questões:

Herdei um campo onde o patrão é rei / Tendo poderes sobre o pão e as águas / Onde esquecidos vive o peão sem leis / De pés descalços cabresteando mágoas / O que hoje herdo da minha grei chiruá / É um desafio que a minha idade afronta / Pois me deixaram com a guaiáca nua / Pra pagar uma porção de contas (Herdeiro da Pampa Pobre, Gaúcho da Fronteira)

Contradições como essas são decorrentes, a exaltação do gaúcho livre contradiz constantemente a história de formação do estado. Como mencionado, a escravidão não apenas existiu como foi parte significativa do trabalho nas estâncias presentes no pampa sul-rio-grandense. Essa foi a principal atividade econômica do estado que, em posição secundária frente à economia nacional, perdurou por várias décadas.

No entanto, parte significativa do cancionero regionalista pouca ou nenhuma atenção remete ao trabalho não livre, que figurou como componente da cultura estadual. Remete-se, com frequência, ao trabalho livre e os heroicos feitos desses que não negavam as intempéries postas pelas belas paisagens do pampa e, tampouco, fugiam de conflitos para definição de fronteiras, forjando assim, um cantar do orgulho de pertencimento e liberdade. A canção a seguir reflete essas contradições, inclusive no título:

Enquanto o gaúcho for visto no **pampa** / Enquanto essa raça teimar em viver / O **grito dos livres** ecoará nesses montes / Buscando **horizontes libertos na paz** / No grito do índio, o grito inicial / Há cheiro de terra no próprio ideal / De **amor à querência liberta nos pampas** / Gerada na estampas do próprio ancestral / A nova raça cresceu e traçou limites / Que bem demarcam a extensão dos ideais / E o mesmo povo hoje repete o grito / Alicerçado nas raízes culturais / A liberdade não tem tempo nem fronteiras / **O homem livre** não verga e não perde o entono / Vai repetindo a todos num velho grito / Passam os tempos mas a terra ainda tem dono (Grito dos livres - João de Almeida Neto)

Outra contradição evidenciada é a utilização do pampa pra traçar uma conjuntura de integração entre Brasil, Argentina e Uruguai pelo fato do pampa estender-se por estes. A forma como o homem se relaciona com a paisagem em seus afazeres cotidianos, especialmente na tropilha a cavalo, costumeiramente é afirmada de modo transfronteiriço, enunciando a existência de um ambiente vinculado à paisagem do pampa onde que inexistem fronteiras e há integração cultural.

A Pampa é um país com três bandeiras / e um homem que mateia concentrado, / seus olhos correm por sobre as fronteiras / que o fazem tão unido e separado! / **A Pampa é um lugar que se transcende**, / fronteiras são impostas pelas guerras; / “y el gaúcho”, com certeza, não entende / **três nomes, três brasões pra mesma terra!** / **O campo a se estender, imenso e plano**, / alarga o horizonte “mas allá”... / Talvez seja por isso que o pampeano / enxerga além... De onde está! / **Assim é o povo fronteiro, / tropa, cavalo e tropeiro** / vão na mesma vez... / **Pátria e querência na estampa**, / somos um só nesta pampa, / mas se contam três... / Por que se contam três? / Meu verso vem de Jaime e Aureliano, / de Rillo e Retamozo um céu azul! / Sou Bento e Tiaraju, **heróis pampeanos da forja desse Rio Grande do Sul!** (Pampa, Joca Martins)

Por fim, situa-se dois fragmentos de canções que enaltecem uma vinculação direta entre o orgulho de pertencimento do ser gaúcho com o pampa, esse retratado de forma romanzizada com traços de um tempo que “já não pertence mais”, visto o afastamento cada vez mais intenso na paisagem natural. Não obstante, a segunda canção, citada na sequencia, afirma o pampa como constante na identidade até mesmo do gaúcho já não residente em meio a paisagem natural, mas aquele indivíduo urbano que levou consigo o pampa e o que ele representa.

Expressões como estas ressaltam a influencia do cancioneiro – entre outras manifestações – na formação contínua de um ideário gaúcho, haja vista o distanciamento de parte significativa da população com o meio rural, com a paisagem do pampa. No entanto, o constante resgate e difusão por esses meios configura a exaltação de um passado glorioso que tem no pampa um dos elementos românticos, belos e intocados.

Meu canto crioulo é qual pasto nativo / Que brota com força e se estende na pampa / Juntou rebeldias pelas recolutas / Da raça mais bruta herdou essa estampa / É grito tropeiro, é mugido de tropa / E assim se alvorota pedindo bolada / Cincerro de bronze chamando a tropilha / Clarim farroupilha anunciando alvorada / Curtido a minuano e a pó de mangueira / A berro de touro e relincho de potro / Moldei este canto praino campeiro / Por ser verdadeiro é sinuolo pra os outros / Se quedou então Regional / Pela tradição que traduz o seu jeito / **Tendo sentimento de pátria no sangue / E amor ao Rio Grande** batendo no peito. (Regional, Cesar Oliveira e Rogério Mello)

Vou num carro são / Sigo essa frente fria / **Pampa a dentro e através** / Desde o que é / Libres sigo livre / E me espelho sob o céu / Que estende tanta luz / **No campo verde a meus pés** / O que vejo lá? / Mata nativa instiga o olho / Que só visa me levar / Sobe fumaça branca / E a pupila se abre pra avisar / Se há fumaça, há farrapos por lá / Eu acho que é bem / **Eu indo ao pampa / O pampa indo em mim** Indo Ao Pampa - Vitor Ramil)

Elementos da paisagem do pampa, como demonstrado, são amplamente utilizados para a afirmação de uma identidade gaúcha. Essa vinculada a um passado heroico e uma relação de harmonia com o meio. Cabe aqui realizar uma interpretação à luz das reflexões da epistemologia da paisagem na ciência geográfica. A descrição romantizada da paisagem do pampa no cancioneiro aproxima-se com as primeiras compilações sobre o conceito na geografia tradicional, não apenas como método, mas pela determinação do modo de vida do gaúcho, explorada especialmente pela relação harmoniosa do homem e o trabalho do campo e o orgulho proveniente dessa.

A forma como é tratada em boa parte das canções analisadas pode ser classificada como a paisagem cultural trazida por Sauer (1998), uma vez que os indícios da e na paisagem são referidas constantemente como elementos que tecem essa relação, gerando indícios de determinação no ser gaúcho devido a paisagem natural.

No entanto, na música “Herdeiro da Pampa Pobre”, a relação estabelecida é distinta. Ao situar o homem como “rei” de um campo de pampa herdado, o homem não é visto como um sujeito da natureza, mas se sobrepõe a essa. Tal perspectiva, em que a paisagem é palco para as relações e para a explorações do homem foram traçadas pela geografia pragmática que visou, em suma, ampliar a exploração do meio.

De todas as interpretações possíveis de serem realizadas a partir das escolas geográficas, a atribuição de identidade junto às expressões culturais do Rio Grande do Sul, nos remetem a principalmente duas: a humanista e a crítica. Esta primeira, que situa a forma de percepção do homem sobre a paisagem e busca interpretar justamente os elementos fundantes dessa relação, vincula a necessidade de compreensão e interpretação dos elementos majoritariamente selecionados para serem valorizados e vinculados ao ideário gaúcho.

Como demonstrado, parte significativa dos elementos selecionados tratam de evidenciar virtudes do gaúcho livre enquanto obscurece elementos formadores de parte da população sul-rio-grandense, que sofreram com o cerceamento de direitos sociais básicos, entre estes a liberdade. Não por acaso, como postula Lacoste (1977), elementos são obscurecidos.

Trata-se, assim, de inserir as premissas de paisagem trazidas pela geografia crítica, especialmente a necessidade de esclarecer elementos não aparentes e questionar a os elementos eleitos para a definição do ideário através da paisagem e quem realiza tal seleção. Como resgatado na formação histórica do pampa, a subordinação econômica e a centralidade expressa por São Paulo no auge do ciclo do charque, demonstra a incapacidade de ocorrência de uma relação de integração entre Brasil e Uruguai. Isso se dá pelo fato da existência do pampa em ambos, haja vista a política protecionista realizada pelo governo central barganhado pelos

proprietários das charqueadas – os “reis do pampa” – para dificultar a importação do produto uruguaio e manter a produção no sul do Brasil.

Assim, postas as leituras possíveis da utilização da paisagem do pampa através do cancionista regionalista, nota-se que uma leitura crítica possibilita não apenas questionar os elementos elencados, mas a existência da necessidade de evidenciar quem os seleciona. Qual a razão e a pertinência do ideário formulado estar em constante busca por reafirmação, atrelando a uma harmoniosa relação entre a paisagem do pampa e o homem?. Na proposta trazida neste trabalho, permanecem mais dúvidas que respostas, no entanto, alguns comentários podem ser tecidos em caráter de considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não por acaso, a ciência geográfica contribuiu para a reflexão sobre o conceito de paisagem. Apesar de outras cátedras fazerem uso do mesmo, este está no cerne da geografia, cabendo aos geógrafos que pretendem revisitá-lo perceberem as suas expressões na sociedade. Ao tratar-se essas expressões, no entanto, tornam-se perceptíveis as contribuições diversas que as formas de vinculação da paisagem a um ideário de identidade podem tecer. Desde a manifestação de uma natureza romantizada, flertando com os quadros naturalistas, até formas de mascarar as contradições existentes em uma sociedade tão diversa como a gaúcha em prol da exaltação de uma figura quase mítica, heroica, livre e que vive em constante harmonia com o meio natural.

Dessa forma, houve confirmação da hipótese inicialmente levantada. Os elementos da paisagem do pampa, que são majoritariamente afirmados no ideário gaúcho, versam sobre um passado de glórias ocorrido em um ambiente de natureza límpida, sem fronteiras, de homens livres, vegetação e fauna abundantes, que inserem desafios ao homem que, bravamente, os supera e leva o amor ao pampa para ambientes não rurais.

No entanto, a resposta da pergunta que norteou essa pesquisa permite evidenciar outros questionamentos de maior pertinência para a reflexão entorno da construção do ideário gaúcho e sua vinculação com o pampa em expressões culturais como a música. Ao trazer elementos da escola crítica, foi possível ampliar a percepção para elementos não aparentes do tratamento da paisagem é essencial. É preciso, também, debruçar-se sobre quem são os agentes que definem a eleição dos elementos expressos no tradicionalismo gaúcho, quais as razões para suplantar a grande parte das contradições da formação de um estado que possui expressiva composição da cultura de minorias e mesmo da maioria da população, como os estratos sociais marginalizados do cancionista, do homem negro não livre, do indígena e da mulher.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNARDES, Nilo. **Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul**. Ijuí: Unijuí, 1997.

BRUM NETO, Helena. **Regiões culturais**: a construção de identidades culturais no Rio Grande do Sul e sua manifestação na paisagem gaúcha. Dissertação de Mestrado – UFSM, Santa Maria, 2007.

FRÉMOUT, Armand. **Les profondeurs des paysages géographiques**. Autour d'econves, dans le Parc Régional Normandie-Maine. L'espace géographiques, 3(2), Paris, 1974.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. O conceito de região e sua discussão. In. CASTRO, Iná Eli et al. **Geografia**: conceitos e temas. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

GUEDES, Berenice Lagos. **O Mito do Gaúcho e suas repercussões na História da Educação do Rio Grande do Sul**. Revista Tempos e Espaços em Educação, v. 2, 2009.

KLIEMANN, Luiza Helena Schmitz. **RS**: terra e poder – história da questão agrária. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

LACOSTE, Yves. **A quoi sert le paysage?** Qu'est-ce um beau paysage. Hérodote, v. 7, p. 3-41, 1977.

MORAES, Antônio Carlos. **Geografia**: pequena história crítica. São Paulo: Hucitec, 1994.

NAME, Leo. **O conceito de paisagem na geografia e sua relação com o conceito de cultura**. GeoTextos, vol. 6, n. 2, dez. 2010.

OLIVEN, Ruben George. **A parte e o todo**: a diversidade cultural no Brasil-nação. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

SALGUEIRO, Teresa Barata. **Paisagem e geografia**. Finisterra, XXXVI, 72, 2001.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1997.

SAUER, Carl. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA; Rozendahl (Orgs.). **Paisagem tempo e cultura**, Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo: Editora da USP, 1968.

VIEIRA, Virgínia Tavares; HENNING, Paula Corrêa. Os modos de fabricar a natureza do Rio Grande do Sul na música pampeana. **Anais...** X ANPED Sul, Florianópolis, 2014.

ZARTH, Paulo Afonso. **Do arcaico ao moderno**: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX. Ijuí: Ed.Unijuí, 2002.

Do romance ao filme, “Neto Perde a sua Alma”, o barqueiro Tabajara Ruas navega nas franjas da história, da memória e da identidade da fronteira oeste do Rio Grande do Sul.

Edson Romario Monteiro Paniagua⁵

Ronaldo Bernadino Colvero⁶

Sandro da Silva⁷

EPITÁFIO⁸

Mi Patria

Es la frontera

Caravagada no pó

Mergulhada nas aguas

Batizada na pólvora

E a única morte livre

É nessa pátria

A fronteira

Resumo: O presente artigo analisa a partir da narrativa cinematográfica, de “Neto Perde a sua Alma”, produção que se origina no romance com a mesma denominação, do romancista e cineasta Tabajara Ruas, a presença da história, da memória e da identidade da fronteira oeste do Rio Grande do Sul em tempos de modernidade liquefeita. O personagem principal, o General Neto, apesar de ficcional, no seu leito de morte, nos conduz entre a história, a memória e a identidade da fronteira oeste do Rio Grande do Sul. A análise tem como material empírico, o filme em diálogo com um aporte teórico das ciências sociais e da história, além de uma produção historiográfica específica para a Revolução Farroupilha. Para alcançar o nosso objetivo, dividimos a análise nas seguintes partes: na primeira, apresentamos um breve contexto histórico e historiográfico sobre a Revolução Farroupilha; na segunda buscamos refletir sobre os conceitos de memória histórica, memória individual, memória coletiva e identidade, nos fornecendo o substrato teórico; na terceira, “pinçamos” alguns elementos históricos e historiográficos presentes na narrativa cinematográfica; na última parte analisamos a presença da memória e identidade na obra em questão. Apesar da ficção está fortemente marcada na narrativa cinematográfica, a história, a historiografia, a identidade e a memória se fazem presentes, não podendo ser consideradas ficcionais.

Palavras-chaves: Cinema; História; Memória; Identidade; Fronteira.

5 Professor Adjunto nos Cursos de Ciências Sociais – Ciência Política e Ciências Humanas – Licenciatura da Universidade Federal do Pampa – campus São Borja/RS. Drº em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo/RS, e Coordenador do Curso de Ciências Sociais – Ciência Política, campus São Borja/RS.

6 Professor Adjunto nos Cursos de Ciências Sociais – Ciência Política e Ciências Humanas – Licenciatura da Universidade Federal do Pampa – campus São Borja/RS. Drº em História pela Pontifícia Universidade Católica – PUC do Rio Grande do Sul – Porto Alegre.

7 Bacharel em Ciências Sociais – Ciência Política pela Universidade Federal do Pampa – campus São Borja/RS. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa – Campus São Borja/RS e Graduando do Curso de Ciências Humanas – Licenciatura da Universidade Federal do Pampa – Campus São Borja/RS.

8 Edson Romario Monteiro Paniagua.

INTRODUÇÃO:

No romance e no filme, “Neto perde a sua alma”, a Guerra do Paraguai (1864-1870) é o ponto de inflexão para que o personagem, o General Neto, no leito de morte, busque algumas de suas memórias da Revolução Farroupilha. É preciso situar esse fato histórico que marcou o período Regencial do Império Brasileiro (1831-1840) e da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

A Revolução Farroupilha, (1835-1845) guerra civil que por ocasião da proclamação da República Rio-Grandense em 1836, foi decretada a independência da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Esse rompimento político ameaçou seriamente a unidade territorial do então nascente Império Brasileiro, inserindo-se no contexto das revoltas que também se desenrolam nesse período em outras províncias.

No bojo dessa guerra civil, estava a elite estancieira da campanha Rio-Grandense. Durante as três primeiras décadas do séc. XIX essa elite foi o braço armado do Império Luso Brasileiro, conquistando e demarcando as fronteiras políticas do Império Brasileiro no extremo sul do continente americano. O descontentamento político e econômico com a Corte, no Rio de Janeiro, rebelou essa elite que durante dez anos lutou contra o Império Brasileiro e retorna em 1845 ao Império, para defender as fronteiras, as suas fronteiras. A ação humana é paradoxal, contraditória e o líder da Revolução farroupilha e o personagem ficcional, o General Antônio de Souza Neto, não escapa dessas dimensões.

No “Ofício de Historiador”, seguindo Marc Bloch (2001) e a formação nos leva apontar e a situar um breve estado da arte, pois a Revolução Farroupilha é um dos principais fatos da História do Rio Grande do Sul. A sua produção historiográfica é significativa. Podemos situa-la em dois momentos. O primeiro a partir daquilo que Gutfreind (1992) denominou de matriz historiográfica lusitana, ou seja, os portugueses como os únicos construtores do Rio Grande do Sul e na esteira desse processo está a Revolução Farroupilha com seus líderes e heróis, entre o mais destacado, Bento Gonçalves da Silva. O segundo, uma produção crítica que situa o interesse econômico, político e as concepções políticas da Revolução Farroupilha que estava longe de ser coesa, mas envolta em disputas internas. Uma revolução feita pela e para elite estancieira. Entre esses trabalhos podemos citar: Leitman (1979), Flores (1985), Guazzelli (1997) e Padoin (1999).

A historiografia do séc. XXI como destacou Silva, (2015) tem enfocado a atuação política dos líderes da Revolução Farroupilha, após o seu desfecho em 1845. Entre esses líderes estão Francisco de Sá Brito e David Canabarro que estiveram atuantes, principalmente na década de 50 do séc. XIX na fronteira oeste do Rio Grande do Sul. (PANIAGUA, 2012).

Nessa produção recente, também se insere Silva (2015) com sua dissertação de mestrado, “*Trajetória e atuação política de Antônio de Souza Netto*

1836-1866.” O autor destaca a pouca produção referente atuação e trajetória de Antônio de Souza Netto. Para buscar preencher essa lacuna historiográfica, revisou a literatura produzida e as fontes primárias se concentram nos periódicos, “O Correio Mercantil”, “O Diário do Rio de Janeiro”, os Anais referentes à Revolução Farroupilha (no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – Porto Alegre), as correspondências gerais e de militares e os relatórios do império. Nessa diversidade de documentação, as evidências e a análise critica não possibilitaram chegar ao General Antônio de Souza Netto em si, mas tangenciar a sua ação política de um homem fronteiriço numa zona de fronteira⁹, chegando ao que se propõem o historiador, “... a veracidade... a qualidade daquilo que é verídico; ou como aquilo que é passível de ser considerado verdadeiro.” (BARROS, 2014).

MEMÓRIA HISTÓRICA, COLETIVA E INDIVIDUAL

O registro dos fatos em documentos oficiais e não oficiais de uma sociedade, o seu armazenamento e o compartilhamento, nos permite e induzem acessar alguns fios da memória de um passado, mas de forma incompleta no presente.

De acordo com Rios (2013) a memória é definida como um fenômeno coletivo. Desse modo para, “confirmar ou recordar uma lembrança, não são necessários testemunhos no sentido literal da palavra, ou seja, indivíduos presentes sob uma forma material e sensível (HALBWACHS, 2006, p. 31)”, ou documentos como no ofício do historiador.

A memória histórica diferentemente da coletiva é aquela responsável por fazer o registro dos processos históricos da humanidade. Permite-nos reconstituir contextos sociais, panoramas dos acontecimentos que foram registrados a partir do presente. O acesso a essa memória, geralmente se da por meio dos livros de história e a sua relevância esta justamente localizada na construção de identidades ao articularem-se com a memória individual e coletiva.

Ao assumirmos a ideia de que a memória é construída dentro dos quadros sociais em que os diversos indivíduos estão inseridos e nessa perspectiva cada sujeito carrega em si lembranças constituídas através da relação com o outro, sua construção também reside na territorialidade, ou seja, se dá pela relação empregada com espaço vivido e de vivência.

Para Halbwachs (2006) a memória individual se constitui dentro do contexto de um grupo social, porém assume o caráter particular em

⁹ Zona de Fronteira ou fronteira zona é a região de aproximação e integração entre as sociedades, através dos contatos de várias formas que possibilitam a articulação e o surgimento de interesses de natureza socioeconômicos. Ver mais em: REICHEL, Heloisa Jochims; GUTFREIND, Ieda. Fronteiras e guerras no Prata. São Paulo: Atual, 1995.

virtude de não ser um fato em comum e compartilhado pelo grupo. Salienta que “para evocar o próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transporta pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade” (HALBWACHS, 2006, p. 72). O ambiente, local onde as experiências da vida humana ocorrem, molda o comportamento do indivíduo, isto ocorre porque os fatos sociais atuam de forma coercitiva sobre as consciências individuais, pois:

as lembranças mais difíceis de serem recuperadas são justamente aquelas relacionadas a eventos que vivenciamos sozinhos, pois nesses casos, não podemos contar com o auxílio de ninguém mais para mantermos vivas essas experiências em nossos pensamentos. Incomunicáveis, elas tendem a desvanecer (RIOS, 2013, p. 4-5).

A memória individual se constrói a partir das lembranças constituídas nos diferentes grupos sociais, espaço onde os indivíduos interagem. Mesmo que uma determinada lembrança pertença somente a um indivíduo, estas estão permeadas por pessoas e fatos que integram o processo de interação social de cada sujeito, e esta é responsável pela produção e retenção, sendo lócus de referência para reconstituição de memória.

Halbwachs (2016) destaca que as lembranças se organizam de duas maneiras: a primeira ocorre se aglutinando em torno do ponto de vista de uma determinada pessoa (memória individual); a segunda se da construindo imagens que compõem a totalidade das sociedades e este aspecto refere-se à memória coletiva.

Portanto, por um lado, os seres humanos têm uma memória que corresponde a sua personalidade e suas particularidades, porém as adquirem “*status*” de comuns a outros humanos e que pertencem a um grupo, a memória correspondente é a coletiva. As duas memórias têm função de apoio uma a outra e se cruzam com frequência para formar lembranças. Nesse caso “a memória coletiva contém as memórias individuais, mas não se confunde com elas [...] estas mudam de aparência a partir do momento em que são substituídas em um conjunto que não é mais uma consciência pessoal” (HALBWACHS, p. 72, 2006). Logo uma fração das experiências vividas por um grupo se constitui na memória individual, que nada mais é que a absorção da energia das forças sociais por cada indivíduo configurando o seu comportamento a partir de diversas forças que empregar energia sobre os sujeitos. De acordo com (RIOS, 2013, p. 5) “mesmo quando constrói lembranças baseadas em experiências individuais, o sujeito precisa recorrer a instrumentos que lhe são fornecidos pelo meio social, tais como as ideias e as palavras.”

A sociedade influência no comportamento humano e também no que é lembrado, esquecido ou censurado. A memória para Halbwachs (2006) consistiria na formação de imagens do passado construídas no presente,

porém estas imagens seriam parciais, e estabelecidas a partir das relações dos grupos com o meio social e sua posição. O modo como percebemos os eventos é determinado pela sociedade, no aspecto das convenções coletivas, e estas submetem os sujeitos organizando sua experiência no tempo e no espaço. O espaço desenvolve um papel fundamental no sentido em que os grupos visam projetar sua imagem, estabelecem valores e modos de vida, “Desse modo, a fixidez do espaço permite que os grupos possam objetivar suas memórias e identidades, como acontece no caso dos monumentos, prédios históricos e todo o patrimônio arquitetônico cultivado por determinado grupo” (RIOS, 2013, p. 7).

As memórias cumprem uma espécie de função quando o tempo e o espaço adquirem uma padronização, fazendo com que as memórias permaneçam vivas no presente, através da formação da identidade. As raízes de um grupo se originam no passado e sobrevivem ao tempo por meio do registro das memórias que se materializam no espaço, assim o modo de vida, por exemplo, de um grupo, confere a um indivíduo ou a um grupo no presente, a possibilidade de identificarem-se com a memória preservada mantendo-a viva e a cultivando. “A constituição de memórias envolve não só experiências vividas diretamente, mas também, experiências herdadas, aprendidas, transmitidas aos indivíduos pelos grupos através do processo de socialização” (RIOS, 2013, p.9). Inequivocamente, a socialização ocorre através de uma linguagem e dependendo da qual for utilizada, não necessita ser precisa no caráter do tempo, podem assumir uma seletividade e serem complementadas de maneira fantasiosa em alusão aos interesses envolvidos e o cinema é uma dessas linguagens.

A IDENTIDADE

A memória e a identidade também podem ser compreendidas como uma construção social. Pode-se definir identidade de acordo com (SILVA, 2013, p. 74) como “aquel que se é”, em outras palavras é a construção de uma imagem autoconferida a si, que pressupõe em sua construção a existência de uma coesão que tenha a capacidade de distinguir um grupo social do outro. É possível dizer então que “a identificação é construída a partir do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que são compartilhados com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal” (HALL, 2013, p. 106). Identidade é incorporar algo, localizar-se no espaço ao mesmo tempo em que se demonstra uma distinção do outro, porém reconhece a existência do outro da mesma forma que nega sê-lo e opõe-se a qualquer semelhança.

O passado histórico é invocado para dar origem às identidades, este serve de base para construção das identidades oferecendo a elas sua dimensão

simbólica, por meio das práticas culturais e dos significados produzidos neste processo de interação do passado com as relações sociais vivenciadas no presente, isto delinea a identidade, posiciona, localiza cada sujeito ao ponto que ele possa autoproduzir uma imagem do que é e a partir se diferenciar dos demais, de acordo com Woodward (2013).

A produção cinematográfica, “Neto perde sua alma” tem sua origem no romance também de autoria de Tabajara Ruas. O filme apresenta um caráter ficcional, assim como o romance. Contextualiza e situa no tempo e no espaço os fatos históricos que retratam ao longo da trama, momentos que tangenciam a história do Rio Grande do Sul, como a Guerra do Paraguai e a Revolução Farroupilha, destacando elementos que permitem por meio da teoria visualizar a memória e a identidade. Através das técnicas utilizadas na produção, e quem assiste ao filme são propiciados estímulos à rememoração e identificação com os fatos históricos e da historiografia. Para (RIOS, 2013, p. 9-10) “A formação de recordações também não precisa se desenvolver a partir de datas precisas: a memória tende a prevalecer sobre a cronologia oficial, apesar de essa última ter ligações com interesses políticos, sendo mais bem informada pela historiografia”.

A PRODUÇÃO CINEMATOGRÁFICA DE “NETO PERDE A SUA ALMA” NAS ‘FRANJAS’ DA HISTÓRIA

O romancista e cineasta Tabajara Ruas, estava ciente, assim como o historiador, da incapacidade de “chegar” ao General Antônio de Souza Netto. A transposição da narrativa literária para a narrativa cinematográfica é uma ponte que nos permite transitar, sem “cair” no abismo de um romance transfigurado, como o historiador que labuta de forma individual e coletiva, Tabajara Ruas, entre a ficção e a arte, toca nas “franjas” da história, da memória coletiva e da identidade da fronteira.

O filme “Neto perde a sua alma” com direção de Beto Souza e Tabajara Ruas foi vencedor de vários festivais. Essas premiações nos dizem de uma obra coletiva que primou na produção, com uma pesquisa que buscou cenários, elenco, figurinos, armamentos, uniformes, munições, o gado franqueiro¹⁰, a casa do general Neto na República Oriental do Uruguai (Piedra Sola) e as pinturas do Uruguai Juan Manuel Blanes¹¹ na

10 O gado franqueiro é um gado rústico de pouca carne e muito osso que predominou no pampa do séc. XVII ao XIX e foi sendo substituído com a modernização capitalista, com a importação de outras raças que visavam à melhoria genética destinada a produção de carne e derivados.

11 Juan Manuel Blanes foi um pintor Uruguai que retratou várias cenas do pampa uruguai. Ver mais em: MANGO, Elizabethe. Juan Manuel Blanes, “el pintor de la patria”. Disponível em: <http://www.uruguayeduca.edu.uy/sites/default/files/2017-05/Juan%20Manuel%20Blanes%2C%20el%20Pintor%20de%20la%20Patria.pdf> - Acesso em: 25/03/2018, às 14:40.

composição de algumas cenas. Essas dimensões materiais remanescentes desse passado recente buscaram aproximar-se da fronteira do séc. XIX, uma fronteira que não dividia.

Tabajara Ruas no artigo “Sobre o General de Souza Neto: do livro ao filme” (2004) destaca a diversidade do elenco tendo apenas dois atores profissionais, Werner Schünemann interpretando o General Netto e Thiago Real como o coronel Joaquim Pedro Osório. Os demais atores são intelectuais, historiadores, músicos, campeiros, homens do povo agregados em piquete¹². Essa composição social do elenco, esses homens da fronteira, com sua linguagem típica, fez com que a produção, não só se aproximasse de um universo cultural e social do séc. XIX, como emprestou à naturalidade e o realismo a produção sem a artificialidade das novelas globais. Tabajara Ruas (2004) nesse mesmo artigo destaca que em certa manhã de filmagem no município de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul, diz ter chegado mais próximo do general Netto, pois a grande maioria dos cavaleiros que surgiam nas coxilhas¹³, dirigindo-se para as filmagens, pareciam “atender” a um apelo do passado, do General Netto, o de alimentar os sonhos em campos de eucaliptos e arames farpados. O romancista, o roteirista e o diretor, como um antropólogo, compreendeu a dimensão histórica e social de uma fronteira que tinha sido de muitos que outros no séc. XXI retornavam para alimentar os sonhos de liberdade, desejados ou não pelo General Netto.

A NARRATIVA CINEMATOGRÁFICA DE “NETO PERDE A SUA ALMA” E AS OUTRAS ‘FRANJAS’ DA HISTÓRIA.

Da produção, a narrativa cinematográfica também chegará nas “franjas” da história, da Revolução Farroupilha. A narrativa inicia-se situando o telespectador num tempo histórico, pois: “*A Guerra dos Farrapos (1835-1845) aconteceu no Rio Grande do Sul. Foi um movimento a favor da República e da Abolição, contra o Império do Brasil*”. O fato e o tempo histórico são demarcados. Intencionalmente ou não, apresenta esse fato como uma guerra, um movimento e não uma revolução. Esse aspecto conceitual, a revolução ou guerra civil é debatido na historiografia.¹⁴ A revolução é defendida por uma historiografia de matriz lusitana e pelos

12 Piquete era um pequeno grupo de cavalrianos que eram destacados como batedores ou para executar escaramuças nas guerras e na atualidade possuem um sentido mais simbólico de representação dessas práticas antigas, formados na maioria por homens que vieram do campo para a cidade e também por aqueles que se identificam.

13 Trata-se de extensão pequena de terra, com elevações propícias para a criação de gado.

14 Na página 02 e 03 do presente artigo já abordamos as duas tendências historiográficas referentes à Revolução Farroupilha.

próprios farroupilhas que se considerada a luz dos movimentos e ideários liberais do séc. XIX tem o encaixe perfeito. A guerra civil é vista por uma historiografia crítica que destaca as ideias e os interesses de uma elite estancieira, além de não ter ocorrido uma mudança da estrutura econômica e social e que de fato permaneceu a mesma: o latifúndio e a escravidão. O cineasta pontua e se situa nesse debate.

A segunda referência da abertura é: *“A Guerra do Paraguai envolveu a Tríplice Aliança Brasil, Argentina e Uruguai – contra o Paraguai de Solano López”* que ocorreu de 1865 a 1870. Foi um dos maiores conflitos do séc. XIX. O cineasta também pontua de forma sutil, esse debate historiográfico. Nessa referência histórica, a guerra é contra o Paraguai e não contra um ditador, posição contraria da historiografia tradicional¹⁵ e revisionista¹⁶. A terceira referência da abertura é: *“Argentina 1860. Segundo ano da Guerra do Paraguai. Hospital Militar de Corrientes”* A morte do general Neto ocorreu em 12 de junho de 1866 foi noticiada primeira no periódico “La Esperanza” de Corrientes em 04 de julho destacando o prestígio e a coragem, mas também “... o bizarro soldade,...”¹⁷ que à pouco tempo defendia a República Riograndense.

Existem dois elementos históricos e historiográficos, além dos já citados, presentes que são o cerne da narrativa cinematográfica e das “memórias” do General Neto nos estertores da morte. A República Rio Grandense e a escravidão. A questão da República, no final do Ato II (a mesma forma de divisão do romance) é exemplar dessa memória histórica que deve ser pinçada do ficcional. Após uma batalha, os farroupilhas reunidos no acampamento, temos um conjunto de cenas “embaladas” pela milonga, ritmo platino uruguai e argentino, do pampa, os tocadores de milonga, o mate, a forma de vestir, o uso dos lenços na cabeça, os oficiais reunidos em volta do fogo, tomando chimarrão e discutem a República. Os diálogos e argumentos dos oficiais apontam para a República e o Coronel Neto, vai ponderando. Vejamos:

“.- Sabíamos que iria chegar esse momento. - Quem garante que o momento chegou? - Nossos aliados. Todos! - Os comerciantes são a favor, os estancieiros são a favor. Todos os oficiais são a favor. João Manoel é a favor, o Lucas o Domingos é a favor. ...- Precisamos dar um passo decisivo.

15 A historiografia tradicional destaca a tirania de Solano López, sendo essas uma das razões para a Guerra do Paraguai, além das indefinições das fronteiras com o Mato Grosso.

16 A historiografia revisionista destaca a questão do Imperialismo Inglês na Bacia Platina e a subserviência brasileira e argentina em relação a Inglaterra. Nessa linha temos: CHIAVENATO, Julio José. Genocídio americano: a guerra do Paraguai. São Paulo: Círculo do Livro, s/d. Entretanto, trabalhos recentes com ampla pesquisa documental, contestam as teses revisionistas. Entre esses podemos destacar: DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

17 Cf.(SILVA, 2015)

Esse passo é a República.- Formaremos uma grande Federação de Repúblicas independentes. É a única maneira de trazermos progresso pra nossa terra. Vejam a França, os Estados Unidos. - Mas é hora de política Coronel, De empurrar a história... Desejamos uma sociedade justa, organizada. ... - Muito bem Capitão. Convoque todos os oficiais pra daqui uma hora.” (RUAS, 2001)

A forma como a proclamação da República Rio Grandense foi decidida nos seus bastidores não sabemos. Os diálogos acima, no entanto nos apontam para a história e a historiografia. As referências a João Manoel, Lucas e Domingos José de Almeida que coordenavam segundo Padoin (1999) o grupo da maioria Farroupilha, defendia um estado independente e republicano que poderia unir-se a outras províncias do Império Brasileiro, ou as províncias da Bacia Platina (Uruguai e Argentina).

A escravidão é o segundo elemento presente na obra cinematográfica. Esse fato demarcou a história do Brasil e do Rio Grande do Sul criando um fosso social que se estende até os dias de hoje. O personagem Milonga, jovem, no Ato II ao conhecer o Capitão Teixeira Nunes e o Coronel Neto, depois de salva-los de uma emboscada é aceito no Corpo de Lanceiros Negros, a Infantaria Republicana.

Os personagens Milonga e o Sargento Caldeira que aparece no “delírio” de Neto no Hospital em Corrientes, no Ato I, demarcam situações históricas e historiográficas da escravidão na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Os diálogos ficcionais são carregados de situações problemas e situações limites. No “Ato IV As Encantadas”, nove anos depois Milonga e outros escravos desertam e solicitam ajuda ao Sargento Caldeira para serem guiados em direção a serra e se refugiarem. Os diálogos são carregados de intensidade, pois Milonga, Palometa e Quero-Quero questionam a República, a promessa de liberdade e a lealdade dos Farroupilha e subjacente a esses diálogos e cenas, perpassa, o evento de Porongos, onde a Infantaria Farroupilha, formada pelos lanceiros negros praticamente foi exterminada e que os que foram presos foram levados para a Corte no Rio de Janeiro.

A batalha de Porongos, em 14 de novembro de 1844, decretou o fim da Revolução Farroupilha e o massacre de sua infantaria. Raul Carrion, na obra os “Lanceiros Negros na Revolução Farroupilha”, como historiador de ofício, buscou um conjunto de fontes primárias que apontam e destacam a participação dos escravos na Revolução Farroupilha de forma significativa. Com base nessas fontes, afirma que o massacre de Porongos foi um acerto entre Caxias e David Canabarro, pois o Império Brasileiro não concederia a liberdade aos escravos lanceiros. Era uma das principais condições para a paz e o fim do conflito. Esse fato, pelo conjunto de evidências diretas e indiretas apresentadas e analisadas

por Raul Carrion, toca na memória histórica e da identidade dos heróis farroupilhas “intocáveis”, alçados pela historiografia de matriz lusitana. O romancista e cineasta Tabajara Ruas, mais uma vez se coloca no debate e produz pela literatura e o cinema, a memória histórica e a identidade do negro do Rio Grande do Sul, até pouco tempo invisível e seletivamente por alguns, deixados de lado.

DAS IDENTIDADES E MEMÓRIAS INDIVIDUAIS E COLETIVAS DOS PERSONAGENS, AS IDENTIDADES E MEMÓRIAS INDIVIDUAIS E COLETIVAS DO PAMPA

A obra cinematográfica é forma eficaz de comunicação, uma linguagem complexa e está por seu turno, pode configurar-se em um estímulo a rememoração e um gatilho para despertar o sentimento de identidade. A produção e a narrativa cinematográfica de “Neto perde sua alma” é um exemplo disto, pois os diálogos, as cenas, os cenários, as paisagens interagem e provocam as rememorações e as identidades.

O personagem histórico o General Neto lutou contra o Império o Império Brasileiro na Revolução Farroupilha (1835-1845) e depois lutou ao lado do Império Brasileiro contra o governador de Buenos Aires Rosas em 1852, defendendo as fronteiras sulinas. Na Guerra do Paraguai em 1865, as fronteiras sulinas não estavam ameaçadas, mas como um senhor da fronteira e da guerra, não fugiu desse outro conflito, defendendo os interesses do Império. Vitimado, faleceu em Corrientes no ano de 1866.

Essa aparente contradição revela uma identidade fronteiriça, ou seja, esta em movimento, pois o pampa sul rio-grandense, uruguaio e argentino, antes das definições dos estados nacionais no século XIX, era uma região em comum, em que os espanhóis, os portugueses e a população nativa, além de compartilharem o espaço, estabeleciam trocas, contatos ora amistosos ora tensos. Essa memória do espaço é intensa e sobrevive e toca na identidade fronteiriça. No dizer de Queiroga: (2004) “Na fronteira tudo é dúvida, ambíguo, impreciso; qualquer coisa pode ser, ou sabe se lá, desaparecer. Para o gaúcho, que tudo tivera – a suficiência pampeana -, restava a ainda aberta fronteira, última linha de sua rude epopeia.”

A narrativa inicia pelo “Ato I”. O general Neto e o telespectador são conduzidos pelo portão, pelos corredores, interno e externo do hospital (Hospital Psiquiátrico São Pedro – Porto Alegre – morada dos “loucos” e dos desuses caídos) até a enfermaria, como no conto de Júlio Cortázar, “Casa Tomada”,¹⁸ quando a população argentina estava sendo encerralada na própria casa. O general Neto, despido e colocado na maca, com uma chaga na perna esquerda, ferido no campo de batalha em 1866 é exaltado

18 Cf. CORTÁZAR, Julio. Bestiário. São Paulo: Círculo do Livro, 1951.

simbolicamente em uma clara referência a Jesus Cristo. A cruz era mais uma guerra e não estava para expiar os pecados dos outros, mas quem sabe os seus, as suas memórias da fronteira. Essa cena, essa representação de Jesus Cristo, de uma plasticidade comoventemente, não alçou o general Neto, a representação de Pedro Américo em 1893, o Tiradentes esquartejado e tão pouco a de Décio Villares em 1928, mas do homem de fronteira que viveu na guerra e morreu por ela e que a sua pátria era a fronteira.

A partir dessa exaltação, desse simbolismo no decorrer da narrativa do primeiro ato, são demarcados vários traços de “quem é Netto”. O general encontra-se em delírio em virtude da febre causada por seu ferimento, quando começa a recorrer suas lembranças. A primeira é um encontro com *Mr. Thornton (embaixador Inglês) na casa de Maria, em Paissandu (Uruguai)*, nesta cena o embaixador faz algumas perguntas ao general “O senhor é Brasileiro ou Riograndense? Uruguai ou Argentino? Blanco ou Colorado? Essas dualidades nos dizem do homem da fronteira que vive numa zona de fronteira que não é apenas um, é um pouco mais, conforme os momentos as necessidades, mas carregados de diversos sentidos, de identidades.

Os aspectos teóricos apontam que o espaço de vivência, o território é um elemento que contribui na formação das memórias. Nesse sentido, a referência de espaço ao qual o embaixador refere-se é o território onde se situa o Bioma Pampa, compartilhado por Brasil, Argentina, Uruguai e Rio Grande do Sul. As fronteiras políticas que foram demarcadas no séc. XIX são perpassadas por um modo de vida em comum e peculiar, onde a identidade gauchesca está associada. A lida no campo, a criação de animais, as vestimentas utilizadas para realização da atividade laboral, que esta fortemente marcada na produção. Conforme Rios:

Ao lançar as origens de um grupo no passado, investindo-o de autoridade, a memória serve de base para a construção de uma narrativa coerente sobre sua trajetória, contribuindo para a criação do sentimento de identidade. Essa seria, portanto, a “função” da memória: ela participaria não só da criação do senso de igualdade entre os membros de uma dada coletividade, mas também da demarcação de fronteiras entre os outros. (RIOS, 2013, p.10)

Ainda nesse encontro é destacável que o general é compreendido como um, revolucionário, abolicionista e republicano. É um perfil identitário atribuído ao personagem. Porém, conforme a citação acima, a busca pelo passado é a origem que serve de base para uma construção narrativa que cria um sentimento de identidade. Logo, as características atribuídas ao general Neto, são no presente, assumidas pela coletividade e demarcam o que a coletividade é e o que ela não é. Trata-se da diferenciação das outras coletividades. Em outras palavras, a identidade gauchesca. Mas isto apenas é possível através da memória coletiva, uma construção social que

exerce influência sobre os sujeitos, determinando o que devem lembrar ou esquecer, as lembradas permanecem vivas no presente quando formam identidades.

No “Ato II”, percebemos os aspectos ligados à territorialidade, tangenciando a memória, a identidade explorada pela produção e plenamente realizada na narrativa cinematográfica. Entre esses elementos presente na memória coletiva é a estância. Um dos locais onde se realizava as práticas de vida que compõe a identidade gauchesca, como a criação do gado.

É importante destacar que nesse “Ato II” a inclusão do personagem Milonga. Predisposto a lutar pela sua liberdade, ao reconhecer o General Netto que por ele é compreendido como o libertador, o segue em sua jornada pelo pampa em busca de encontrar suas tropas. Após os desdobramentos da viagem e da demonstração de coragem do personagem, é aceito no corpo de lanceiros e levado ao acampamento farroupilha para fazer sua incorporação às tropas. No acampamento, o filme destaca alguns hábitos gauchescos, como a forma com que a carne é preparada, a roda de chimarrão, além disso, Netto profere um discurso no acampamento na noite que antecedeu a batalha do Seival, demonstrando a existência de vários grupos sociais que compartilhavam entre si um sentimento de insatisfação contra o império brasileiro. Esse sentimento sobreviveu ao tempo e ainda no presente permanece sob a égide de movimentos separatistas no Rio Grande do Sul e de acordo com a teoria aqui elencada, caracteriza-se tal situação como uma memória coletiva que inclusive pode ter se tornada como parte da identidade gaúcha.

Essa identidade gaúcha e também podemos falar no plural se reproduz no discurso emanado por Netto na cena em pauta; “não somos profissionais das armas, somos estancieiros, somos artesãos, somos comerciantes, agricultores. Conosco estão os oficiais republicanos, os intelectuais, o clero, os escravos rebelados e todos os espíritos livres desta província”. Mesmo lutando do mesmo lado, fica perceptível uma divisão social no acampamento, onde o Corpo de Lanceiros Negros não compartilhava do mesmo espaço dos demais militares da 1º Brigada de Cavalaria, demonstrando que o ideal abolicionista não era uma pauta compartilhada por todos os grupos sociais envolvidos e também os interesses que motivavam a insatisfação dos vários grupos contra o império eram diversos e que talvez a única forma de acomodar todos os interesses era de fato proclamar uma república. Logo, nem todos lutavam por “ideais”, a produção historiográfica sobre o tema expõe isto. Para a construção da memória não precisamos levar em consideração todos os fatos, basta consolidar uma imagem representativa do que foi o fato, socializar para que se torne uma verdade na coletividade que é delineada por esta memória coletiva, e como abordada anteriormente não é preciso presenciar um fato histórico, basta que o testemunho de outros ou o acesso a registros, possibilite a formação de imagens do passado no presente.

No “Ato III”, a memória do general Netto retrata o fato histórico da batalha do Seival, onde o Exército republicano o vitorioso. Essa vitória é apresentada como um fator que contribuiu para desencadear a proclamação da república. Na cena que segue a da batalha, no acampamento, apresenta-se um diálogo entre oficiais e aliados, no qual a república é colocada como única maneira de “trazer progresso para nossa terra”. Porém, a responsabilidade da decisão recai sobre o General Netto, que desenvolve um dialogo com um oficial do Corpo de Lanceiros Negros, em separado dos demais, numa demonstração da existência de uma distinção social, mesmo que a abolição da escravatura estando entre um ideal de todos os grupos republicanos. A narrativa expõe que a lembrança mesmo pertencendo ao general é permeada por outros indivíduos, é individual, mas o processo de interação social faz com que também assumam um caráter coletivo.

E como desdobramento dos fatos apresentados no decorrer do terceiro ato, a república é proclamada. Na continuidade no “Ato IV”, aborda o que aconteceu com a questão da libertação dos escravos ao final da Revolução Farroupilha. O dialogo apresentado no ato anterior que antecedeu a proclamação da república, retratou na figura de Netto, a insegurança sobre fundar um país, ao questionar se era o momento ou se os rio-grandenses teriam força para tal. Porém, o quarto ato se detém aos fatos pós-revolução farroupilha, e como dito antes, a identificação com a libertação dos escravos era um ideal pertencente aos escravos rebelados e ao general Netto. Ao final do conflito a narrativa explicita o sentimento de traição dos diversos grupos liberais, com o Corpo de Lanceiros Negros. O personagem Milonga traduz a insatisfação “os republicanos mentiram para nós, enquanto precisaram da gente para guerra, falavam em liberdade, igualdade e fraternidade. Quando a guerra terminou nos entregaram para os imperiais”.

O General Netto foi vencido nas negociações do tratado de paz e assim, como os, lanceiros negros, sentiu-se traído ou insatisfeito, como fica evidente na fala de Neto: “o que me corroí é o destino dos negros que lutaram com os republicanos, só eles perderam. O decente era continuar a lutar os lanceiros negros mereciam ser respeitados”. Este é um registro histórico que fica relegado à historiografia, pois na reprodução de memória do ideário rio-grandense a questão não é tratada de forma distinta.

No “Ato V”, a ênfase da narrativa no inicio, recai sob aspectos que remontam a paisagem específica do pampa, as vestimentas típicas e o meio de transporte utilizado na atividade laboral. Em meio a isto, Netto rememora sua vida, seus medos e suas vivencias, seu romance com a senhorita Maria e sua partida para Guerra do Paraguai, que é o momento de transição para o “Ato VI”. Nesse último ato Netto traz a tona mais uma vez, sua insatisfação com o império pelo fato de os rio-grandenses defenderem as fronteiras do Brasil por mais de 200 anos sem o devido

reconhecimento. Ao final do ato o general transpôs a sua última fronteira, ao fazer a travessia final, no rio da vida, o rio Uruguai, transportado pelo barqueiro Tabajara Ruas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As dimensões da produção cinematográfica de “Neto perde a sua alma” buscou recompor um cenário mais próximo do séc. XIX e a composição do elenco com os gaúchos da fronteira do Rio Grande do Sul, também a história, criando no telespectador, a “impressão de verdade”. Essa produção cinematográfica é capaz de produzir diversas recepções no telespectador, que carregados por sua cultura e historicidade, produzem também as suas narrativas que estão permeadas de memórias individuais e coletivas. A Guerra do Paraguai, a Revolução Farroupilha e a escravidão, principalmente esses dois últimos, a partir da memória como recurso narrativo, da memória seletiva do personagem, da memória histórica do cineasta Tabajara Ruas e equipe se faz presente, não como memórias individuais, mas também coletivas. Apesar da ficção esta fortemente marcada na narrativa cinematográfica, a história, a historiografia, a identidade e a memória se fazem presentes, não podendo ser consideradas ficcionais e o barqueiro Tabajara Ruas fazia a travessia do general Neto, pela última fronteira, o rio da vida, o rio Uruguai.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, José D’Assumção. Verdade e História. IN: Cadernos IDH ideias/ Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. Ano 12, nº 212 (2015) – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2015.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história**, ou O ofício e historiador. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: 2001.

CARRION, Raul. **Os lanceiros negros na Revolução Farroupilha**: a mais longa revolta republicana enfrentada pelo império centralizador e escravocrata. 6^a ed. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2014. Disponível em:

http://www.raulcarrion.com.br/publicacoes/caderno_rev_farroupilha.pdf. Acesso em: 25 de março de 2018, às 12:47.

CHIAVENATO, Julio José. **Genocídio americano**: a guerra do Paraguai. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.

CHIAPPINI, Ligia. (Org.) [et. al.] **Pampa e cultura**: de Fierro a Netto. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Instituto Estadual do Livro, 2004.

CORTÁZAR, Julio. **Bestiário**. São Paulo: Círculo do Livro, 1951.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

- FLORES, Moacyr. **Revolução Farroupilha**. Porto Alegre; Martins Livreiro, 1985.
- GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. **O horizonte da província**: A Republica Rio Grandense e os Caudilhos do Rio da Prata (1835-1845) Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Porto Alegre, 1997.
- GUTFREIND, Ieda. **A historiografia Rio Grandense**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1992.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- LEITMAN, Spencer. Raízes Sócio-Econômicas da Guerra dos Farrapos. Tradução de Sarita Linhares Barsted. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- NETO** perde a sua alma. Direção: Beto Souza; Marcelo Bacchin e Tabajara Ruas. Produção: Marcelo Bacchin. Piedra Sola Produções, 2001. 1DVD (1h e 42 min.)
- PADOIN, Maria Medianeira. **O federalismo no espaço fronteiriço platino**. A Revolução Farroupilha (1835-45). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.
- PANIAGUA, Edson Romario Monteiro. **A construção da ordem fronteiriça**: grupos de poder e estratégias eleitorais na campanha sul-rio-grandense (1852-1867) Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2012.
- QUEIROGA, José Carlos. **Tratado ontológico acerca das bolas do boi**. Passo Fundo/RS: Méritos, 2004.
- REICHEL, Heloisa Jochims; GUTFREIND, Ieda. **Fronteiras e guerras no Prata**. São Paulo: Atual, 1995.
- RIOS, Fábio Daniel. **MEMÓRIA COLETIVA E LEMBRANÇAS INDIVIDUAIS A PARTIR DAS PERSPECTIVAS DE MAURICE HALBWACHS, MICHAEL POLLAK E BEATRIZ SARLO**. **INTRATEXTOS**, Rio de Janeiro, 5(1): 1-22, 2013.
- RUAS, Tabajara. **Neto perde a sua alma**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SANTOS, Pedro Brum. **Teorias do romance**: relações entre ficção e história. Santa Maria: Editora da UFSM, 1996.
- SILVA, Matheus Luis da. **Trajetória e atuação política de Antônio de Souza Netto (1835-1866)** Dissertação. (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria – Santa Maria, 2015.
- SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. 13. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

AS VOZES DA FRONTEIRA: São Borja, a Ponte da Integração e a UNIPAMPA.

Daniel Etcheverry¹⁹

RESUMO Este trabalho procura, num primeiro momento, jogar luz sobre as formas como os moradores de São Borja significam a região de fronteira, para num segundo momento, se centrar nas formas como a inauguração da Ponte da Integração em 1997 e a instauração da UNIPAMPA em 2006 tem transformando as vidas das pessoas e sua relação com o território em questão. O trabalho está baseado numa continua escuta das frases e formas de se referir à cidade e às transformações pela que ela tem passado desde a criação da ponte. E posteriormente a chegada da universidade federal. Entretanto, e por tratar-se de uma região de fronteira, não posso deixar de levar em conta também as mudanças ocorridas em território argentino. Finalmente aponto para como a UNIPAMPA vem criando laços com as universidades de outros países da América do Sul. Defendo que ao reforçar vínculos com universidades nas regiões de fronteira dos países vizinhos, ou neste caso específico com as do lado argentino, ela estimula uma ressignificação da noção de fronteira a partir das diversas possibilidades de entender esse termo.

Palavras-chave: São Borja; Região de Fronteira; Ponte da Integração; UNIPAMPA; Ressignificação.

INTRODUÇÃO

Quando cheguei a São Borja para assumir o cargo de docente na UNIPAMPA nunca havia estado aqui antes; sabia que se tratava de uma cidade de fronteira, portanto, achava que encontraria argentinos e brasileiros convivendo nas ruas, lojas e restaurantes da cidade; que ouviria perguntas em castelhano e respostas em português e vice-versa e que encontraria alguma forma de portunhol diferente da que já ouvira na fronteira Santana do Livramento-Rivera. Em uma imagem um tanto infantil - devo reconhecer - imaginava que o rio Uruguai teria praias em ambas as margens e as pessoas as frequentariam alternadamente, atravessando o rio em lancha ou pela ponte em bicicleta ou ônibus. Estava disposto e desejoso de começar desvendar essas interações.

Em poucos dias, percebi que as pessoas se referiam a si mesmas como ‘da fronteira’ e que faziam questão de trazer esse diacrítico à tona sempre que cabia, fosse nas interlocuções comigo ou entre si. Entretanto, o ‘ser da fronteira’ fazia referência ao contato com o outro do outro lado com menos frequência do que se poderia esperar.

Foi necessário reformular as perguntas, e esse foi um processo longo. Iniciei então uma rotina de observação e registro de frases e formas

¹⁹ “Cientista social, mestre e doutor em Antropologia pela UFRGS. Professor da Universidade Federal do Pampa, campus São Borja – RS E-mail: daniel.etcheverry@unipampa.edu.br”

de manifestação no dia-a-dia da cidade e que ajudou na construção de um fundamento para este trabalho e os que virão. Algumas questões começaram despontar:

Em primeiro lugar; qual é a fronteira em questão? Parecia haver uma fronteira ‘para fora’, que era tida como uma realidade concreta – o outro era de outro país - mas aquela que realmente vinha à luz nas conversações com maior frequência era uma fronteira para dentro: ‘Nós também somos brasileiros’ escutei alguém dizer para defender sua posição política; a profundidade e, sobretudo, a polivalência dessa frase ainda luto para desentranhar. Aos poucos fui entendendo que essa é uma postura de demandante, de um demandante que não se sente contemplado. É a postura de quem se refere à fronteira por suas carências. É a fronteira do rio que desborda e alaga as moradias dos ribeirinhos, é a fronteira das ruas esburacadas e da má administração da cidade; é a fronteira do Estado que chega até ali mas nunca está presente. É a fronteira da cidade que dá mas não se doa - “São Borja deu dois presidentes ao Brasil”-. Onde está essa fronteira? De que está ela feita? Quem a fez e quem a faz? Quem está do outro lado dessa fronteira?

A fronteira ‘para fora’ com frequência se desmembra e dilui nas águas do Uruguai, sobretudo quando entra em cena a identidade de ‘missioneiro’, mas logo volta se recompor numa alteridade confusa que mistura partes de uma rivalidade que beira o substancial com a Argentina com uma brasiliade também essencial e sempre à mão - “aqui em São Borja não tem escolas do samba boas, mas aqui pertinho, em Itaqui, temos um dos melhores carnavais do Brasil”-, além de uma identificação com os uruguaios que se reconhece numa paisagem comum. O pampa se estende sempre para o sul, num movimento de braços que expandem e abraçam os irmãos de campanha uruguaios no retorno.

Nesta fronteira ‘para fora’, São Borja não é somente uma cidade fronteiriça; é também um ‘passo de fronteira’ e a menção ao passo de fronteira leva diretamente ao discurso sobre o ‘outro’.

O rio Uruguai passou a ser oficialmente fronteira entre o Brasil e a Argentina em 1927, o que não signifique não se reconhecesse com tal anteriormente Que tipo de fronteira desenvolveu-se em torno do rio Uruguai? Como tem se transformado essa fronteira, ou ‘zona de fronteira’? Quem ela inclui e exclui? Que lugar reserva ao Paraguai esse passo de fronteira?

SOBRE ESTE TRABALHO

Colocadas as questões fundantes, passo a contextualizar e

elaborar este trabalho. Devo fazer duas advertências: Primeiramente, este trabalho não está fundamentado numa pesquisa específica elaborada para dar conta dessas questões; ele é fruto, como já mencionei, de observações das formas de expressão e atitudes das pessoas e de minhas leituras sobre o tema. Advirto também que, por trazer questões relativas às formas de viver e significar o espaço onde meus interlocutores vivem, as questões são sempre mais amplas do que as possíveis explicações que advirão. Portanto peço aos leitores que não procurem respostas certeiras, senão que incorporem esta leitura à temática como mais um elemento complexificante do debate, a fim de que a discussão possa fermentar e continuar.

Assim, este é um trabalho inicial sobre a fronteira oeste do Rio Grande do Sul, incluindo a região de Santo Tomé e Hormiguero na Argentina, pensado numa perspectiva hermeneuta e na tentativa de jogar alguma luz sobre a forma de entender //e viver a fronteira e sobre como recai sobre a população o ethos político hegemonicó.

Tentarei olhar para a zona de fronteira a partir da cidade de São Borja. Me debruçarei sobre dois momentos que marcaram a vida são-borjense. São eles a construção da ponte da Integração, no ano de 1997 e a criação de um campus da UNIPAMPA, em 2006. Discorrerei sobre como essas presenças, não apenas evidenciam as perspectivas e prioridades políticas hegemonicóicas do momento, senão também apontam para universos diferenciados de possibilidades de reconstrução dos espaços fronteiriços ou zonas de fronteira, e com isso a formas diferentes de reconfiguração das paisagens geográfica e humana

RECONHECENDO A REGIÃO

Como já deve haver ficado claro, a cidade de São Borja fica na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, às margens do Rio Uruguai, o qual serve de limite entre os atuais territórios do Brasil e da Argentina. A Ponte da Integração, une -ou ao menos é isso que o discurso oficial prega- os dois países.

Atualmente, o primeiro assentamento urbano que encontramos ao atravessar a ponte fica uns 14 km ao norte da entrada em território argentino; é a cidade de Santo Tomé, com uma população de menos de 25.000 habitantes -23.299 segundo o censo de 2010-, capital do departamento homônimo na província de Corrientes. No caminho passa-se por Hormiguero, um lugar que fervia em atividade anteriormente à construção da ponte, segundo os relatos de todas as pessoas com as quais conversei. Como Hormiguero está quase frente ao porto de São Borja, era lá que todo o comércio acontecia. Contudo,

sua existência e importância é anterior ao auge do comércio formiga binacional. Hormiguero era

São Francisco de Borja, agora São Borja, e Santo Tomé compartilham um passado missionário e, muito anteriormente à constituição do Brasil e da Argentina enquanto estados nacionais, ambos assentamentos estavam mutuamente imbricados nos planos da Igreja Católica e dos reinos de Espanha e Portugal. Em 1863, bastante tempo depois de terminada a experiência jesuítica, Santo Tomé foi refundada a partir praticamente das cinzas - metaforica e literalmente, pois havia sido incendiada propositalmente anos antes. São Borja havia mantido alguma estabilidade enquanto assentamento, na categoria de vila desde 1833 e sendo elevada à de cidade em 1887.

Não entrarei nas questões da história local neste trabalho, apenas menciono esses fatos para dar uma ideia simples de que a pertença das cidades a dois estados nacionais é um elemento importante na configuração local mas não o único, às vezes sobrepondo-se, outras subjugando a uma noção de região que abraça ambos locais.

Vale lembrar, entretanto, que São Borja e Santo Tomé são consideradas cidades gêmeas e que esta decisão é relativamente nova; ao menos oficialmente as duas cidades passaram a ser cidades gêmeas em 2014, segundo decisão unilateral do governo brasileiro:

Segundo o Ministério da Integração Nacional, serão considerados cidades gêmeas os municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, integrada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar a unificação da malha urbana com cidade do país vizinho. Não serão consideradas cidades gêmeas aquelas com população inferior a 2 mil habitantes²⁰.

As imagens 1, 2 e 3 na sequência, retiradas do Google Earth mostram a localização de São Borja, Hormiguero, Santo Tomé e da Ponte da Integração em relação um aos outros. Merece ter em mente que, desde a época das reduções jesuíticas até o presente, os papéis e a configuração de poder nessa relação tripartite tem se transformado várias vezes. SE hoje, Hormiguero, ou Puerto Hormiguero, ou San Juan de Hormiguero, é um apêndice de Santo Tomé abandonado e aparentemente sem importância, ele já jogou um papel bem mais ativo na vida da região.

²⁰ <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-03/portaria-do-ministerio-da-integracao-define-conceito-de-cidades-gemeas>

Imagen 1 . São Borja, o rio Uruguai, a ponte e Hormiguero



Fonte: Google Earth



Fonte: Google Earth



Fonte: Google Earth

SOBRE FRONTEIRA

Este trabalho é sobre uma região de fronteira, portanto vale a pena pensar a noção de fronteira. Três imagens, principalmente, vêm à mente quando pensamos o termo ‘fronteira’, no contexto dos estados nacionais. Primeiro, fronteira é o lugar de encontros concretizados, esperados ou imaginados entre dois estados. É o lugar onde supostamente termina um país e começa outro, mas a referência a ela também evoca, em princípio, algum tipo de troca ou a negação dela, ou seja, uma continuidade. Esses espaços são chamados também de ‘zonas de fronteira’

Conforme a definição da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira (CDIF):

“Em linhas gerais, a zona de fronteira é composta pelas “faixas territoriais” de cada lado do limite internacional, caracterizadas por interações que, embora internacionais, criam um meio geográfico próprio de fronteira, só perceptível na escala local/regional das interações transfronteiriças”²¹

Por outro lado, o termo fronteira também nos remete a ‘frente’, à cara que oferecemos ao vizinho, ao respeitar e se fazer respeitar. Ou seja, nessa acepção, a fronteira seria a primeira a sofrer as consequências de um ataque estrangeiro, por exemplo. Com muita frequência, e como é o caso de todos os países da América do Sul, as regiões fronteiriças se encontram espacialmente longe dos centros de poder, mas em função da necessidade de garantir a soberania sobre o território nacional, há uma forte presença do exército e das forças policiais. É por isso que nestas cidades tem-se a sensação de que o Estado somente chega na forma de repressão. O trecho a seguir expressa com bastante clareza essa problemática:

A preocupação com a segurança nacional e soberania territorial, de onde emana a criação de um território especial ao longo do limite internacional terrestre do País, embora legítima, não tem sido acompanhada de uma política pública sistemática que atenda às suas características. Dada baixa densidade demográfica, provocada em grande parte pela vocação “atlântica” do país, associada às grandes distâncias e as dificuldades de comunicação com os principais centros decisórios, a Faixa de Fronteira experimentou um relativo isolamento que a colocou à margem das políticas de desenvolvimento. Como consequência, este processo tem contribuído para a formação de um cenário particular, marcado sobretudo, pelo desenvolvimento de uma identidade própria muito influenciada pelas comunidades vizinhas na fronteira.²²

21 <http://cdif.blogspot.com.br>

22 <https://anapsouzza.jusbrasil.com.br/artigos/325717812/faixa-de-fronteira>

Por último, a ‘fronteira’ é também aquela linha imaginária cuja existência e localização podem estar ancoradas em eventos da geografia ou não, mas perante a qual não permanecemos indiferentes; mais do que isso, a fronteira limite nos impele a que a incorporemos enquanto experiência. Poderíamos nos remeter a muitos autores estruturalistas do século XX ou até esmo a Durkheim para buscar possíveis explanações para esse fato, mas podemos por enquanto nos conformar com lembrar todas as fotos e filmes que fazemos com um pé em cada país, atravessando um passo fronteiriço ou numa praça junto a duas bandeiras nacionais.

Podemos complexificar um pouco mais se analisamos este trecho extraído de um texto de Letícia Almeida (2015)

A fronteira é do “domínio dos povos”, enquanto que o limite pertence ao “domínio da alta diplomacia” (MACHADO, 2000). Isso significa que se a fronteira surge como uma realidade espacial e social, com características próprias de lugares de contato, o limite está ligado a uma abstração política, um separador, uma criação feita através de acordos diplomáticos, no intuito de delimitar soberanias e jurisdições, neste caso, os limites do Estado-Nação.

As palavras da autora acima citada podem ser complementadas, lembrando que, mesmo sendo o limite uma abstração alheia às experiências dos povos, elas são, de uma forma ou outra, pelos sujeitos apropriadas, questionadas e redimensionadas.

Cada uma dessas três formas de pensar o termo ‘fronteira’ tem um correspondente diferente na língua inglesa: a primeira é *border* ou *border zone*, a segunda é *frontier* e a terceira o termo *boundary*. No Brasil e nos países da América hispanofalante recorremos à contextualização, à teatralização e ao uso de diferentes tons de voz para nos referirmos a cada um delas. No Brasil, para nos referirmos à fronteira como zona de vivência, frequentemente fazemos referência ao uso do ‘portunhol’ ou à presença dos ‘irmãos’. Ao pensar a fronteira enquanto lugar afastado dos centros de poder usamos com frequência a expressão ‘lá na fronteira’ sendo ‘lá’ enfatizado e acompanhado de algum movimento com os braços. Já ao nos referirmos à linha, dizemos quase sempre ‘a fronteira enquanto limite’ ou ‘a linha de fronteira’.

ANTES E DEPOIS DA PONTE DA INTEGRAÇÃO

A ponte da integração que une São Borja e Santo Tomé foi inaugurada em dezembro de 1997, durante os governos de Carlos Menem e Fernando Henrique Cardoso, e tinha, como principal objetivo desafogar o tráfego de veículos de carga pesada na passagem Uruguaiana - Passo

de los Libres, localizada aproximadamente 200 km rio abaixo. A ponte inaugura na América do Sul o sistema de Aduanas Unificadas (Imagem 4), localizada já em território argentino.



Imagem 4 (Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=Hce4fbhK9-g>)

A entrada em cena da ponte modificou substancialmente a vida na região. Em primeiro lugar, devemos lembrar aquilo que é mencionado pelos habitantes de São Borja, especialmente aqueles moradores do bairro Passo, no entorno do que era o Porto de São Borja, como um ponto de inflexão marcante na vida da cidade e nas suas vidas. Com a construção da ponte, seu meio de subsistência, que era o comércio formiga de produtos argentinos e brasileiros, realizado sobre balças e lanchas que atravessavam o rio constantemente levando e trazendo compradores/vendedores acabou da noite para o dia. Esse evento é apontado uma e outra vez por pessoas que se dedicavam a essa atividade, por pessoas das classes menos favorecidas em geral e por pessoas mais jovens, talvez seus descendentes. Em um percurso de táxi pelo bairro Passo, Seu Gregório, o taxista, foi me apontando os lugares onde havia havido lojas que revendiam os produtos comprados “na Argentina”. “Já não tem mais nada. Foi muito ruim para São Borja, especialmente para esse bairro daqui. A ponte acabou com a vida do lado de cá e dou outro lado também” Seu Gregório se referia a Puerto Hormiguero. Onde como já o mencionei e como mostra a imagem do capturada pelos satélites do Google Earth, não há atualmente nada, além dos restos de um porto.

Puerto Hormiguero era o local em território argentino onde acontecia a maior parte desse comércio. Ficava quase frente ao que

ainda é chamado de Puerto de São Borja, embora a atividade portuária da cidade seja quase inexistente, e próximo à desembocadura da ponte no território argentino. Como mostra Alfredo Poenitz (1999) em sua pesquisa sobre a história das missões jesuítas, já na década de 1830 Puerto Hormiguero se constituía num centro de passagem de mercadorias brasileiras e paraguaias, numa configuração de rotas comerciais que incluiam a São Borja e Itapúa, no Paraguai, e num contexto mais amplo de fornecimento de mercadorias, especialmente yerba, para as cidades de Buenos Aires e Montevidéu. Vale lembrar que, à época, o rio Uruguai não oficialava ainda como limite entre dois estados nacionais, portanto, se no século XX o comércio formiga entre Puerto Hormiguero e São Borja entra na definição de ‘descaminho’, não é senão a continuidade de uma atividade entre povos a ambas margins do rio sobre a qual foi imposta. O comércio entre São Borja e o Puerto Hormiguero acontecia então em lanchas e pequenos barcos, até que, em 1946, foi instituído um sistema de balças pelo estado argentino. O sistema de ferrovias argentino também comunicava Puerto Hormiguero pela ferrovia do leste, que percorria de norte a sul o país. Também a cidade de São Borja estava no plano ferroviário do Rio Grande do Sul, que, até 1982, serviu como meio de transporte de passageiros. Hoje a ferrovia funciona escassamente no transporte de cargas, sendo administrada pela América Latina Logística (ALL) sob regime de concessão. A estação ferroviária ficou ocupada por uma família que se encarregou de preservá-la até que foi expulsa pelo governo da cidade²³.

Assim, com o fim do sistema de lanchas e a ponte ganhando espaço como forma única de passar de um lado ao outro do rio, muitas coisas mudaram. Na percepção das pessoas mais idosas, se perdeu o contato que havia entre as pessoas de Santo Tomé e as de São Borja. O comércio formiga propiciava intensa interação entre os habitantes de ambas as margens. É necessário levar em conta, para começar, que a ponte foi erguida num local pouco acessível às pessoas tanto de São Borja quanto de Santo Tomé, como podemos ver na imagem do Google Earth. Além disso, não é permitido atravessar a ponte a pé nem em bicicleta; só se pode chegar ao outro lado em veículo motorizado, mediante o pagamento de uma taxa e, logicamente, a apresentação de documentos reconhecidos pelos dois estados nacionais. Além do mais, durante vários anos não existiu transporte local entre ambas as cidades. Em março de 2018, quando esta sendo escrito este trabalho, está também sendo recuperado o transporte interurbano ligando ambas cidades, das mãos da firma argentina *Rio Uruguay*, com sérias limitações de horários, já que somente funcionará no horário comercial.

23 http://www.estacoesferroviarias.com.br/rs_sborja/sborja.htm
http://www.estacoesferroviarias.com.br/rs_sborja/rs_sborja.htm



Imagen 5 (Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=Hce4fbhK9-g>)

Ou seja, de um dia para o outro, o que era um percurso cotidiano de ir comprar para vender deixou de existir e passou a vigorar um conjunto de normativas que regulam a passagem de quem tem as condições necessárias para chegar ao outro lado do rio. Um número significativo de pessoas de ambos os lados viviam de uma atividade que deixou de existir também da noite para o dia. Muitas dessas pessoas eram oriundas ou moradores do bairro Passo, o bairro mais populoso da cidade, localizado em parte na beira do rio, nas proximidades do porto, onde era realizada a passagem. Muitas dessas pessoas continuaram a residir naquele território. Atualmente, integram uma parte do coletivo dos ribeirinhos, pessoas que habitam às margens do rio e que têm ganhado considerável visibilidade enquanto identidade social na cidade. As atividades mais comuns entre estas pessoas são a pesca e algumas formas de contrabando que marcam o histórico policial da cidade. Numa pesquisa etnográfica, a então estudante do curso de Ciências Sociais – Ciência Política da UNIPAMPA / São Borja Maria Marta Zinelli descreve, com luxo de detalhes, as redes sociais e parcerias econômicas que os pescadores ribeirinhos moradores da margem leste do Uruguai foram construindo local e extra localmente (Zinelli 2014).

Entretanto, para além das lutas e conquistas de uma parte desse coletivo dos pescadores, poderia se dizer que a grande maioria das pessoas que habitam a margem do rio ou moram muito próximo a ela, no bairro Passo, são herdeiros diretos ou indiretos do cesse de uma atividade econômica que era a base de seu sustento e de sua forma de habitar o espaço e criar laços sociais, e da imposição de regulamentações e normativas que, respondendo a um regime econômico e a uma visão de mundo que lhes são alheias e não as levam em conta, partiram ao meio o pequeno pedaço do mundo que habitavam. São a parte não integrada nem integrável de um mundo que hipocritamente diz perseguir a integração. Em que fronteira

moram essas pessoas? Talvez não seja essa a pergunta certa. Reformulo: quais as fronteiras que moram, recaem, pesam sobre essas pessoas?

Não é o meu interesse aqui analisar consequências negativas e positivas da construção da ponte, mas sim vale ressaltar que, enquanto nos discursos hegemônicos a ponte está associada ao progresso, especialmente no que tange ao desenvolvimento da cidade de Santo Tomé, o comércio que chega à cidade de São Borja através da ponte da Integração se reduz ao transporte de veículos e peças para veículos (ver fonte). Se considerarmos que o maior porto seco da América do Sul continua estando em Uruguaiana, alguns quilômetros rio abaixo, é de se perguntar quais os benefícios que ela trouxe à cidade. Devemos sim levar em conta que, tendo começado a ser concebida na década de 1940, a Ponte da Integração só foi concretizada em 1997, num momento em que o Mercosul despontava como bloco comercial, meramente comercial, num espírito de época marcado pelo surgimento dos blocos regionais centrados na livre circulação do capital e mercadorias. É por isso que a ponte promove uma integração que passa apenas tangencialmente as localidades onde se encontra. Ela nunca visou reforçar os laços entre São Borja e Santo Tomé, e poderia se dizer que nem entre o Brasil e a Argentina. Ela é a concretização de uma ideia neoliberal que faz a vista grossa às consequências de sua passagem pelos lugares que atravessa, pois seu objetivo é transportar bens.

Uma outra questão desponta relevante: São Borja é conhecida como ‘a terra dos presidentes’ e como o ‘berço do trabalhismo’. A escuta continua tem me proporcionado alguns elementos interessantes para o debate; um deles é que, mais do que um processo histórico que levou tanto à emergência de figuras importantes da política nacional na cidade quanto ao nascimento de uma das correntes políticas mais importantes do Brasil, a identificação como ‘terra dos presidentes’ ou ‘berço do trabalhismo’brasileiro e o constante acionar desses discursos parecem-me o resultado de uma ação política, ou melhor, de uma intenção política que, ao longo do século passado pretendia enterrar uma identidade missioneira. Suspeito, e apenas suspeito, que, se se permitia o florescimento de uma identidade missioneira dividindo o espaço ontológico do povo da região, isso iria no sentido contrário à consolidação dos dois estados nacionais em questão, pelo menos regionalmente. Isso não somente porque se trataria de uma identidade que se estende a ambos lados do rio fronteira, mas também porque uma idendidade missioneira recuperaria os fundamentos indígenas da identidade brasileira que os governos de então esforçavam-se em apagar. Santana e Santos (2016) mostram como os governos brasileiros ao longo do século XX tem promovido políticas de branquamento inspirados num ideal de modernidade, e que tais políticas não passam apenas pela cor da pele, mas pela forma como a é construida uma imagem da sociedade local. Nesse sentido, podemos afirmar que a noção de uma ‘terra dos presidentes’ e de ‘berço do trabalhismo brasileiro’ ambas positivas e propositivas, eram

muito mais afins com os ideais desenvolvimentistas da primeira metade do século XX do que uma identidade marcada por noções mais horizontais do mundo.

O dito acima me parece importante porque, embora se pense em São Borja como um lugar onde os discursos políticos estão a flor da pele e fazem parte da identidade local, tal identidade parece ter sido pautada de fora por um ethos político alheio à cidade, e assim continua a ser, ouso dizer. É por isso que, junto aos discursos sobre os prejuízos trazidos pela ponte, geralmente na boca de pessoas das classes menos favorecidas ou de moradores dos locais mais litorâneos convivem os discursos sobre desenvolvimento, capital e a importância da ponte para a cidade.

Uma noção, ao meu ver equivocada, sobre a ponte, diz respeito a um suposto controle sobre a fronteira; no entanto, esse controle parece se concentrar na ponte, esquecendo a amplitude da região. Com lembram Colvero, Pinto e Retamoso (2017):

“Desde a construção da ponte percebe-se uma preocupação com o aumento de fluxo de caminhões, não havendo nenhuma narrativa relacionada aos pequenos contrabandistas e comunidades de pescadores de fronteira”

A UNIPAMPA EM SÃO BORJA

A UNIPAMPA é uma universidade federal multicampi, criada em Janeiro de 2008, no âmbito do programa de expansão do ensino superior às regiões e populações menos favorecidas do Brasil, durante os governos do Partido dos Trabalhadores. Tem sua sede na cidade de Bagé e campi distribuídos ao longo da fronteira sul e oeste do RS.

O campus São Borja iniciou suas atividades em 2006, antes mesmo de a universidade ter sido oficialmente fundada, oferecendo os cursos de Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Serviço Social. Posteriormente foram criados os cursos de Relações Públicas, Ciências sociais – Ciência Política e de Licenciatura em Ciências Humanas, além de alguns cursos de pós graduação stricto e lato senso.

O campus da UNIPAMPA em São Borja está localizado no bairro Passo, a poucos metros do rio Uruguai e atrás do edifício da Polícia Federal. Encravado no coração de um bairro popular, poderia se esperar que mantivesse uma grande interação com o bairro, mas, de fato, a maior parte dos alunos do campus não são residentes do entorno, e esse é um tema a ser explorado ainda.

De todas maneiras, a chegada de uma instituição universitária federal, pública e gratuita, está mudando aos poucos a vida e as expectativas dos são-borjenses. Voltando ao tema que nos ocupa, a UNIPAMPA, desde sua fundação, tem se caracterizado por tentar estabelecer vínculos

com as universidades circundantes, especialmente as universidades dos países limítrofes do Rio Grande do Sul. Mais precisamente, a UNIPAMPA leva adiante convênios de intercâmbio de estudantes com vários países de América hispana e africanos. Os programas Bramex e Bracol têm promovido o intercâmbio com estudantes brasileiros, mexicanos e colombianos, colocando a universidade no mapa acadêmico latino-americano. Também tem havido convênios com a Universidad de la República, de Uruguai, com a Universidad Nacional de Misiones, em Posadas e com a Universidad Nacional de Córdoba.

Estão também em andamento editais abertos para o ingresso de estudantes fronteiriços, ou seja, para moradores das cidades gêmeas do outro lado da fronteira de cada uma das cidades brasileiras onde tem um campus da UNIPAMPA. Ou seja, o campus de São Borja abre vagas para estudantes residentes em Santo Tomé, o campus Itaqui para estudantes de Alvear e assim por diante.

Tem também havido convênios de intercâmbios de professores com a Universidad Nacional de Misiones na cidade de Posadas, localizada aproximadamente a 170 km de São Borja e 156 de Santo Tomé e nessa mesma universidade argentina fazem curso de mestrado vários estudantes egressos dos cursos de graduação da UNIPAMPA.

Pensando o caso de São Borja, que nos ocupa, esse costurar as margens do rio Uruguai que envolve a UNIPAMPA e universidades argentinas em Santo Tomé e Posadas me faz pensar no conceito de transfronteirização;

Conjunto de processos de aproveitamento e valorização de uma fronteira, limite territorial que separa dois sistemas políticos, econômicos e/ou socioculturais. Os habitantes de ambos os lados trascendem a fronteira (imposta ou herdada) e a incorporam a suas estratégias de vida através de múltiplas modalidades. A transfronteirização ocorre numa largura geográfica de geometria variável, que depende do processo considerado (familiar, econômico, profissional, funcional (Diccionario del Pensamiento Alternativo pag 534) (Orig. em espanhol. Trad. minha)

Os comerciantes que atravessavam o rio em balças ou lanchas para comprar e vender produtos exerciam uma forma de transfronteirização, se apropriando da fronteira e redimensionando-a conforme o andamento de seus trabalhos e suas vidas. Assim, nesse criar e recriar, era uma fronteira viva. Podemos dizer que, de alguma forma, a chegada da UNIPAMPA a São Borja e suas práticas de criar vínculos com as universidades do outro lado do rio redimensionam a zona de fronteira, não somente ampliando sua abrangência, mas atraindo novos atores sociais e criando uma rede de trocas de conhecimentos, experiências e expectativas.

Como lembra Carneiro et al (2011), para analisar um suposto

cenário de transfronteirização é necessário que o consideremos enquanto uma zona geopolítica em construção. Nesse sentido podemos pensar nos diversos agentes políticos e econômicos que incidem atualmente sobre essa parte da faixa de fronteira e que visam a transformação de um espaço no que se denomina um território-rede.

Remetendo-me ao mesmo autor, ele nos fala de como o conceito de transfronteirização está associado à existência de fluxos e pessoas engajadas em atividades a ambos lados de uma fronteira, à valorização da fronteira enquanto limite territorial entre dois sistemas políticos e/ou culturais e a presença de atores políticos comprometidos com a transformação do espaço e a criação de uma zona de proximidade ou continuidade territorial (Carneiro, et al. 2011).

Nesse sentido, não podemos deixar de lembrar que a UNIPAMPA, como outras universidades e Institutos Federais criados durante os governos do Partido dos Trabalhadores, foram criadas em lugares específicos do território nacional visando o desenvolvimento local e a criação de vínculos com a América Latina, a África e a comunidade de países lusófonos. Sendo essa intenção de recriar seu lugar do Brasil no mundo uma das características primordiais dos governos que promoveram o surgimento destas universidades, não podemos deixar de pensar a região das fronteiras oeste e sul do Rio Grande do Sul como parte do trabalho de agentes políticos com uma visão ampliada do que é a região.

Nada disso coloca as ações nesse sentido direcionadas fora do âmbito das perspectivas e expectativas neoliberais. Contudo, enquanto que a criação da ponte -que chegado este ponto seria hipocrisia minha chamar “Ponte da Integração”- expurgou de seu próprio território aqueles que nada tinham a contribuir com o desenvolvimento capitalismo transnacional, a criação do campus São Borja, neste caso, reabriu as portas à atuação de agentes sociais com alguma capacidade e intenção de transformar aquele espaço num território de interação binacional e, especificamente, de produção acadêmica transnacional.

Em outras palavras, pensando em termos conceituais, inicou-se um processo de ressemantização daquele território, transformando-o de uma fronteira no sentido ‘front’, abandonada pelo poder público e reconhecida por quem chega de fora por suas carências, numa ‘zona de fronteira’, onde a transformação visível abre uma janela à visualização de possíveis.

Poderia também se dizer que esse processo de criação de vínculos acadêmicos através da fronteira implica um reordenamento dos papéis, num jogo em que o Estado e a alta diplomacia são levados a dividir o espaço de atuação e de significação dos elementos da atividade cidadã e da governança com atores que agora não se contentam com tirar uma foto na linha de fronteira.

Entretanto, os entraves burocráticos continuam a dificultar o trânsito e a fluidez dos percursos acadêmicos na fronteira. Visas, praços

de permanência e até a permissão dos servidores públicos vinculados à UNIPAMPA para permanecer em território argentino durante o horário de trabalho, mesmo que estejam lá a trabalho, continuam a dificultar a realização de projetos aprovados pelo próprio Estado, em outras instâncias. A falta de fluidez das transações burocráticas não é compatível com a dinâmica dos processos que emergem das iniciativas individuais e coletivas dentro das diversas instâncias estatais.

Entretanto, e para não dar espaço a exagerações do otimismo, devemos lembrar que as pessoas que foram afetadas direta e indiretamente pela construção da ponte ainda estão lá; se não eles, seus descendentes. Eles são os moradores do bairro Passo que não chegam à UNIPAMPA e que continuam acumulando fronteiras, vivendo sempre à margem, numa margem, sem alcançar a outra.

PARA DAR CONTINUIDADE

A ponte já foi construída e está Lá, servindo seus propósitos e alheia a seu entorno. Mas a UNIPAMPA é uma instituição nova e viva e é nela que devemos apostar. Para não-concluir, gostaria de ressaltar a importância de dar continuidade a essa política de ampliação das atividades acadêmicas em direção aos povos da América Latina. Se o leitor encontrou neste trabalho algum viés não tão ligeiramente politicamente orientado está no caminho certo. Não há como construir um Brasil somente para dentro nem olhando somente para os países supostamente desenvolvidos é necessário fazê-lo junto com os vizinhos, com quem temos coisas em comum, mesmo que seja uma mútua aversão momentânea. A escolha dos parceiros com quem estabelecemos vínculos é, sem dúvida, uma opção política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

ALMEIDA Letícia, et ali. **Dois países, três estados:** a experiência dos palestinos nas fronteiras do sul do Brasil. In: **Conexões Culturais – Revista de Linguagens, Artes e Estudos em Cultura** - V. 01, n. 02, ano 2015, p. 333-351

BIAGGINNI, Hugo. **Diccionario del Pensamiento alternativo.** Editorial Biblios. México 2008. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?>

CARNEIRO FILHO, George, UEBEL, Roberto & RUCKERT, Aldomar. **Transborderings in South America:** Some Examples of Recent Researches. CIST2016 proceedings En quête de territoire(s)? *Looking for territories? Trabalho apresentado em congresso.* Disponível em: <http://www.gis-cist.fr/wp-content/uploads/2016/05/CIST2016-proceedings-web.pdf>

COLVERO, Ronaldo; PINTO, Muriel & RETAMOSO, Alexandre. **Integração ou separação?** Uma reflexão sobre a governança territorial no Prata a partir da construção da Ponte da Integração São Borja – Brasil / Santo Tomé – Argentina. In: *Revue franco-brésilienne de Géographie. / Revista franco brasileira de geografia.* N 31. 2017

POENITZ, Alfredo. *La ocupación del espacio y la consolidación de las fronteras em la alta cuenca del Rio Uruguay (1801-1840)*. IN GADELHA, Maria Regina. *Missões Guarani: impacto na sociedade contemporânea*. São Paulo, Edusc. 1999.

SANTANA. Nara & SANTOS, Ricardo: *Projetos de modernidade: autoritarismo, eugenia e racismo no Brasil do século XX*. IN *Revista de Estudos Sociais*. No. 58 • outubro-diciembre • Pp. 28-38 • Disponível em <http://www.scielo.org.co/pdf/res/n58/n58a03.pdf>

ZINELLI, Maria Marta. **A Associação de pescadores artesanais do Rio Uruguai.** Do estudo de caso a uma perspetiva de economia alternativa para a fronteira nacional. São Borja. UNIPAMPA. TCC. 2014.

Sites Visitados

GOOGLE EARTH <<https://www.google.com.br/intl/pt-BR/earth/>>

GOOGLE BOOKS <<https://books.google.com.br/books>?>

JUSBRASIL <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11778488/lei-n-6634-de-02-de-maio-de-1979>>

UNIPAMPA <<http://novoportal.unipampa.edu.br/novoportal/cerimonia-de-abertura-do-9o-siepe-promove-integracao-entre-brasileiros-e-uruguaios>>

YOUTUBE <<https://www.youtube.com/watch?v=Hce4fbhK9-g>>

CULTURA E IDEOLOGIA: A ditadura civil-militar e alguns de seus reflexos na democracia brasileira

Camila de Almeida Silva²⁴

A cultura do terror/7

O colonialismo visível te mutila sem disfarce: te proíbe de dizer, te proíbe de fazer, te proíbe de ser.

O colonialismo invisível, por sua vez, te convence de que a servidão é um destino, e a impotência, a tua natureza: te convence de que *não se pode dizer, não se pode fazer, não se pode ser*. (GALEANO, 2017, p. 157)

RESUMO: Este artigo, que trata dos reflexos da ditadura civil-militar na democracia brasileira, tem o objetivo de evidenciar a ideologia dominante no Brasil na década de 1960 e salientar que tal ideologia ainda está presente na cultura e na política do Brasil. Para cumprir tal objetivo, entende-se ideologia ou ideologias como organizadoras dos seres humanos, são como um terreno, em que os homens intervêm e adquirem consciência de sua situação no mundo, atuando sobre um povo no intuito de ordenar as vontades coletivas. A ditadura brasileira ainda pode e deve ser explorada, as relações com suas congêneres da América Latina ainda não foram descortinadas de forma satisfatória. As relações estabelecidas entre civis e militares no período e os reflexos para a cultura brasileira ainda precisam ser evidenciadas e nesse sentido este texto busca realizar essa tarefa.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar; Ideologia; Cultura política.

INTRODUÇÃO

A ditadura civil-militar brasileira que teve início a partir de um golpe de Estado, cuja sustentação ideológica esteve na Doutrina de Segurança Nacional, que “inaugurou a sucessão de regimes que se estabeleceram no Cone Sul da América Latina *[sic]*” (BAUER, 2006, p 15). Nesse sentido, é correto considerarmos que estratégias de terrorismo²⁵ [de Estado] enquanto sistema repressivo davam conta de disseminar uma “cultura do medo” (BAUER, 2006, p. 29), que a partir do “exercício da coerção física e psicológica, utilizaram-se, de forma institucional e racionalizada, de práticas como sequestro, como forma de detenção; a tortura física e

24 Professora Substituta na Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, campus São Borja. Atuando nos cursos de Licenciatura em Ciências Humanas e Bacharelado em Ciências Sociais – Ciência Política. Mestre em História pela Universidade Federal de Pelotas, UFPel. E licenciada em História pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

25 A autora trata aqui do terrorismo perpetrado pelo Estado com o objetivo de disseminar incerteza, medo permanente e construir um clima de caos.

psicológica, como disseminadoras do medo" (BAUER, 2006, p. 16).

Quando na década de 1960, com a renúncia de Jânio Quadros e o estabelecimento de uma crise diante de um golpe, formou-se uma frente conservadora com o objetivo de desestabilizar e descharacterizar o governo de João Goulart. Podemos encontrar um aprofundamento destas questões na obra de René Dreifuss, 1964: *A conquista do Estado ação política, poder e golpe de classes*, que converge, portanto, em demonstrar fundamentalmente que a conspiração frente ao governo de Jango foi estabelecida com grande participação da sociedade civil.

Nesse sentido, este artigo pretende cumprir o objetivo de evidenciar a ideologia dominante no Brasil durante a década de 1960 e os eventos que marcaram a ditadura civil-militar brasileira, e, por fim, destacar os elementos gestados durante o período e que ainda permanecem em nossa cultura e política.

Para cumprir tal objetivo, entende-se ideologia “não como utopia fria ou como uma simples doutrinação, mas como uma fantasia concreta que atua sobre um povo disperso e pulverizado para despertar e organizar a vontade coletiva” (GRAMSCI, 2000, p. 13-14).

Em *A ideologia alemã* (1845),

“Marx refere que as ideias dominantes numa sociedade são as da classe dominante, isto é, a classe no poder difunde suas ideias, sua cultura, sua ideologia em toda a sociedade. No prefácio de 1859 à *Contribuição para a crítica da Economia Política*, Marx concluiu que são as relações de produção (isto é, a forma de propriedade dominante) as que determinam não só as instituições políticas e estatais, mas a própria maneira de pensar, a consciência. Porém o modo de produção (as relações de produção e sua ligação com as forças produtivas) é contraditório. Portanto essa contradição – por exemplo, no modo de produção capitalista, a contradição entre classe operária e capitalista – coloca em discussão não só a política econômica, as questões sindicais imediatas, mas também as políticas e a cultura das ideias da classe dominante.” (GRUPPI, 1980, p. 81)

Mas como se mantém coesa uma sociedade imersa nessas contradições? A coesão advém a partir de um “bloco histórico”, um conjunto de forças políticas e sociais. E como se mantém essa relação entre a estrutura econômica e o Estado, como é possível que o Estado e a sociedade civil obtenham a coesão e o consenso de forças políticas, econômicas e sociais antagônicas?

Esse “bloco histórico” obtém o consenso entre os operários e camponeses cujos interesses se opõem aos da sociedade capitalista, não só pela influência política – diz Gramsci – mas também pela ideologia. A ideologia é o que mantém coeso o bloco histórico, que solda entre si seus elementos,

que permite manter unidas classes sociais diferentes e com interesses até opostos, antagônicos. A ideologia é o grande cimento de todo bloco histórico, faz parte de sua edificação. Essa não é só ideológica, mas cultural também, em primeiro lugar é política, mas não pode ser separada do aspecto da ideologia e das ideias. (GRUPPI, 1980, p. 82)

O trabalho de garantir a manutenção de regimes ditatoriais ocorre a partir das relações permanentes entre sociedade civil e sociedade política. A sociedade civil atuando em um espaço privilegiado da luta de classe, onde ocorre uma intensa disputa pela hegemonia, responsáveis pelo “consenso “espontâneo”” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce historicamente do prestígio” (GRAMSCI, 2014, p. 21). E a sociedade política ou Estado, possuidora da responsabilidade legal de assegurar “a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão de momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo” (GRAMSCI, 2014, p. 21).

Essas discussões surgem a partir de Gramsci, que nos auxilia a perceber que “tanto nos regimes democráticos, onde existe uma relação equilibrada entre coerção e consenso, até as mais rudimentares ditaduras, nenhum regime político foi capaz de sobreviver sem o estabelecimento de bases sociais e elementos de hegemonia” (MELLO, ano XIII, p.33). Nesse sentido, hegemonia é “construção de mundo” (BRANDÃO, 2007, p.5), ou seja, são os meios para a elaboração e/ou manutenção de determinada ideologia que historicamente encontram-se em disputa. O autor sugere também que todo movimento político, que pretenda ser hegemônico, que considere formar uma nova consciência deve estabelecer críticas as ideologias anteriores.

A DITADURA CIVIL-MILITAR, O APARATO REPRESSIVO E O POPULISMO

O Brasil durante o início do século XX passou por grandes transformações, “do início da década de 1930 ao final dos anos 50, transitou de uma economia agroexportadora, para a maior economia industrializada da América Latina” (MOREIRA, 2014, p. 15). Sob o comando de Getúlio Dornelles Vargas, que assumiu o poder a partir de um golpe, e que originalmente executou uma política de defesa e valorização do café, e passa progressivamente a estimular o processo de industrialização, nacionalizando a economia, investindo no setor de bens não duráveis e na criação de indústrias de base, esse processo é conhecido como Substituição de Importações.

Além disto, Vargas, pauta seu governo em inúmeras reformas, entre elas uma reforma econômica, que visava à proteção da economia, em especial a indústria, com finalidade de garantir a intervenção estatal para modernizar o sistema econômico. Também implementou medidas de proteção ao trabalho, fortemente ligadas ao Estado, essas mudanças segundo Fonseca,

Não representaram nem uma imposição do estado à sociedade, posto que nesta foi gestado e enraizado socialmente ao longo de sua vigência, nem tampouco pretendia ocupar espaço da iniciativa privada ou suprimi-la, já que se tratava de um projeto de desenvolvimento capitalista. (FONSECA, 2009, p. 2)

Vargas progressivamente efetuou a substituição dos investimentos, que em maior parte estavam destinados ao setor cafeeiro, para promover a diversificação da produção agrícola e ampliação do setor industrial a fim de afastar-se da “perspectiva de estagnação” (PRADO, p. 218) e decadência em que vivia o Brasil do período. No entanto, para o progresso do novo modelo econômico, conforme Prado Júnior, era necessário, sobretudo, criar e ampliar o mercado interno, que no modelo anterior podemos considerar incipiente. Ou seja, desenvolver o “fator consumo” (PRADO, p. 218) a fim de garantir o crescimento populacional e a elevação do padrão de vida dos cidadãos.

A crise do modelo agroexportador, aguçada ainda mais durante o “quebra quebra de 1929” obriga o sistema econômico a refazer-se, a romper com a ideia de que o Brasil possuía vocação agrícola, ou seja, “deixar de ser um simples fornecedor do comércio e dos mercados internacionais, e tornar-se efetivamente o que deve ser uma economia nacional, a saber, um sistema organizado de produção e distribuição dos recursos” (PRADO, p. 226).

Com o governo de Juscelino Kubitschek, há uma reorientação no desenvolvimento do sistema capitalista. Segundo analistas da época, as dificuldades que enfrentava o Brasil desde os anos de 1930 provinham do processo de substituição de importações não planejado. JK a partir do Plano de Metas pretendia consolidar tal processo, a fim de garantir o crescimento econômico, que só pôde ser estabelecido devido à forte presença de investimentos estrangeiros e empréstimos, acarretando a entrada de inúmeras multinacionais. Esse aumento no número de investimentos estrangeiros promoveu o surgimento de um novo tipo de burguesia, tornada dependente dos investimentos estatais, bem como, do capital multinacional e associado. Segundo Dockhorn,

A industrialização acelerada dos anos 50 provocou a emergência de uma burguesia ligada às empresas de grande porte, dependente dos investimentos estatais e do capital

multinacional; os canais criados durante o governo de Juscelino Kubitschek propiciaram o desenvolvimento de uma política econômica visando a realização dos interesses dessa fração. Porém, o controle do poder político encontrava-se em outra fração da burguesia que ascendeu ainda no Estado Novo (setores tradicionais da oligarquia agrária, essencialmente nacionalistas, voltados para a agroexportação, vital na obtenção de divisas do exterior) ... Por outro lado, a nova burguesia tratou de reforçar e ampliar a sua força política, principalmente pela atuação de entidades civis. Com João Goulart na presidência, a acentuação da crise econômica e o acirramento da luta de classes, a possibilidade de uma ruptura no processo de crescimento econômico do país teve de ser freada. Esgotava-se assim o pacto populista. (DOCKHORN, 2002, p. 16)

Conforme o autor, o exercício do poder encontrava-se nas mãos da burguesia ligada a oligarquia tradicional, com característica essencialmente nacionalista e agroexportadora. Mesmo que, a classe burguesa ligada a investimentos de capital multinacional e associado terem atingindo predomínio entre os anos 1950 e 1960, não encontraram meios através dos mecanismos populistas de manter-se no poder.

Essa relação entre populismo e industrialização esteve presente desde os anos de 1930. Visto que populismo é uma teoria analítica ou um paradigma explicativo, que permite perceber com certa unidade os governos latino-americanos. Também podemos defini-lo como um conjunto analítico com um forte substrato teórico que funciona como “chave interpretativa da natureza de certos sistemas políticos latino-americanos surgidos no pós-crise de 29 e extintos pela sequência de golpes civis militares” (DEMIER, 2012, p. 207).

O projeto populista garantiu os interesses da burguesia industrial, mas ela apenas não poderia sustentar e superar o antigo regime agroexportador, nesse sentido, foi essencial o “apoio de setores médios e parcelas sindicalizadas dos trabalhadores urbanos” (MATTOS, 2014, p. 15).

A grande inovação foi tornar possível a construção de uma hegemonia efetiva que, ao contrário da dominação exercida pelo Estado Oligárquico, não se sustentava exclusivamente através da coerção, mas viabilizou a produção de uma ideologia eficaz e a constituição de um conjunto de aparatos de propaganda, mobilização e produção de consenso em torno do projeto populista. (MATTOS, 2014, p. 15)

O êxito do projeto populista esteve na sua capacidade de “hegemonizar vastas parcelas da pequena burguesia e do proletariado, obtendo seu apoio ativo para o projeto que visava colocar o Estado a serviço de uma política de industrialização”, ou seja, “converte vastos setores sociais em defensores de um projeto, uma ideologia que não

corresponde a seus interesses históricos de classe" (MATTOS, 2014, p. 15). Esse projeto ou pacto populista é essencial para compreender o período aqui destacado, o acirramento das lutas políticas e dos limites impostos pelo sistema tensiona a luta por direitos e estimula a intervenção civil militar.

João Goulart sem o apoio necessário no Congresso para aprovar as reformas que acreditava serem emergentes se aproxima da base política de seu partido, (movimentos populares e sindicatos). O governo buscava a partir dessa ação produzir pressão política para efetivar a aprovação das Reformas de Base, acarretando o aguçamento das greves e das mobilizações em prol da aprovação de tais reformas, defendendo também a democracia e a extensão dos direitos trabalhistas ao campo.

Em contrapartida, os conservadores como o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), setores da igreja, entre outros, alguns financiados pelo capital internacional e pela embaixada dos Estados Unidos, passam a denunciar por diversos meios a "subversão" e a "comunização do país", efetuando uma ampla campanha a fim de desestabilizar e desacreditar o governo de João Goulart.

A efervescência do período grande, e embora as medidas propostas pelo Executivo fossem compatíveis com o projeto populista, "eram politicamente explosivas, pois, liquidavam qualquer disposição da burguesia agrária em aceitar a direção política do bloco político constituído sob a direção da burguesia industrial" (MATTOS, 2014, p. 21). Nesse sentido, as muitas movimentações durante o período, embora caracterizassem um período de efervescência política e cultural não denotava necessariamente uma associação ao comunismo.

É importante destacar também que a ditadura civil-militar brasileira não pode ser entendida se afastada das suas congêneres na América Latina, elas fizeram parte de um longo processo que buscou implementar no continente uma ideologia interessada em "justificar e legitimar a perpetuação por meios não democráticos de um modelo altamente explorador de desenvolvimento dependente" (ALVES, 2005, p. 27).

O início dos anos 60 na América Latina foram conturbados no sentido político: a Revolução Cubana de 59-60 deixou a marca do comunismo, marca esta que foi projetada para toda a América Latina e a partir dela um sentimento anticomunista. A intervenção dos Estados Unidos, a tensão presente nos regimes democráticos na América e a tensão internacional entre o comunismo e o "mundo livre", "forneceu o alibi ideológico para os golpes militares" (COGGIOLA, 2001, p. 11).

No Brasil o bastião para a intervenção foi a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), formulada na Escola Superior de Guerra (ESG), e tornada

lei com o decreto número 314/1968, seu principal objetivo, combater o inimigo interno.

A teoria da guerra total baseia-se na estratégia militar da guerra fria, que define a guerra moderna como total e absoluta. Em vista do imenso poder destrutivo das armas nucleares e do inevitável confronto das duas superpotências – os Estados Unidos e a União Soviética –, a teoria conclui que a guerra não mais se limita ao território dos países beligerantes ou a setores específicos da economia ou da população. (ALVES, 2005, p. 43).

Tendo como subsídio a DSN, o golpe civil-militar, e consecutivamente os 21 anos de regime tinham a missão de restaurar no Brasil e na América Latina a ordem econômica, política e social, para isso tomou medidas para findar os avanços do comunismo internacional e a matriz progressista dos governos instituídos democraticamente.

Conforme Maria Helena Moreira Alves (2005), com a crescente penetração do capital internacional, juntamente ao capital multinacional e nacional associado criou-se uma dependência no funcionamento deste tripé, visto que, para afastar-se do “perigo comunista” era vital a manutenção do desenvolvimento econômico.

No intuito de garantir o controle do Estado e a hegemonia do modelo capitalista na América Latina a DSN usou “um abrangente corpo teórico constituído de elementos ideológicos e diretrizes para a infiltração, coleta de informações e planejamento político-econômico de programas governamentais” (ALVES, 1984, p. 54). O destino do Brasil foi traçado em virtude de sua extensa área e de sua grande influência nos países latino-americanos.

Em vista de sua posição estratégica, o continente latino-americano está claramente comprometido com o campo dos Estados Unidos, permanecendo inevitavelmente em sua esfera de influência e controle. O poder econômico do ‘Gigante do Norte’ anula a possibilidade de neutralidade para a América Latina; o *destino manifesto* impele os países latino-americanos a se juntarem aos Estados Unidos na defesa geral do Ocidente contra a ameaça de expansão comunista, representada pelas ambições imperialistas da União Soviética. [...] A superioridade do Brasil nesta parceria deriva de sua posição geográfica... (ALVES, 1984, p. 55-56)

O capital multinacional e associado, mesmo atingindo uma supremacia nos anos 50 e 60 não conseguiu inserir-se no poder através dos mecanismos “populistas”. Nesse sentido, foi necessário recorrer a meios extra constitucionais, visando à “conquista do Estado, isto é, buscar o exercício direto do poder nos altos cargos estatais, e não à influência indireta” (MORAES, 2012, p. 32).

OS INTELECTUAIS ENVOLVIDOS: AÇÃO POLÍTICA, ECONÔMICA E IDEOLÓGICA

As proposições de Gramsci sobre a organização da sociedade e a sua noção de Estado Ampliado, que agrupa o entendimento da sociedade política – historicamente justificada nas contradições da sociedade capitalista – ao conceito de sociedade civil, que vulgarmente são conhecidos como entidades privadas, como igrejas, escolas, partidos políticos etc., proporcionam um refinamento no entendimento do Estado e nas necessidades da luta de classe. Não basta ser classe dominante ou tomar o Estado para superar as contradições do sistema capitalista é preciso antes de tudo construir uma hegemonia.

E do mesmo modo, manter-se classe dominante exige esforços, o intuito é garantir que, pelo menos, parte da sociedade conceda o consentimento ao modelo proposto/efetivado pela classe dirigente. Durante a ditadura civil-militar o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) foi um dos responsáveis pela sustentação ideológica do regime. E nesse sentido que o conceito “ditadura civil-militar” se sustenta, visto que, como foi discutido acima, tanto em regimes democráticos quanto em regimes ditatoriais é preciso para manter-se classe dominante sustentar ou criar uma hegemonia.

Hegemonia não se limita apenas no convencimento e no domínio da opinião pública. Se trata, portanto, de um meio para a construção de uma ideologia, de disseminação de determinada cultura. A ação política realizada pelos intelectuais que integram o IPES “não apenas pretende satisfazer todas as necessidades de seu público, mas pretende também criar e desenvolver estas necessidades e, consequentemente, em certo sentido, gerar seu público e ampliar progressivamente a sua área” (GRAMSCI, 2014, p. 195).

Dito de outra forma, hegemonia é a capacidade de uma classe dominante ou pretensa ao domínio, de construir o consenso e/ou consentimento, tornando-se classe dirigente e capaz de se encarregar da direção moral e intelectual de uma grande maioria.

O exercício ‘normal’ da hegemonia, no terreno clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações –, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados. (GRAMSCI, 2000. p. 95)

Nesse sentido, hegemonia é “construção de mundo” (BRANDÃO, 2007. p. 5), são os meios para a elaboração e/ou manutenção de determinada

ideologia que historicamente encontram-se em disputa. Todo movimento político que pretenda ser hegemônico, que considere formar uma nova consciência, deve estabelecer críticas as ideologias anteriores.

Desse modo, tanto para Marx quanto para Gramsci, um tipo qualquer de associação que tomasse parte de alguma ação política consciente, de organização de “vontades coletivas”, dotada de um princípio político invocador de um projeto de sociedade, pode ser encarado como partido político (SANTOS, 2007, p. 30).

O que Gramsci propõe é algo como uma baliza metodológica, um meio para que o pesquisador perceba a capacidade do sistema privado de hegemonia (meios de comunicação, institutos, sistema educacional, religião) de realizar seu programa, de transpor um planejamento em ação política.

Desta forma, o partido é “um mecanismo que realiza na sociedade civil a mesma função desempenhada pelo Estado”, é também “o modo próprio de elaborar sua categoria de intelectuais orgânicos” (GRAMSCI, 2014, p. 24). Os intelectuais “são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político” (GRAMSCI, 2014, p. 21). Eles se formam segundo processos históricos e em relação com o mundo produtivo, mediados pelo conjunto das superestruturas (ideologia, instituições, sistema de ideias), dos quais “os intelectuais são precisamente os funcionários” (GRAMSCI, 2014 p. 20).

Como qualquer organização, seu objetivo é “elaborar os próprios componentes, elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como ‘econômico’ até transformá-lo em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade íntegra, civil e política” (GRAMSCI, 2014, p. 24).

A atuação direta dos membros do complexo IPES/IBAD é demonstrada na pesquisa do sociólogo René Dreifuss, tornando evidente que tal grupo estava “engajado em uma vasta campanha que procurava manipular a opinião pública e doutrinar as forças sociais empresariais modelando esses interesses para uma classe ‘para si’” (DREIFUSS, 1981, p. 281). Faz ver a existência de uma campanha cujo interesse era estabelecer consenso tanto intra, como extraclasse.

O LEGADO DA DITADURA CIVIL MILITAR PARA A CULTURA POLÍTICA BRASILEIRA

O Brasil durante a ditadura civil-militar vivenciou o mais longo regime militar de sua história, de 31 de março ou 1 de abril de 1964 até a eleição indireta em 15 de janeiro de 1985 do presidente Tancredo Neves. Os militares editaram e emendaram as constituições de 1967

e 1969 respectivamente, prevalecendo em ambas uma visão estatal (ZAVERUCHA, 2010).

A transição “lenta, segura e gradual”, negociada pelo presidente Geisel, pretendia o retorno à democracia. A Constituição de 1988 de acordo com Zaverucha de fato apresentou de forma bastante contundente a palavra “direito” em oposição a palavra “obrigações/deveres”. No entanto, de acordo com este mesmo autor, embora apresentando avanços, a nova Constituição não foi tratada de forma tão progressista no que consta as relações civis-militares (ZAVERUCHA, 2010).

Ainda na perspectiva da transição “lenta, segura e gradual”, o retorno tutelado para a democracia precisava garantir a isenção dos militares nos crimes praticados em nome do regime. A Lei da Anistia promulgada em 28 de agosto de 1979 pelo então presidente João Figueiredo concede o perdão aos condenados por crimes políticos, mas também para os militares e aos colaboradores que operavam de forma ilegal em nome da manutenção da ditadura civil-militar.

A atuação de civis e de entidades na campanha pelas “Diretas Já” foi um grande avanço na participação política, mesmo em meio a avanços e retrocessos possibilitou que grupos civis se engajassem em torno de uma ideal comum, o retorno da democracia, que só viria com a promulgação de uma nova constituição e do restabelecimento do voto direto para presidente da República.

A problemática sobre a Constituição Brasileira de 1988 tem início com sua composição. Em 1986 ocorreram as eleições gerais, o conturbado período político permitiu a eleição de 22 governadores do PMDB, partido que fez também a maioria dos senadores eleitos. Havia grupos que defendiam a formação de uma Constituinte exclusiva, ou seja, formada por representantes eleitos para exclusivamente elaborar a nova Constituição. No entanto, a herança autoritária não foi questionada e se manteve o Congresso Constituinte, senadores e deputados federais já eleitos em 1986 somariam as suas funções a tarefa de elaborar a nova Constituinte.

Os militares vetaram uma Assembleia Nacional Constituinte como órgão responsável pela elaboração da nova Constituição. Receosos de perderem o controle das futuras decisões, somente aceitaram um Congresso Constituinte, composto pelos membros eleitos para o existente Congresso, conforme confidenciou o então senador Fernando Henrique Cardoso, em uma reunião pública. FHC, posteriormente, negou em nota escrita tal informação (ZAVERUCHA, 2010, p. 44)

A manutenção do legado autoritário do Brasil é observada também no entendimento contido na relação entre as polícias e os militares. Não houve mudanças, principalmente quando civis “formalizaram as

prerrogativas constitucionais [...] e deram um verniz democrático aos amplos poderes dos militares. Em termos procedurais, o processo de redação da Constituição foi democrático. Contudo, a essência do resultado não foi liberal" (ZAVERUCHA, 2010, p. 42).

Em 5 de outubro de 1988 foi promulgada a nova constituição, ela consagrou-se como a mais avançada constituição do Brasil, descentralizou poderes, estabeleceu direitos sociais atendendo a muitas demandas presentes na sociedade, no entanto, "permaneceu praticamente idêntica à Constituição autoritária de 1967 e à sua emenda de 1969. [E] às cláusulas relacionadas com as Forças Armadas, Polícias Militares estaduais, sistema judiciário militar e de segurança pública em geral" (ZAVERUCHA, 2010, p. 45).

Em vista da importância da manutenção dos poderes militares, as Forças Armadas temendo perder tais poderes "nomearam 13 oficiais superiores para fazerem lobby pelos interesses militares ante os constituintes. Este lobby era muito bem organizado, chegando a levar os congressistas para visitas às instalações militares em todo o país" (ZAVERUCHA, 2010, p. 45).

As amarras da Constituição Brasileira de 1988 podem ser percebidas também, quando analisando alguns dos artigos do documento. Alguns artigos pecam no seu conteúdo, seus artigos são constitucionais, no entanto "o artifício é manter a formalidade da democracia, mas retirando seu conteúdo liberal" (ZAVERUCHA, 2010, p. 48).

O exemplo disso é o artigo 142, que afirma que as Forças Armadas "são instituições nacionais permanentes e regulares, [...] sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem" (CONSTITUIÇÃO, 1988, p. 118). Mas a pergunta colocada é, "como é possível se submeter e garantir algo simultaneamente?" (ZAVERUCHA, 2010, p. 48). Como é possível que simultaneamente as Forças Armadas se submetam ao Presidente da República e garantam o correto funcionamento dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Segundo Zaverucha, "em uma democracia, o poder não é deferido a quem tem força, mas ao contrário, a força é colocada ao serviço do poder" (2010, p. 45). No Brasil, parece ter ocorrido o contrário, entregou-se o poder há aqueles mais tentados a tencionar os limites da democracia.

Destaca-se ainda o fato de que o conceito de ordem não está preestabelecido, ele está carregado de subjetividade e de valores ideológicos, podendo assim tornar-se o bastião para defesa da "ordem para o mercado", "ordem para o capital" ou "ordem para donos dos meios de produção". A Constituição Brasileira não define os critérios que constituem uma violação da lei ou da ordem, deixando aberto para as próprias Forças Armadas essa definição, com critérios subjetivos e com forte carga ideológica.

Esse artigo é apenas um exemplo que demonstra parte da natureza da Constituição Brasileira, que embora supere todas as anteriores no detalhamento e principalmente no caráter da cidadania, manteve suas amarras com as Forças Armadas, não por acaso gestadas durante a ditadura civil-militar e efetivadas na abertura “lenta, segura e gradual” e também na formação da Assembleia Constituinte.

O artigo 142 da Constituição brasileira permite as Forças Armadas suspender a ordem estabelecida sempre prestar contas a nenhum órgão superior, nesse sentido, os militares podem golpear a democracia amparados pelos elementos constitucionais (ZAVERUCHA, 2010).

O problema que se apresenta ao pesquisador é o fato de que ainda não se denunciou suficientemente a ditadura e nem se explorou na totalidade as relações estabelecidas entre civis e militares. Isso não se deve ao desconhecimento do passado, enumera pesquisas têm descortinado tais eventos, mas é preciso lembrar como apostila George Orwell “quem controla o passado controla o futuro” (ORWEL, 1984), talvez aos pesquisadores das Ciências Humanas caiba se colocar como fiel da balança, visto que o passado é o elemento principal, é substrato para a construção historiográfica,

“é a matéria-prima para as ideologias nacionalistas ou étnicas ou fundamentalistas, tal como as papoulas são a matéria-prima para o vício da heroína. O passado é um elemento essencial, talvez o elemento essencial nessas ideologias. Se não há nenhum passado satisfatório, sempre é possível inventá-lo.” (HOBSBAWM, 2006, p. 17)

O desafio é o cuidado de si e a busca da científicidade do conhecimento produzido, apegos aos métodos, técnicas e o compromisso com a produção ética. Descortinar o passado do Brasil e da América é um trabalho em permanente construção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

BRANDÃO, Nágela Aparecida; DIAS, Edmundo Fernandes. **Trabalho & Educação** – vol.16, nº 2 – jul / dez – 2007.

COGGIOLA, Osvaldo. **Governos Militares na América Latina**. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

DREIFUSS, René. **1964: A conquista do Estado. Ação Política. Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis, Vozes, 1981.

DEMIER, Felipe. Populismo e historiografia na atualidade: lutas operárias, cidadania e nostalgia do varguismo. **Revista Mundos do Trabalho**, vol 4, n.8, julho-dezembro de 2012. p. 204-229. p. 207

- GALEANO, Eduardo. **O livro dos abraços**. Porto Alegre: L&PM, 2017.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Os intelectuais e o princípio educativo. Jornalismo. V. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Notas sobre Estado e Política. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000
- GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel**. As concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. L&PM. Porto Alegre, 1980.
- HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- MATTOS, Marcelo Badaró; VEJA, Rúben. **Trabalhadores e Ditaduras**: Brasil, Espanha e Portugal. 1^a ed. – Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- MELLO, Demian Bezerra de. Ditadura “civil-militar”?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. **Revista Espaço Plural**. Ano, XIII, n°27, p. 39-53.
- MORAES, Thiago Aguiar de. **Entreguemos a empréesa ao povo antes que o comunista a entregue ao Estado**: os discursos da fração “vanguardista” da classe empresarial gaúcha na revista “Democracia e Empréesa” do Instituto de Pesquisas Económicas e Sociais do Rio Grande do Sul (1962-1971).229 f. Dissertações (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2012.
- SANTOS, Igor Gomes. A “eficiência real”: apontamentos de Gramsci para uma história/concepção dos partidos políticos. **5º Colóquio Internacional Marx e Engels**. Novembro, 2007. Disponível em:http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt2/sessao2/Igor_Santos.pdf
- ZAVERUCHA, Jorge. Relações civil-militares: o legado autoritário da Constituição brasileira de 1988. In. TELES, Edson; SAFATLE Vladimir (Orgs.), **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010.

ASPECTOS CULTURAIS NOS MOVIMENTOS SOCIAIS: Uma análise a partir da literatura da área e de pesquisa empírica

Gerson de Lima Oliveira²⁶

RESUMO: Historicamente na literatura sociológica sobre ações coletivas e movimentos sociais, os aspectos culturais costumavam ser secundarizados em detrimento de abordagens que davam primazia aos fatores materiais de sustentação das mobilizações sociais ou aos elementos meramente “psíquicos” que reduziam o processo de engajamento a um comportamentalismo restrito à ação e reação. Neste capítulo, nosso objetivo é apresentar como os aspectos culturais das mobilizações sociais passam a ganhar centralidade na literatura sociológica de movimentos sociais realizando 1) uma apresentação do debate no âmbito desta literatura e; 2) a discussão destes elementos a partir dos resultados de uma pesquisa empírica realizada por este autor. Por fim, concluímos demonstrando o quanto a abordagem dos aspectos culturais possibilita uma compreensão mais complexa e menos mecanicista dos movimentos sociais.

Palavras-chave: Cultura; Movimentos Sociais; Ação Coletiva; Mobilização.

INTRODUÇÃO

As abordagens sociológicas clássicas sobre os movimentos sociais²⁷ tendiam a considerar os fatores culturais como algo secundário no processo de mobilização social. As primeiras delas – mais alinhadas ao funcionalismo - tendiam a caracterizar os movimentos sociais como uma espécie de “histeria coletiva” nas quais eram utilizados aspectos psicologizantes das massas que destacavam uma suposta irracionalidade no comportamento coletivo, aqui caracterizado como de “bando”. Os funcionalistas empregavam uma abordagem claramente pessimista das ações coletivas de movimentos sociais por considerar as desestabilizações do sistema social a manifestação de certo grau de anomia da sociedade (GOHN, 2011). Por outro lado, a vertente teórica que rivalizava com o funcionalismo estava alinhada à perspectiva marxista das mobilizações sociais e vê nestas um catalisador das transformações sociais, cuja principal deficiência era a compreensão um tanto quanto automática da formação dos movimentos sociais: as contradições sistêmicas acarretariam em situações de tensão nas quais as classes sociais em confronto tendem a

26 Professor de Sociologia do curso de Licenciatura em Ciências Humanas e Bacharelado em Ciências Sociais – Ciência Política, pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), campus São Borja. Pesquisa sobre movimentos sociais, mobilização e processos de engajamento no âmbito da Sociologia. Contato: gerson.oliveira@unipampa.edu.br.

27 Neste texto movimentos sociais são compreendidos genericamente como “redes formais e informais de atores (organizações, grupos e indivíduos) engajadas em conflitos em torno de interesses materiais ou simbólicos, baseadas em identidades compartilhadas” (DIANI, 2000:389).

ser organizar e a disputar a hegemonia ou a ruptura do sistema social e econômico. O que sabemos a partir de todo o acúmulo de produção investigativa na área dos movimentos sociais é que tal condição pode ser considerada no máximo uma tendência em certos contextos, mas que este automatismo universaliza um determinado padrão de movimento social que não se comporta desta forma devido a uma série de fatores, dentre eles, muitas vezes, os aspectos culturais que nesta abordagem são praticamente desconsiderados, como se as ações coletivas funcionassem apenas sob efeitos de ação e reação.

Na metade do século XX, teorias como a da Mobilização de Recursos (MR) ganham espaço a partir da concepção de que era necessário avançar em relação ao diagnóstico do que possibilitava a formação dos movimentos sociais para como eles se sustentavam ao longo do tempo. Neste sentido, contribuições acerca da sociologia das organizações são incorporadas na compreensão de como os movimentos sociais viabilizam suas ações espacial e temporalmente. Como aprofundamento da Teoria da Mobilização de Recursos, surge a Teoria da Mobilização Política (MP) cuja ênfase não se dá somente na compreensão de como os movimentos sociais se sustentam por si mesmos, mas como as influências do contexto político podem abrir ou restringir oportunidades para a formação de movimentos sociais (ALONSO, 2009).

A partir da década de 1970, com o advento da Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) e do aprimoramento da MP que resultou na Teoria do Processo Político (TPP), a dimensão cultural²⁸ passa a ganhar centralidade na compreensão de como movimentos sociais articulam discursivamente suas demandas, como diagnosticam e significam problemas sociais, da mesma forma como apresentam soluções aos mesmo e se colocam como alternativa. Com a compreensão dos aspectos da cultura como um dos fatores centrais das ações coletivas, questões como a performance de ação passam a ser tão valorizadas como as estratégias de ação mais pragmáticas, tentando romper com a hegemonia da consideração das questões materiais da ação coletiva em relação às simbólicas.

A consideração de tais aspectos passou a permitir uma compreensão mais complexa dos movimentos sociais, de maneira a romper com certos automatismos ou generalizações que caracterizavam importantes correntes desta literatura. Para Daniel Cefaï (2009) a principal contribuição das abordagens contemporâneas em relação aos paradigmas clássicos dos

²⁸ Para Jasper (2016:25), o conceito de cultura é compreendido no âmbito da sociologia dos movimentos sociais como “pensamentos, sentimentos e princípios morais comuns, juntamente com as representações físicas que criamos para expressá-los ou moldá-los. É por meio de processos culturais – desde cantar e ler até se juntar a uma passeata pelas ruas – que damos significado ao mundo, que compreendemos a nós mesmos e os outros. A cultura permeia as ações dos manifestantes, assim como as de todos os outros atores com os quais eles interagem, tal como juízes, policiais, parlamentares, repórteres e outros. Precisamos entender ambos os lados – ou os muitos lados – de um conflito.”

estudos sobre mobilização e movimentos sociais é romper com o legado do utilitarismo que trata os indivíduos como demasiadamente calculistas, como se o que estivesse em jogo no processo de mobilização social fosse tão somente o cálculo racional baseado na maximização de possíveis ganhos:

Os atores não são mais apenas marionetes movidas por condições objetivas às quais obedecem, não são mais somente pequenos demiurgos que calculam, em termos de rentabilidade ou de produtividade. Eles são confrontados a mundos, dos quais provam a realidade e a justiça em relação a suas maneiras de se engajar, são submetidos a coerções ecológicas fortes, mesmo dispondo de uma margem de manobra que lhes confere alguma liberdade. E, sobretudo, dispõem de uma *capacidade de julgamento estético, moral e político* (CEFAI, 2009:15).

Ou seja, a tentativa de equilíbrio na consideração dos fatores simbólicos, da mesma forma como as questões materiais que envolvem os movimentos sociais são historicamente valorizadas, nos permite compreender a ocorrência (ou não) de mobilizações sociais levando em conta as especificidades culturais de uma determinada situação, assim como as oportunidades e limitações impostas pelo contexto social, político, econômico, material e etc. A dimensão cultural de compreensão dos movimentos sociais permite, justamente, entender como estes identificam problemas sociais e significam os mesmos apresentando críticas e possíveis soluções a tais problemas.

Isto implica tornar uma demanda política aceitável e relevante, articulando sentidos e significados que buscam fazer das reivindicações algo inteligível e legítimo à esfera pública, ou seja, convincente no sentido de conquistar a simpatia ou a adesão de indivíduos e grupos alheios ao movimento, mas que podem tornar-se simpatizantes da causa, apoiá-lo abertamente ou até mesmo converterem-se em militantes. Sob diversas perspectivas teóricas e epistemológicas, vasta literatura das ciências sociais busca explicar de que maneira elementos discursivos são mobilizados de forma a garantir coerência e legitimidade às ideias e representações construídas pelos grupos sociais. No âmbito da sociologia, os estudos em torno da construção de enquadramentos interpretativos têm sido um dos principais suportes teórico-metodológicos mobilizados para a explicação de como agentes organizados em movimentos sociais compartilham ideias e objetivos comuns que sustentam sua mobilização.

A noção de quadro interpretativo (ou moldura interpretativa – *interpretative frame*) é extraída originalmente da obra de Erving Goffman (1974) e, posteriormente introduzida nas discussões acerca dos movimentos sociais. Goffman desenvolve o conceito tendo em vista explicar como os indivíduos constroem significados que os permitem organizar suas experiências de vida expressas nas interações quotidianas. Preocupado em

esmiuçar os elementos constituintes nas relações face a face, Goffman as dissecava numa série de fatores que vão desde a emissão, recepção e compreensão de informações em uma conversa informal, à representação de papéis sociais cuja reprodução estaria ancorada em um nível mínimo de expectativa criada entre os interlocutores em relação à conduta do outro. Neste sentido, Goffman define o conceito de *interpretative frame* como “princípios de organização que governam eventos (...) e nosso envolvimento subjetivo neles” (GOFFMAN, 1986).

A utilização do conceito de enquadramento interpretativo na análise dos movimentos sociais é introduzida por Snow (1986) e Benford (1997) e, posteriormente, passa a ser utilizada por outros autores deste campo de estudos. O objetivo seria a operacionalização do conceito de Goffman a níveis mais abrangentes que aquele das interações face a face. Neste caso, utilizá-lo na compreensão de como indivíduos organizados em movimentos sociais constroem significados, justificativas e motivações para suas ações. De acordo com Benford e Snow (2000), o conceito de quadro interpretativo aplicado ao estudo das ações coletivas serve para a compreensão de três dimensões centrais: [1] a como os agentes diagnosticam (e constroem) determinado problema social; [2] como propõem soluções viáveis a este problema; e [3] como fomentam o engajamento. Desta forma, os autores definem o conceito de enquadramento interpretativo da ação coletiva como elementos que “inspiram e legitimam atividades e campanhas de um movimento social” (BENFORD; SNOW, 2000).

As três dimensões citadas acima abarcariam outros três níveis: o discursivo, o estratégico e o contencioso. O nível discursivo tenta dar conta de como os atores elaboram e compartilham significados entre si, criando uma base mínima de identificação mútua na qual se engajam. O elemento discursivo é também aquele a partir do qual os atores elaboram de forma lógica seus senso de justiça, ligando seus significados compartilhados a uma razão para engajar-se. Nestes dois primeiros níveis, a influência da cultura é crucial. No nível estratégico, os indivíduos organizados elaboram sua forma de ação com vistas a atingir seus objetivos, que por sua vez pode produzir o nível contencioso, aquele no qual organizados os agentes desencadeiam ações em prol de suas reivindicações e contra seus opositores. Note-se que Benford e Snow calcam sua análise dos marcos interpretativos nos seus elementos “racionais/estratégicos”, não dando tanta ênfase aos elementos simbólicos mais ligados ao papel das emoções no processo de engajamento e sustentação da ação coletiva. Algo que posteriormente foi complementado por trabalhos como os de Jasper, Goodwin e Polletta (2001) que problematizam a artificialidade da separação entre razão e emoção, comumente empregada nas ciências sociais como legado de seus autores clássicos cujos paradigmas datam dos séculos XVIII e XIX.

Com o objetivo de construir uma visão mais holística da influência

da cultura no processo de mobilização social, Jasper (2016) incorpora a influência das emoções como aspecto analítico dos movimentos sociais, dimensão historicamente relegada um segundo plano - ou até mesmo ignorada – diante da sobrevalorização da racionalidade estratégica dos movimentos sociais:

Um aspecto da cultura consiste nas muitas emoções que dão às compreensões cognitivas o poder de atrair a atenção ou motivar a ação. Os sentimentos estão presentes em todos os estágios e aspectos do protesto, da mesma forma que em toda vida humana. Antes consideradas uma fonte de irracionalidade, as emoções também podem nos ajudar a tomar decisões e perseguir nossos objetivos. A indignação, emoção que combina a raiva com o ultraje moral, é o cerne do protesto, o primeiro sinal de que sentimos haver no mundo algo errado que precisa ser consertado. Também nos dá a energia para tentar consertá-lo (JASPER, 2016:14-5).

Podemos perceber que a incorporação de aspectos culturais para a compreensão dos movimentos sociais corresponde a um processo recente e que aos poucos tem avançado no sentido de romper com algumas dicotomias clássicas que impossibilitavam leituras mais complexas de como e por que as pessoas se mobilizam em torno de ações coletivas e movimentos sociais. O conceito de enquadramento interpretativo, por sua vez, nos permite identificar quais elementos de significação dos problemas e dos conflitos estão presentes dentro de uma determinada cultura, assim como elementos do repertório de ação e da performance utilizada pelos movimentos sociais. O entendimento de que as questões materiais estão intimamente ligadas às questões simbólicas e que não há uma sobreposição entre estes fatores, nos possibilita uma análise mais complexa dos movimentos sociais. Na seção seguinte veremos como os aspectos culturais e simbólicos figuram a partir de uma pesquisa empírica realizada por este autor.

ASPECTOS CULTURAIS DA AÇÃO COLETIVA A PARTIR DO CASO DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS

Em pesquisa de doutorado realizada entre os anos de 2011 e 2016 dediquei-me a explorar o processo de mudança de escala²⁹ da mobilização

²⁹ O conceito de mudança de escala carrega consigo a ideia de que a organização e mobilização de alguns movimentos sociais passa por transformações materiais e simbólicas ao longo do tempo. Esta forma de encarar o problema de pesquisa dialoga com os pressupostos da Teoria do Processo Político (TPP), cujas principais referências aqui mencionadas são Charles Tilly, Sidney Tarrow e Doug McAdam em uma obra conjunta intitulada *Dynamics of Contention* (2001).

e organização do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Por mudança de escala se comprehende transformações ocasionadas pelo desencadeamento de uma série de mecanismos que possibilitam a um movimento social expandir-se tanto em termos materiais, quanto simbólicos, isto é, no alcance e difusão de suas demandas e reivindicações. Na pesquisa em questão foram abordadas duas dimensões da mudança de escala: a expansão organizativa do movimento e o que chamamos de amplificação simbólica. Para contemplação dos objetivos deste texto, nos dedicaremos à segunda dimensão, pois é nela que os elementos culturais do movimento social estão manifestados (OLIVEIRA, 2016).

A organização articulada das populações atingidas por barragens no Brasil inicia-se na bacia do Rio Uruguai - na região próxima à divisa dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - em meados da década de 1970 e se expande a partir da formalização de organizações como a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB), na primeira metade dos anos 80 e que, em 1991, dá origem ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) que passa então a estar articulado em todas as regiões do país e que sustenta, até os dias de hoje, a posição de um dos maiores movimentos sociais brasileiros. As principais reivindicações dos atingidos por barragens são a conquista de direitos e a transformação do modelo energético, já que se tratam de populações afetadas diretamente pela construção de barragens, seja por desalojamento compulsório (seus locais de residência são inundados pela construção de barragens), seja quando estas impactam direta ou indiretamente seus locais ou meios de vida, afetando o meio-ambiente ou qualquer outro tipo de dano material e simbólico que implique na impossibilidade de manutenção de seus modos de vida. Os atingidos por barragens geralmente correspondem a parcelas da população como pequenos agricultores, indígenas, quilombolas, pescadores, ribeirinhos e populações urbanas localizadas próximas a áreas afetadas pelas barragens.

A pesquisa que serve de base para nossa reflexão foi efetuada através da realização de trabalho de campo (entrevistas e observações) e de pesquisa documental. O principal objetivo da utilização destes métodos consistiu na identificação dos mecanismos que explicam o processo de mudança de escala na mobilização e organização dos atingidos por barragens na bacia do Rio Uruguai. Para tanto, primou-se pela observação simples e pela observação participante em eventos e atividades de protesto realizadas pelo MAB. A observação e participação em seminários, congressos e protestos se deu nas cidades de Porto Alegre, Florianópolis e São Paulo e as entrevistas e demais observações foram realizadas nas regiões do Alto Uruguai (Erechim/RS), do Contestado (Campos Novos e Celso Ramos/SC) e do Oeste Catarinense (Chapecó, Águas do Chapecó, São Carlos e Itapiranga). Foram realizadas entrevistas com atingidos, dirigentes do MAB, profissionais colaboradores do movimento e pesquisadores que

estudam o caso dos atingidos por barragens. A pesquisa documental foi realizada a partir de material de divulgação, jornais, estudos, dados levantados e material multimídia produzidos pelo MAB; revistas, relatórios, livros, teses e dissertações disponibilizadas em universidades e bibliotecas públicas de cidades atingidas ou que são polo migratório de atingidos (Erechim/RS, Chapecó/SC, Campos Novos/SC e Tubarão/SC); além de pesquisa realizada na biblioteca da Eletrosul em Florianópolis. A análise de materiais produzidos pelos atingidos primou pela comparação entre enquadramentos, demandas manifestadas e posicionamentos políticos ao longo do tempo.

Por amplificação simbólica denominamos o mecanismo pelo qual os atores envolvidos em disputas sociais logram difundir suas reivindicações e relacioná-las a outras bandeiras políticas semelhantes ou mais abrangentes que suas demandas particulares. O caso do MAB é bastante emblemático neste sentido, pois se trata de um movimento social que no princípio de sua organização reivindicava questões pontuais referentes aos danos causados aos atingidos causados pela construção de barragens. Com o passar do tempo, com o crescimento e especialização do movimento, este passa a questionar o próprio modelo energético em si, assim como as implicações da produção energética em um sistema capitalista que tende a privilegiar os interesses de grandes empresas transnacionais produtoras de energia ou construtoras de barragens em detrimento dos direitos das populações atingidas. Na abrangência da pesquisa realizada, operacionalizamos a amplificação simbólica com o objetivo de compreender e identificar como movimentos sociais ampliam e expandem suas bandeiras políticas relacionando-as a questões que transcendem suas demandas mais específicas. O caso dos atingidos por barragens - sobretudo através do MAB - expressa um exemplo bastante característico neste sentido.

Portanto, a amplificação simbólica diz respeito, basicamente, à maneira como os atingidos relacionam o problema social que os afeta a processos mais abrangentes/sistêmicos. Neste sentido, analisar como se dá a amplificação simbólica no âmbito da mobilização dos atingidos por barragens significa explorar os mecanismos acionados que possibilitam relacionar um problema específico – o desterro e demais prejuízos ocasionados pela construção de barragens – com processos relacionados às políticas de desenvolvimento e ao próprio funcionamento do capitalismo, por exemplo.

Dentre os mecanismos que compõem a amplificação simbólica e que pudemos identificar a partir da pesquisa empírica, caracterizamos resumidamente o *enquadramento* como a identificação de elementos, processos ou fenômenos sociais e a capacidade de atribuir sentido a eles; a *justificação* como a capacidade de atribuir sentido a um determinado problema/processo/fenômeno a partir de determinadas gramáticas

que buscam conferir legitimidade, reconhecimento e justiça a uma determinada demanda; a *performance* como capacidade/habilidade de se articular ações públicas coordenadas que abrangem o universo simbólico de um determinado grupo ou movimento social expressando sentimentos, identidades e intencionalidades compartilhadas coletivamente; e a *difusão* que corresponde à capacidade de um determinado grupo ou movimento fazer ecoar publicamente suas reivindicações.

Todos estes mecanismos estão diretamente ligados a questões culturais pois implicam na construção de significados para problemas sociais existentes, da mesma forma como propõem transformações em certos sentidos compartilhados socialmente. Um exemplo é a crítica à ideia de “desenvolvimento” socialmente difundida em nossa sociedade. Há um senso comum de que a construção de barragens e a apostila em um modelo energético baseado em energia “limpa”, como seria o caso dos recursos hídricos, promoveria o desenvolvimento econômico do país. Entretanto, os atingidos por barragens ingressam na arena pública de debate problematizando o sentido do conceito de desenvolvimento socialmente difundido apresentando os efeitos negativos que determinada concepção de desenvolvimento implicam em seus modos de vida.

A trajetória de expansão do MAB se dá justamente desta forma: ao passo em que o movimento cresce materialmente, aumentando seu raio territorial de atuação e mobilizando-se em todas as regiões do país, seus elementos discursivos também se transformam. E isto ocorre a partir da capacidade de articulação das reivindicações mais particulares do movimento com demandas e debates relacionados a temas estruturais. Os mecanismos apresentados acima e identificados através da pesquisa de campo nos demonstraram que amplificação simbólica se dá a partir da disputa de sentidos, significados e sensos de (in)justiça contra os opositores do movimento. Isto se dá justamente através da problematização de ideias como “desenvolvimento”, “energia limpa” ou de que os impactos sobre os atingidos seriam “efeitos residuais” inevitáveis ou um preço a ser pago por um modelo de desenvolvimento que ao fim e o cabo seria supostamente benéfico e socialmente necessário. A partir do manuseio de certos elementos culturais fixados em ideias socialmente difundidas, o MAB disputa estes significados com seus opositores possibilitando a mudança de escala do movimento tanto em termos materiais, quanto simbólicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Avaliando o processo de mudança de escala do MAB, pudemos concluir que este possibilitou aos atingidos por barragens ampliar consideravelmente seu grau de atuação e influência tendo em vista

a resolução dos problemas que os fazem atingidos. Estes problemas estão muito longe de serem resolvidos, entretanto, a consolidação de um ator coletivo possibilitou aos atingidos uma forma expressiva de empoderamento para, pelo menos, resistir aos impactos com maior potência. Todavia, a mudança de escala não se consuma sem provocar tensões na organização coletiva. Isto significa que há um preço a ser pago pela mudança de escala e este se manifesta na complexificação das relações internas e externas do movimento.

A ênfase que demos à amplificação simbólica teve por objetivo evidenciar a conjunção de elementos culturais e estratégicos que nos possibilitam questionar a clássica dicotomia entre emotividade e racionalidade no campo das ciências (sociais), especialmente em relação à sociologia dos movimentos sociais. A análise dos elementos simbólicos e culturais envolvidos no processo de engajamento pode ser chave da compreensão de como militantes de movimentos sociais – a partir de suas experiências - ligam suas demandas específicas a grandes transformações sociais.

O que as pesquisas citadas neste capítulo demonstram é que o papel do caráter emotivo na construção dos sentidos da condição militante é uma dimensão importante nos processos de escolha e motivação para que as pessoas se mobilizem e permaneçam engajadas em lutas que dão sentido a suas vidas. Inventariar os elementos simbólicos presentes no desencadeamento da mobilização é importante também para entendermos como os agentes relacionam a carga emotiva de sua experiência envolvida no processo de engajamento com a elaboração de senso de justiça coletivamente construídos. Explorar tais elementos é útil para entendermos como os indivíduos transformam uma multiplicidade de indignações individuais acerca de um problema social (a construção de barragens, por exemplo) em mobilização coletiva que relaciona uma série de senso de justiças (e injustiça) com lutas concretas por transformações estruturais.

A compreensão de como a contestação de determinadas ideias em determinados contextos só é possível quando estamos atentos aos sentidos mobilizados pelos atores e contra quais outros sentidos eles se colocam contra e propõem novos significados. Isto só é possível quando consideramos os elementos culturais da ação coletiva, portanto, aos sentidos e significados que estão sendo disputados em um contexto específico. Abordagens calcadas somente nos elementos materiais da mobilização ou que propõem algum tipo de explicação universalista para a formação de movimentos sociais tendem a não compreender esta dimensão e, neste caso, a correr sérios riscos de reduzir o complexo processo de mobilização social a uma série de procedimentos prévios que só podem ser operacionalizados artificialmente.

Assim sendo, o intuito da produção deste texto foi o de contribuir

acerca de um modelo explicativo que se some no âmbito da sociologia dos movimentos sociais na explicação de como as mobilizações sociais podem, primeiramente, sustentar-se e, logo, ampliar-se e difundir-se. Portanto, apresentando um tipo de abordagem que rompa com algumas dicotomias como “material X simbólico” e “racional X emotivo”. O caso dos atingidos por barragens demonstrou-se frutífero, a partir do qual pudemos discutir uma série de questões teóricas e empíricas cujo objetivo foi contribuir com avanço da sociologia dos movimentos sociais na complexificação de suas abordagens contra velhas dicotomias reducionistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALONSO, Angela. **As teorias dos movimentos sociais**: um balanço do debate. *Lua Nova*, São Paulo, n.76, 2009.
- BENFORD, Robert. **An insider's critique of the social movement framing perspective**. *Sociological inquiry*, v.67, p. 409-430, 1997.
- _____; SNOW, David. **A framim process and social movements**: an overview and assessment. *Annual Review of Sociology*, n.26, p.611-639, 2000.
- CEFAÏ, Daniel. **Como nos mobilizamos?** A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 2, n. 4, p. 11-48, 2009.
- DIANI, M. **Social Movement Networks Virtual and Real**. *Information, Communication and Society* 33(3):386-401, 2000.
- GOFFMAN, Erving. **Frame Analysis**: an essay on the organization of experience. Northeastern University Press, Boston, 1986.
- GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 9^a edição, Edições Loyola, São Paulo, 2011.
- JASPER, James; GOODWIN, Jeff; POLLETTA, Francesca. **Passionate politics**. University of Chicago Press, Chicago, 2001
- _____ . **Protesto**: uma introdução aos movimentos sociais. 1^a edição, Zahar, Rio de Janeiro, 2016.
- McADAM, Doug, TARROW, Sidney, TILLY, Charles. **Dynamics of Contention**. Cambridge University Press, New York, 2001.
- OLIVEIRA, Gerson de L.O. **A mudança de escala na mobilização dos atingidos por barragens**. Tese de Doutorado. UFRGS, Porto Alegre, 2016.
- SNOW, David A.; ROCHFORD JR., E. Burke; WORDEN, Steven K.; BENFORD, Robert D. **Frame Alignment Processes, Micromobilization, and Moviment Participation**. *American Sociological Review*, v. 51, n.4, 1986, p. 464-481.

CULTURA POLÍTICA E IDENTIDADE RELIGIOSA: aportes sociológicos sobre a inserção evangélica na política³⁰

Rafael Bruno Gonçalves³¹

Resumo: O objetivo do presente texto é apresentar, a partir de um enfoque sociológico, as interfaces entre religião e política, mais precisamente a presença do segmento evangélico na Câmara dos Deputados. Discorre também sobre as metamorfoses das identidades religiosas diante da permanência nos espaços políticos de atuação, como esses processos acarretaram mudanças, sobretudo da retórica empregada e como esses aspectos fazem parte da cultura política brasileira. Este trabalho, a partir de uma análise bibliográfica como técnica e fonte de coleta de dados, pretende apresentar um panorama sobre esta inserção, aplicando alguns elementos teóricos provenientes do pensamento de Max Weber para elucidar o fenômeno da participação neopentecostal na política. O artigo termina comentando que os religiosos, para se consolidar no âmbito legislativo, acabaram forjando um novo perfil de atuação parlamentar, onde as identidades religiosas procuram obedecer aos diferentes aspectos do jogo político, adotando táticas eleitorais, estratégias de convencimento e uma retórica em consonância com o discurso político nos espaços públicos.

Palavras-chave: Identidades Religiosas; Política; Evangélicos; Discurso.

INTRODUÇÃO

O envolvimento dos evangélicos na política ganhou notoriedade nos estudos acadêmicos nas últimas décadas. Acompanhando o crescimento das igrejas no Brasil, sobretudo as neopentecostais, o quadro atual de pesquisas voltadas para este tema evidenciou um aumento significativo, principalmente nas análises direcionadas para a compreensão das mudanças da identidade religiosa que ocorreram em torno da inserção na esfera política, onde os evangélicos passaram a adquirir maior visibilidade em outros espaços públicos, saindo da esfera do privado. Fé e política, em algumas circunstâncias, tornam-se sinônimos. Uma das razões utilizadas pelos evangélicos para justificar a atuação na política, principalmente as neopentecostais, é a preocupação em dar respostas concretas para as demandas do seu público.

Buscando atender as novas necessidades que as denominações religiosas apresentam no interior das suas comunidades, podemos verificar

³⁰ O texto é uma versão adaptada de parte da minha tese, intitulada “*O discurso religioso na política e a política no discurso religioso: uma análise da atuação da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara dos Deputados (2003-2014)*”. Tese (Doutorado em Sociologia), IESP-UERJ, Rio de Janeiro, 2016.

³¹ Doutor em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Professor do Curso de Ciências Humanas (Licenciatura) da UNIPAMPA, Campus São Borja. Atualmente pesquisa sobre as conexões entre religião e discurso político. Contato: rafaelgoncalves@unipampa.edu.br.

uma ruptura nos discursos sobre o papel desses segmentos religiosos. Diante da emergência de assuntos políticos e da importância da participação nos canais de representação, os pentecostais e neopentecostais abandonaram a identidade sectária e arredia de outrora e passaram a adotar uma conduta cada vez mais atrelada aos temas e questões próprios da agenda política, porém, sem abrir mão da postura conservadora. Neste quadro, seguindo as concepções sobre a crise da identidade na pós-modernidade, ou modernidade tardia desenvolvidas por Stuart Hall (2011), é possível identificar o caráter fragmentado e híbrido das novas identidades, inclusive a religiosa. A presença dos evangélicos em diferentes contextos, como por exemplo, no campo político investigado neste trabalho, favorece a construção dessas novas identidades coletivas abertas, fragmentadas, deslocadas e cambiantes (HALL, 2011).

Seguindo este silogismo, Saulo Baptista (2009) observa que, dependendo do ponto de vista que é dado à questão da identidade evangélica “os protestantes históricos, protestantes de missão, pentecostais e neopentecostais, estariam enfrentando uma tremenda crise de identidade, um prolongado mal-estar, na interface com a sociedade maior, mas também em relações internas do campo a que pertencem” (BATISTA, 2011, p.95). Baptista comenta que os meios de comunicação na sua generalidade referem-se a todos os pentecostais e protestantes, de forma complexa, como segmentos religiosos que pertencem a uma mesma categoria, ou seja, como se existisse apenas uma identidade evangélica. Diante deste fato, muitas denominações religiosas, sobretudo as neopentecostais, buscam se autoproclamar como os “autênticos evangélicos” numa postura que pretende atrair mais seguidores. O deslocamento de uma suposta “identidade evangélica” é um fator que vem incomodando as denominações pentecostais tradicionais e protestantes históricas.

As questões que envolvem a religiosidade na modernidade tardia, entendidas como um conjunto de hábitos sociais, crenças, costumes e manifestações, possuem implicações políticas e culturais. Da mesma forma, a elaboração de uma identidade depende dos critérios criados nos espaços de representação de diferentes identidades, bem como a maneira que uma determinada identidade é socialmente assimilada e posicionada nos múltiplos substratos sociais, como, por exemplo, nos espaços políticos. Por conseguinte, diante das características acima elencadas, é importante verificar como as identidades religiosas na sua pluralidade são exercidas em público, como conquistam espaços e quais as consequências que podem ser identificadas no interior dos grupos sociais onde as mesmas são constituídas simbolicamente.

O objetivo central deste texto é situar o leitor e a leitora, a partir de uma bibliografia sociológica básica, sobre os principais debates voltados para a compreensão das metamorfoses que estão ocorrendo com a identidade pentecostal a partir do ingresso na política, e algumas

teses desenvolvidas no campo da sociologia da religião. Desta forma o presente trabalho pretende abordar através de uma revisão bibliográfica a pertinência dos principais conceitos desenvolvidos por Max Weber no campo da sociologia da cultura, buscando apontar as teses fundamentais desse autor sobre a religiosidade na modernidade e quais os elementos cruciais que favorecem o entendimento da identidade pentecostal e neopentecostal, mais precisamente, as estratégias e práticas adotadas para a inserção no cenário político nacional e as mudanças retóricas empregadas. Nas seções seguintes, o texto apresenta um breve panorama sobre o surgimento das denominações evangélicas no Brasil e a atuação desses atores religiosos na política institucional. Por fim, serão apresentadas algumas considerações sobre a pertinência dos estudos que procuram compreender o desempenho deste segmento religioso, as mutações da identidade pentecostal e os impactos na cultura política brasileira, no momento que novas crenças, normas e valores de orientação confessional ingressam no âmbito político.

DISCUSSÕES PRÉVIAS SOBRE A RELIGIÃO NA ABORDAGEM SOCIOLÓGICA WEBERIANA

Os estudos sociológicos clássicos sobre o protestantismo geralmente estão associados às abordagens de Max Weber, ou em algum momento perpassaram as principais ideias deste autor. Seu trabalho não se limitou apenas à análise de uma religião, mas também buscou compreender religiões diversas, ainda pouco conhecidas no início do século XX, como o hinduísmo, o budismo tibetano, o cristianismo, o confucionismo e o judaísmo antigo (WEBER, 1982). Trata-se de estudos sobre as religiões mundiais que influenciaram a formulação weberiana sobre o racionalismo moderno, ou seja, o desenvolvimento da técnica, da ciência, da contabilidade, do direito, entre outros assuntos.

No tocante à questão da religião na modernidade e as imbricações com o surgimento da burocracia, Weber (1982) observa que o bispo, o sacerdote e o pregador não são, como na antiguidade cristã, meros detentores de um carisma especificamente pessoal. Os valores supramundanos e sagrados que eles ofertam:

(...) são proporcionados a todos os que parecem dignos deles e que os solicitam. Antigamente, esses líderes agiam sob a ordem pessoal de seu senhor; em princípio, só eram responsáveis perante ele. Hoje em dia (...) esses líderes religiosos são funcionários a serviço de um propósito objetivo, que na “igreja” da atualidade se tornou rotineiro e, por sua vez, ideologicamente oco (WEBER, 1982, p. 232-233).

Weber defende que na sociologia da religião, não se deve esclarecer o religioso pelo religioso, mas sim, entender como o comportamento religioso regula as outras atividades humanas e é por elas regulada, numa perspectiva que hoje se chamaria relacional. Toda a ação originada por motivos religiosos ou mágicos é uma ação racional, que no mínimo é relativa. Weber observa que, por mais incisivas que as influências sociais possam ter existido sobre uma ética religiosa, pensada em termos econômicos e políticos, esta recebe sua identidade:

(...) principalmente das forças religiosas e, em primeiro lugar, do conteúdo de sua enunciação e promessa. Frequentemente, a geração seguinte reinterpreta essas anuniações e promessas de modo fundamental, ajustando as revelações às necessidades da comunidade religiosa. Quando isso ocorre, então, é comum que as doutrinas religiosas se ajustem às *necessidades religiosas*. Outras esferas de interesse só poderiam ter uma influência secundária; com frequência, porém, tal influência é muito óbvia e, por vezes, decisiva (WEBER, 1982, p.312).

O autor concebe a religião como um elemento-chave para o entendimento da cultura, e esta constitui uma janela de entrada para a percepção da formação de regras morais e de significados constitutivos das instituições e das ações no Oriente e no Ocidente. O pensamento weberiano aponta a religião (mais precisamente o protestantismo na versão puritana) como a força simbólica ou o sentido que moveu a ação econômica dos seus seguidores, permitindo o surgimento do capitalismo europeu, ou seja, a sua ética racional predominante.

Weber enfatiza que a ética religiosa possui graus diferentes de penetração na esfera da ordem social, assim, o autor observa que:

Na medida em que os pontos de vista religiosos têm conformado de maneira sistemática-racional o mundo como um cosmos, mais essencial pode chegar a ser a tensão ética no que diz respeito às ordens do mundo, e tanto mais, quando maior é a sistematização destes últimos de acordo com a sua própria lógica (*Eingesetzlichkeit*). Surge a ética religiosa de rechaço do mundo, e enquanto tal, carente do caráter normalizador dos direitos sagrados. Precisamente a tensão que introduz em suas relações com o mundo é um forte motivo dinâmico de desenvolvimento³² (WEBER, 1997, p.254).

Nos seus estudos sobre a dominação carismática e a relação com as qualidades pessoais, Weber também destina atenção para a ideia de rotinização do carisma. Esta rotinização pode ser realizada “na forma

32 Todas as traduções são de inteira responsabilidade do autor deste trabalho.

de *apropriação*³³ de poderes de mando e oportunidades aquisitivas pelos sequazes ou discípulos, e com *regulação* de seu recrutamento” (WEBER, 2009, p.164). Para o autor, essa tradicionalização ou legalização, conforme existam ou não estatutos, pode tomar para si diferentes formas típicas: na forma de recrutamento segundo o carisma pessoal; na mudança das normas carismáticas para estamentais tradicionais; ou por meio da criação e apropriação de cargos e oportunidades aquisitivas *individuais* para os seus membros (WEBER, 2009). O conceito de rotinização elaborado por Weber ajuda a compreender o ingresso dos políticos evangélicos nas funções legislativas, mais especificamente a forma de apropriação destes poderes políticos e a resultante configuração adaptada para os regulamentos exigidos pelo exercício de um mandato. Muitos políticos evangélicos exercem o papel de liderança dentro de partidos ou outras organizações políticas em virtude do carisma diante dos seus partidários. Para isso, o político evangélico precisa garantir determinadas qualidades neste processo de rotinização do carisma. Sobre este aspecto, Weber especifica alguns detalhes que fazem parte da rotinização:

Condição prévia de rotinização do carisma é a eliminação de sua atitude alheia à economia, sua adaptação a formas fiscais (financeiras) da provisão das necessidades e, com isso, as condições econômicas capazes de render impostos e tributos. Em relação aos “leigos” das missões em processo de prebendalização está o “clero”, o membro participante (com participação) (...) do quadro administrativo carismático, mas agora rotinizado (sacerdotes da “igreja” nascente); perante os “súditos fiscais”, estão os vassalos, prebendários e funcionários da associação política nascente – em caso de racionalidade, do “Estado” –, ou talvez os funcionários de partido, que substituíram os “homens de confiança” (WEBER, 2009, p.165).

O autor observa que o carisma representa um fenômeno inicial, característico de dominações religiosas proféticas ou políticas, de conquista, que, todavia, cede aos poderes do cotidiano no instante que a dominação está assegurada e, principalmente, assim que adquire caráter de massa (WEBER, 2009). Outro aspecto que deve ser mencionado é a razão estimulante da rotinização do carisma. Para o autor, alguns motivos capazes de impulsionar a lógica da rotinização são:

(...) o empenho por assegurar, vale dizer, por legitimar as posições de mando e as oportunidades econômicas para os sequazes e adeptos do senhor. Outro é a necessidade objetiva da adaptação das ordens e do quadro administrativo às exigências e condições normais de uma administração cotidiana. Estes constituem, particularmente, pontos de referência para uma tradição administrativa e jurisdicional

necessários tanto a um quadro administrativo normal quanto aos dominados. Além disso, é preciso haver alguma ordenação dos cargos dos membros do quadros administrativos (WEBER, 2009, p.166).

O excerto acima explica algumas características da metamorfose da identidade (neo)pentecostal no momento em que este segmento ingressa no domínio da política institucional. Deixando de lado alguns pretextos relativos à crença religiosa, os políticos evangélicos procuram adaptar as suas necessidades de acordo com as condições a que estão submetidos no campo político, levando os seus seguidores a crer na importância das condições já identificadas dentro de uma lógica diferente daquela presente na igreja. Discursos carregados de elementos religiosos são substituídos por discursos de natureza administrativa e/ou jurídica em razão da necessária adaptação nesta nova esfera de ação que envolve questões de natureza política e que contribuem para legitimar posições de mando e reconhecimento (carisma). As informações oferecidas por Weber demonstram que mesmo nas circunstâncias que remetem ao surgimento de lideranças religiosas e políticas carismáticas, dotadas de discursos emotivos, salvadores, baseados em argumentos situados no campo da irracionalidade, é possível verificar que este tipo de carisma, acaba sendo absorvido pela lógica inflexível das instituições, sendo inclusive incorporado, como demonstra Weber, a habitual lógica de rotinização, tomando formas institucionalizadas racionais. Neste caso, pode ser citado como exemplo explicativo o político que não adota apenas o discurso confessional, mas que leva em consideração outros enunciados que emergem neste novo padrão institucional para moldar os seus argumentos, alguns inclusive laicos.

Nos estudos sobre as religiões, a teoria weberiana também procura compreender as questões voltadas para o ascetismo e suas variantes³⁴. O ascetismo ativo é entendido como uma ação praticada pelo devoto, desejada por Deus, que se distingue das doutrinas voltadas para um misticismo, onde é identificada a possessão do sagrado, e não uma ação. Se por um lado o indivíduo, na postura ascética, é entendido como um instrumento, no misticismo ele simboliza um “depósito” do divino. Sobre isto, Weber observa que:

34 De acordo com o Glossário apresentado na obra de Max Weber “A ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”, o termo ascese, ascético, ou ascetismo é utilizado para denominar o controle austero e disciplinado do próprio corpo, evitando o sono, o sexo, a fala, a alimentação, o consumo de bebidas e outros prazeres mundanos. Weber identifica duas modalidades de ascese: a ascese do monge, desempenhada “fora do mundo”, intitulada “extramundana”, e a ascese do protestante puritano, chamada de “intramundana”. Neste último tipo, o trabalho diário e ordenado representa um dever religioso, a mais adequada forma de obedecer, “no interior do mundo”, a vontade divina. Dessa forma, nas análises sociológicas de Weber, o protestantismo puritano recebe o rótulo de “protestantismo ascético” (WEBER, 2004).

A ação no mundo é vista, assim, como um perigo para o estado irracional e outros estados religiosos voltados para o outro mundo. O ascetismo ativo opera dentro do mundo; o ascetismo racionalmente ativo, ao dominar o mundo, busca domesticar o que é da criatura e maligno através do trabalho numa vocação “mundana” (ascetismo do mundo). Tal ascetismo contrasta radicalmente com o misticismo, se este se inclina para a fuga do mundo (fuga contemplativa do mundo) (WEBER, 1997, p. 159).

O pentecostalismo clássico, que no Brasil é representado pelas duas igrejas situadas na primeira onda pentecostal (FRESTON, 1993), a Congregação Cristã no Brasil (São Paulo, 1910) e a Assembleia de Deus (Pará, 1911), manifestavam desde os primórdios uma conduta mais próxima deste ascetismo.

Essa postura difere daquela identificada na teologia da prosperidade, propagada pelas igrejas neopentecostais e caracterizada como uma fuga do ideário do protestantismo ascético. A acumulação de riquezas, através do trabalho diário calculado racionalmente, de acordo com a doutrina protestante, representava uma forma de validação do estado de graça de cada um, ou de escolha para a vida eterna (WEBER, 2004). Segundo Ricardo Mariano (2012), diferente desta riqueza obtida de forma não prevista, onde o acúmulo primitivo de capital resultava do respeito de uma conduta ética puritana, que renunciava qualquer tipo de consumo supérfluo, o neopentecostalismo passou a manifestar um tipo de postura na qual:

(...) o crente não procura a riqueza para comprovar seu estado de graça (...). Como todos os demais, crentes e incrédus, ele quer enriquecer para consumir e usufruir de suas posses nesse mundo. Sua motivação consumista, notadamente mundana, foge totalmente ao espírito do protestantismo ascético, sobretudo de vertente calvinista. Isso não quer dizer que o neopentecostalismo, ou sua Teologia da Prosperidade, não tenha afinidade com o capitalismo. Ele tem, só que é completamente distinta daquela do puritanismo. Isto é, sua afinidade com o capitalismo nada tem a ver com a crença no trabalho como vocação nem com o ascetismo intramundano. (...) Uma religião densamente sacral, “mágica”, anti-intelectualista e cada vez menos ascética, como a pentecostal, seguramente apresenta pouca afinidade com o chamado espírito do capitalismo (MARIANO, 2012, p. 185).

A motivação do crente neopentecostal está mais voltada para a satisfação de suas necessidades materiais, mundanas, no incentivo do consumo e do melhoramento econômico individual. As igrejas evangélicas, na figura do pastor, mobilizam um tipo de carisma que é identificado através do seu reconhecimento na qualidade de salvador, na busca de uma forma capaz de conduzir a vida em torno de um valor sagrado. Weber observa

que a profecia ou mandamento passam a constituir a sistematização e racionalização do modo de vida. Esta interpretação ocorre geralmente com as crenças caracterizadas como verdadeiras “religiões de salvação”, ou seja, com as religiões que oferecem aos seus fiéis a libertação da dor e do sofrimento (WEBER, 1997), prática comumente identificada na teologia promovida pelas igrejas pentecostais, e de forma vertiginosa nas neopentecostais.

Ainda sobre as contribuições da teoria weberiana para o entendimento das religiões evangélicas, um dos aspectos da sua obra que merece destaque é a questão do dualismo sobre as formas da Teodiceia. Pureza e bondade coexistem com a impureza e a maldade dentro de uma dinâmica de conflito. Weber comenta que:

(...) o mundo da pureza e o mundo da impureza, de cuja mistura emanou o mundo empírico fragmentário, separam-se repetidamente em dois reinos à parte. A esperança escatológica mais moderna, porém, faz que o deus da pureza e da benevolência vença, tal como o cristianismo faz que o Salvador triunfe sobre o mal. A forma mais coerente de dualismo é a concepção popular mundial do céu e inferno, que restabelece a soberania de Deus sobre o espírito do mal, que é Sua criatura e com isso acredita que a onipotência divina está salva (WEBER, 1997, p. 188-189).

A cura da dor e do sofrimento através da fé estava na base da doutrina do novo pentecostalismo. Todavia, aos poucos, as igrejas neopentecostais, principalmente a Igreja Universal do Reino de Deus, passaram a seguir uma prática mais voltada para a luta, em situações que beiram à hostilidade contra outras religiões que constituem o polo antagônico no imaginário neopentecostal. A umbanda e o candomblé possuem razões indiscutíveis para temer a expansão do novo pentecostalismo, uma vez que o propósito da guerra espiritual estabelecida contra as religiões de matriz africana é, “além de converter os adeptos das religiões adversárias, fechar centros espíritas, tendas de umbanda e terreiros de candomblé existentes ao redor dos templos crentes” (MARIANO, 2012, p.117). Para os representantes deste novo pentecostalismo, céu e inferno estão em um permanente duelo.

SURGIMENTO DAS DENOMINAÇÕES EVANGÉLICAS NO BRASIL

Historicamente, a presença dos primeiros protestantes no Brasil teve início a partir de 1555, com as ocupações francesas. Já no século XVII, o protestantismo retornou com os holandeses, contudo, nenhuma dessas passagens ocasionou no estabelecimento desta religião no Brasil (GERTZ, 2001). Até 1810 o catolicismo era a única religião oficialmente

reconhecida no país. O primeiro grupo de protestantes que se fixou de forma definitiva foi o dos luteranos, que, a partir de 1819, chegaram ao Brasil através da imigração alemã. No entanto, os luteranos sempre foram minoria na sociedade brasileira, cenário que ainda persiste. O luteranismo está dividido em duas igrejas: a maior, Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e a Igreja Luterana do Brasil (IELB). A partir deste momento, outras igrejas como a Anglicana, Batista, Presbiteriana e Episcopal foram ganhando espaço no Brasil e hoje são conhecidas como igrejas protestantes tradicionais.

O pentecostalismo chegou ao país através de dois missionários suecos, Gunnar Vingren e Daniel Berg, que fundaram a Igreja Assembleia de Deus em Belém no Pará no ano de 1911 e, concomitantemente, através da Igreja Congregação Cristã no Brasil, fundada por um italiano, Luigi Francescon, na cidade de São Paulo em 1910. Embora sejam missionários europeus, a conversão destes foi realizada nos Estados Unidos, país de onde vieram com a missão de evangelizar os brasileiros (MARIANO, 2004).

As duas igrejas demonstravam um perfil anticatólico e sectário, associado ao comportamento ascético de rejeição do mundo e enfatizavam o dom de falar em línguas estranhas, a glossolalia. A Congregação Cristã, além de evidenciar um perfil de isolamento das demais igrejas e organizações pentecostais, procurou manter-se mais fiel à postura sectária. A Assembleia de Deus apresentava uma postura diferente, visto que evidenciava uma maior disposição para adaptar-se às transformações que estavam em processo na sociedade moderna.

O segundo tipo de igrejas pentecostais que chegaram ao Brasil foram as deuteropentecostais, que começaram a ser implementadas na década de 1950, no momento em que dois missionários dos Estados Unidos criaram, em São Paulo, o movimento Cruzada Nacional de Evangelização. Foi através deste movimento que teve início a evangelização focalizada na pregação da cura divina, processo que atraia multidões para a capital paulista, e que se expandiu para outras regiões do país, acelerando o crescimento do pentecostalismo. Em 1953 foi fundada a Igreja do Evangelho Quadrangular, em São Paulo. Logo em seguida surgiu na mesma região a Brasil para Cristo em 1955 e a Deus é Amor em 1962, em Minas Gerais, foi fundada a Casa da Bênção em 1964. A ênfase teológica deste movimento é na cura divina, o que chegou a reunir multidões, acelerando a expansão do pentecostalismo no Brasil. Além disso, foi um movimento inovador no que se diz respeito ao uso dos meios de comunicação.

O neopentecostalismo surgiu na segunda metade dos anos de 1970. Foi um movimento que garantiu forte visibilidade e se fortaleceu nas décadas posteriores. São consideradas igrejas neopentecostais a Igreja Universal do Reino de Deus, fundada em 1977 no Rio de Janeiro, a Igreja

Internacional da Graça de Deus, fundada em 1980 também no Rio de Janeiro, a Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra, fundada em 1976 em Goiás, a Igreja Renascer em Cristo, fundada em 1986 em São Paulo e a Igreja Mundial do Poder de Deus, fundada em 1998 em São Paulo. Trata-se de igrejas fundadas por pastores brasileiros, constituindo essas as principais denominações neopentecostais no Brasil. Sua teologia está caracterizada pela ênfase no combate espiritual contra o “diabo”, pela pregação da Teologia da Prosperidade, crença que afirma que o cristão deve ser próspero, saudável, feliz e vitorioso em seus empreendimentos terrenos, pela liberalização dos usos e costumes, tradicionais símbolos de conversão e pertencimento ao pentecostalismo e pela estrutura empresarial (MARIANO, 2004).

ATUAÇÃO DOS EVANGÉLICOS NA POLÍTICA

Os evangélicos brasileiros, até o início dos anos 80 apresentavam uma postura de auto exclusão deliberada da participação político-partidária. Poucas foram as ocasiões em que estes religiosos decidiram entrar na política, que geralmente ocorriam sem a direção e o apoio das lideranças das denominações³⁵. Contudo, em meados dos anos 80, as maiores igrejas pentecostais e neopentecostais decidiram ingressar na política, rompendo com a postura sectária e isolada de outrora, apresentando candidaturas oficiais das igrejas, de forma organizada, em defesa dos seus interesses corporativos, motivados por valores religiosos (MARIANO, 2010). A mobilização de eleitores fiéis evangélicos a partir deste período contou com o lema “*irmão vota em irmão*”. Regina Novaes (2002) afirma que foi

35 Existem registros sobre esta presença durante a República Velha, mais precisamente, nos seguintes estados: São Paulo, quando foi eleito prefeito de Lençóis Paulista, o presbiteriano Francisco Augusto Pereira, no Mato Grosso, com a eleição do deputado federal batista Luiz Alexandre de Oliveira, no Pará, com o Vice-Governador presbiteriano Antônio Teixeira Gueiros e no Ceará, com a eleição do Pastor presbiteriano Natanael Cortez. Contudo, foi a partir da Constituinte de 1933-34 que ocorreu a estreia do chamado “político evangélico”, através da eleição do paulistano e pastor Metodista Guaracy Silveira para o parlamento, candidato do Partido Socialista, eleito naquele período com mais de mil votos (CAMPOS, 2006). Nas eleições de 1947, houve um crescimento de deputados estaduais e vereadores evangélicos eleitos (ORO, 2006) e, na Câmara dos Deputados, foram eleitos cinco evangélicos durante a 39ª Legislatura (1951-1954). A participação evangélica na Câmara oscilou entre seis e doze parlamentares até a 47ª Legislatura (1983-1987). No entanto, em comparação com as legislaturas anteriores, foi a partir da Assembleia Nacional Constituinte que os evangélicos começaram a garantir uma posição de destaque na política, ingressando em maior número e obtendo melhores resultados. A bancada pluripartidária dos evangélicos era composta por 33 membros em 1986. Em 1990, a representação evangélica no Congresso caiu para 22 deputados, porém, em 1994 houve um tímido crescimento para 31 parlamentares. Em 1998, 2002, 2010 e 2015 foram registradas as maiores representações evangélicas na Câmara, respectivamente: 53, 71, 77 e 199 deputados compõem a Frente Parlamentar Evangélica, com exceção de 2006, período que registrou uma nova queda, com 43 deputados evangélicos eleitos.

primeiramente durante os anos 70 e 80 que os pentecostais passaram a atribuir um caráter religioso às categorias políticas e “(...) entraram em lutas sociais “em nome de Jesus”” (NOVAES, 2002, p. 78-79). Contudo, para entender o que a religião traz de específico para a política, segundo a autora, deve-se caracterizar ambas como:

(...) dimensões distintas da vida social. Desde o inicio da modernidade, a religião e a política vieram a conformar espaços sociais diversos, com instituições, finalidades e inserções temporais específicas. Porém, as fronteiras entre tais espaços não são estanques e impermeáveis. O desafio analítico maior está em reconhecer as especializações, historicamente construídas, sem reificar a oposição entre o político e o religioso. Trata-se, antes, de apreender os efeitos da religião sobre a política e vice-versa.” (...) “a religião não pode ser considerada apenas como uma força política entre outras. É preciso levar em conta o específico simbolismo verbal e ritual que ela encerra, justamente para compreender o peso e o lugar da religião na política.” (NOVAES, 2002, p.63).

Entender estes símbolos e signos que são mobilizados pelos parlamentares evangélicos na política representa um passo importante na compreensão da dinâmica discursiva suscitada no campo legislativo em torno de temas que são considerados polêmicos pelos deputados religiosos por conta de seu conteúdo moral. Novaes observa que não existe política sem símbolos, e que os símbolos religiosos não esgotam os seus significados, sendo estes inseridos em diversas questões humanas e que são sempre reutilizados para fins políticos. Muitos daqueles que fazem ou compartilham as opiniões políticas, levam consigo suas crenças, incertezas e o aparato simbólico que é mobilizador (NOVAES, 2002).

Paul Freston (1993) questionou como lideranças pentecostais, principalmente aquelas vinculadas à denominação pentecostal Assembleia de Deus, decidem mudar o panorama tradicional no qual o discurso muitas vezes utilizado por elas era *“crente não se mete em política”* (FRESTON,1993). O marco desta transformação ocorreu na Assembleia Constituinte, no momento em que lideranças da Assembleia de Deus, receando que a nova Carta Magna colocasse limites na liberdade religiosa dos evangélicos e estabelecesse a Igreja Católica como religião oficial, decidem ingressar na carreira política. A inserção evangélica, a partir de 1986, era identificada principalmente nos partidos conservadores ou fisiológicos e muitos destes deputados apresentavam uma origem social mais baixa. A classe política pentecostal basicamente era representada por comunicadores, familiares de pastores e empresários (FRESTON,1993). Durante a Constituinte, o autor identifica que houve diversas tentativas, principalmente por parte dos protestantes históricos, de aglutinar estes parlamentares evangélicos, mesmo sendo dispersos partidariamente. Como o autor afirma:

As diretrizes eram a unidade em questões comportamentais, a postura positiva para com o governo e o esvaziamento religioso de questões como a reforma agrária. A bancada foi logo contestada por uma minoria com outra concepção de política. Posteriormente, surgiu uma liderança pentecostal mais “agressiva” no estilo e menos direitista (FRESTON, 1993, p.282).

Com relação à configuração identitária desenvolvida pelo setor evangélico no espaço legislativo, Freston argumenta que em “termos legislativos, os evangélicos deram ênfase à família, à mídia e ao simbolismo religioso na vida pública. Segundo a nota DIAP³⁶, os pentecostais constituíram mais um centro fisiológico do que uma direita ideológica” (FRESTON, 1993, p.282), uma conduta que estava concentrada na busca de benefícios para as igrejas, satisfazendo os interesses de cada agremiação religiosa, em detrimento do bem comum. Em suma, Freston chega a uma importante conclusão sobre a questão da crescente participação evangélica na política, mais precisamente sobre o grau de pluralidade dos evangélicos nos espaços políticos de discussões, dificultando assim a formação de um grupo coeso, mas que também isso pode ser considerado bom para a democracia, pois, segundo Freston:

O protestantismo brasileiro, por mais que cresça, não formará uma neo-crístandade evangélica. O campo evangélico é segmentado por essência; todos os esforços de unificá-los serão contestados. O fato de que a religião que mais cresce no Brasil e que tem mais ambição política é institucionalmente dividida e opera num formato pluralista é bom para a democracia, quaisquer que sejam as pretensões de alguns líderes (FRESTON, 1993, p.287).

Com o início dos trabalhos na Assembleia Constituinte, em 1987, foi possível identificar o exato momento em que se constituiu o grupo evangélico parlamentar. Como exercia um papel importante para suas instituições religiosas, este grupo tornou-se objeto de análise em temas que, em determinadas circunstâncias, demonstravam o caráter conservador de uma parcela relevante dos parlamentares evangélicos eleitos naquele período.

Mudam as legislaturas e, consequentemente, muda, em alguns aspectos, a atuação do segmento evangélico, transformações essas que são perceptíveis também na Câmara dos Deputados. No atual cenário político brasileiro, é preciso considerar a receptividade e também a hostilidade que os evangélicos encontram por parte de parlamentares, partidos e governadores das mais diversas orientações ideológicas. A cultura política nacional, segundo Ricardo Mariano, tem contribuído para reforçar este ativismo político, visto

que, a cada eleição, o apoio eleitoral evangélico é disputado pelos candidatos a cargos legislativos e executivos (MARIANO, 2010), onde muitos exigem o apoio político em troca de favores corporativos, na concessão de recursos e na formulação e implementação de políticas públicas realizadas em parceira com as igrejas. O envolvimento de políticos evangélicos, nos últimos anos pode ser caracterizado como:

(...) sistematicamente requerido, estimulado, cobrado, barganhado por considerável parte da classe política brasileira, o que tem como efeito imediato reforçar, incrementar e legitimar a presença, a participação, a influência, o poder de pressão e de barganha desses religiosos na esfera pública, espaço no qual também atuam intensamente por meio de suas emissoras e redes de rádio e tevê, de jornais, revistas, gravadoras e mercado editorial (MARIANO, 2010, p. 107).

Este cenário exige a atenção sobre as relações entre Estado e religião, visto que é cada vez mais vigente a atitude dos atores políticos religiosos de ressignificação do político, de pluralidade de práticas, de um maior envolvimento do segmento evangélico sobre as questões públicas, na tentativa de influenciar as políticas públicas, uma atuação que, de acordo com os fundamentos da Frente Parlamentar Evangélica, busca agir na “defesa da família e da sociedade brasileira”, operando através de uma prática legislativa que busque o respeito aos “bons costumes” e à “moralidade”, elementos constitutivos de uma identidade religiosa proselitista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aumento da participação dos evangélicos na política exigiu e continua exigindo uma mudança na ação discursiva empreendida nos espaços de atuação do Poder Legislativo. Essas transformações ocorrem seja através das exigências do processo legislativo em si, mediante as regras e procedimentos que organizam a apresentação de propostas, fiscalização e aplicação de recursos, ou outra atividade de natureza representativa; seja pelas exigências que as próprias organizações religiosas exercem sobre os seus representantes, mais precisamente na cautela que os parlamentares devem desempenhar no momento em que são tratadas as questões relacionadas à defesa da família, da moral e dos bons costumes, associado ao compromisso que os evangélicos devem ter nas circunstâncias que estão em jogo os interesses corporativos. A forma como esse segmento religioso vem atuando nas últimas legislaturas da Câmara dos Deputados contribuiu para forjar um novo perfil de atuação parlamentar. É possível identificar como essas identidades religiosas obedecem a diferentes

configurações, ou seja, no momento em que são negociadas, construídas e reconstruídas nos campos de disputa política. Atentos aos trâmites legislativos, nos momentos de sustentação de seus posicionamentos, esses parlamentares não pouparam argumentos que buscam mesclar assuntos de conotação religiosa, com elementos provenientes de outros campos, tais como, o político, o científico e o jurídico.

O crescimento da força das religiões no espaço público perpassa por um processo de politização das questões que são debatidas no meio pentecostal. Trata-se de um cenário de metamorfoses, de (re) configurações que expõem uma identidade religiosa maleável, inacabada e descentrada (HALL, 2011), sujeita a influências de diferentes formas de atuação provenientes de outros grupos de interesse que atuam na política. Esses elementos podem contribuir para o entendimento do novo perfil de ação dos políticos evangélicos brasileiros que, para fazer valer as diferentes reivindicações inseridas em uma agenda conservadora, procuram transmutar a retórica empregada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAPTISTA, Saulo. **Pentecostais e neopentecostais na política brasileira: um estudo sobre cultura política, Estado e atores coletivos religiosos no Brasil**. São Paulo: Annablume, Instituto Metodista Izabela Hendrix, 2009

CAMPOS, Leonildo Silveira. De políticos de Cristo – uma análise do comportamento político de protestantes históricos e pentecostais no Brasil. In: BURITY, J. A.; MACHADO, M. D. C. (Org.) **Os Votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2006. p. 29-89.

FRESTON, Paul. **Protestantes e política no Brasil: Da Constituinte ao Impeachment**. 1993, 303f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

GERTZ, René. Os luteranos no Brasil. **Revista de História Regional**, n. 6, p. 9-33, 2001.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 11^a ed. Rio De Janeiro: Dp&a Editora, 2011.

MARIANO, Ricardo. Expansão Pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. **Estudos Avançados**, 18, 52, 2004, p. 121-138.

_____. Pentecostais e política no Brasil: do apolitismo ao ativismo corporativista. In: Hermílio Santos. (Org.). **Debates pertinentes: para entender a sociedade contemporânea**. 1ed. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2010, v. 1, p. 101-124.

_____. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. 4 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

NOVAES, Regina. Crenças religiosas e convicções políticas: fronteiras e passagens. In: FRIDMAN, L. C (Org.). **Política e cultura, século XXI**. Rio de Janeiro: ALERJ/Relume Dumará, 2002. p. 63-98.

ORO, Ari Pedro. Religião e Política no Brasil. In: ORO, A. P. (Org). **Religião e Política no Cone-sul, Argentina, Brasil e Uruguai**. São Paulo: Attar Editorial, 2006, p. 75-156.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. **Ensaios de Sociologia**. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora, 1982.

_____. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

_____. **Sociología de la Religión**. Madrid: Ediciones ISTMO, 1997.

ENTRE FANTOCHES E TUIUTIS: cultura política popular e a conjuntura pós-impeachment

Jonivan de Sá³⁷

Resumo: O seguinte artigo busca explorar brevemente a relação entre manifestações culturais populares e a conjuntura política brasileira posterior ao impeachment da então presidente Dilma Rousseff. Tendo em vista tal fim, inicialmente definiremos um viés característico de percepção acerca do significado da cultura política popular, nos afastando de leituras que visam interconectar as manifestações culturais a um viés de mercado, nos aproximando, assim, da noção de capital social. Por conseguinte, exploraremos diretamente o desfile de 2018 da escola de samba Paraíso do Tuiuti, no sentido de identificar seus principais elementos críticos e sua relação com a conjuntura pós-impeachment.

Palavras-chave: Capital Social; Cultura Econômica; Cultura Política; Impeachment; Manifestações Populares.

INTRODUÇÃO

Não são poucos os possíveis vieses de análise que se apresentam à Ciência Política brasileira e internacional no que tange à conjuntura política atual do Brasil – e da América Latina, de uma forma ampla. A cassação do mandato da até então presidente Dilma Rousseff e a consecutiva instauração do governo do presidente Michel Temer acabou constituindo um dos principais episódios da história da nossa república. Para alguns, uma grande dádiva, resultante de um processo que visava à punição por faltas administrativas graves, decorrentes de políticas populistas e de fins puramente eleitorais; para outros, um golpe de estado deflagrado pelo Legislativo Federal, que acabou instaurando um governo ilegítimo, sem embasamento efetivo da maioria da população – sobretudo, inclusive, uma grande parcela dos mais de cinquenta e quatro milhões de eleitores que votaram na chapa Dilma/Temer em 2014.

Como introduzi, do ponto de vista analítico, são muitas as possíveis abordagens da complexa conjuntura instaurada a partir do impeachment, que na verdade inicia com a primeira eleição de um governo de bases genuinamente populares, na figura do presidente Lula, no pleito de 2002. Nesse trabalho buscarei explorar de maneira breve um viés analítico que parte da noção de cultura atrelada às manifestações populares – das manifestações de rua de cunho puramente político pré e pós-impeachment ao tradicional desfile das escolas de samba no Rio de Janeiro, ao qual darei uma atenção especial.

³⁷ Professor do Bacharelado em Ciências Sociais – Ciência Política na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), campus São Borja. Pesquisa as áreas de Epistemologia Histórica, Filosofia da Educação, Filosofia Política e Economia Política. E-mail: jonivanmartins@yahoo.com.br.

Tendo em vista tal fim, primeiramente se faz necessário situar a percepção característica de cultura política que visarei abordar neste, já que, mesmo dentro de um tema específico das Ciências Sociais, aparentemente complementar, existem distintos vieses que não poderiam simplesmente se confundir. Em um segundo momento, passarei a uma análise generalista – assumidamente simples – das manifestações populares de rua e sua relação com a conjuntura política contemporânea no Brasil: em separado, darei uma certa centralidade aos significados intrínsecos ao desfile da escola de samba Paraíso do Tuiuti, no Rio de Janeiro, em fevereiro de 2018, visando explorar sua forte carga simbólica, que expressa, grosso modo, o descontentamento popular em relação à política institucional brasileira, seus escândalos e sua grave crise no cenário pós-impeachment.

CULTURA POLÍTICA: PERSPECTIVAS DE ABORDAGEM

A cultura política pode ser definida de uma forma ampla como o conjunto de práticas e valores que definem o comportamento político (formal e não formal) de indivíduos inseridos em um certo cenário. Este pode ser tranquilamente considerado o terreno epistemológico comum de diversas abordagens acerca da operacionalidade de uma determinada cultura política. Porém, a partir disso, surgem inúmeras perspectivas de análise que visam explorar as potencialidades da cultura de formas características – tendo em vista, nitidamente, resultados (fins) específicos.

Diante da diversidade de perspectivas que visam à análise da cultura política, surgem questionamentos tais como: a cultura política deveria ser moldada de acordo com fins políticos e econômicos específicos? A cultura política configura pura e simplesmente uma manifestação genuína de uma consciência coletiva que se expressa através de atos e valores característicos? Do ponto de vista da Ciência Política, existe uma cultura política ideal em relação ao bom funcionamento de uma estrutura política formal? Pode a cultura política ser manipulada em um cenário específico? A partir destas questões gostaria de expor algumas perspectivas de análise acerca da cultura política e situar de maneira mais precisa a abordagem que utilizarei a seguir.

Das inúmeras abordagens possíveis, Michael Porter (2002) interconecta os valores em geral a uma perspectiva microeconômica, onde manifestações culturais características deveriam dar lugar a valores contemporânea e hegemonicamente aceitos como *produtivos*. A microeconomia da prosperidade, ou paradigma da produtividade, valoriza ações como a competitividade, a organização racionalizada, a eficiência operacional, a rivalidade empresarial, a crença de que o potencial de riqueza é infinito e de que todos deveriam se esforçar por alcançar a tão

desejada e ilimitada prosperidade. Porter (2002, p. 63) acaba indiretamente construindo uma espécie de hierarquização instrumental que divide os valores culturais entre improdutivos e produtivos. Crê, nesse sentido, haver “um crescente consenso com relação ao que determina a prosperidade e às atitudes, crenças e valores que fomentam o progresso econômico”. O paradigma da produtividade visa sobrepor os valores acima citados, dentre vários outros, aos valores já instituídos dentro de uma comunidade humana, tendo em vista, evidentemente, a formação de uma economia de mercado liberal, não-intervencionista. Em suma, os valores econômicos característicos de um nicho específico de mercado devem se sobressair em relação a valores já instituídos historicamente, tidos como “improdutivos”.

Em vias gerais, as abordagens que se visam reformadoras de uma cultura – seja ela científica, popular ou referente a um pequeno grupo – podem ou não ser passíveis de críticas, como qualquer construção conceitual dentro das Ciências Humanas. Podem ou não se mostrarem como argumentativamente válidas do ponto de vista do debate epistemológico interminável que constitui o norte de todas as esferas do conhecimento. A cultura em si é algo maleável, moldável, que se instaura historicamente, através do debate – ao contrário do que poderiam supor alguns dos interlocutores mais conservadores. Porem, de uma maneira quase natural, o que tange a nós, cientistas sociais, no que diz respeito ao tema proposto, me parece ser a questão: em que medida os valores instaurados historicamente dentro de uma comunidade qualquer deveriam simplesmente se tornar passivos diante das intervenções de uma cultura de mercado que se quer hegemônica? A essa altura, *interligamos conscientemente cultura popular, cultura política e cultura econômica*. Parto de uma explícita não-dissociação entre estes três níveis, assim como parecer partir Porter.

A grande problemática intrínseca a essa abordagem característica – de passividade de valores tracionais, populares, historicamente construídos em relação aos valores do mercado liberal – se mostra a partir da forma de sua implementação, que não valoriza o espaço historicamente conquistado por valores X ou Y, mas que visa se impor das formas mais arbitrárias, com a ausência do diálogo – um elemento central em qualquer abordagem reformista legítima³⁸. Porter (2002, pp. 68-69) é taxativo: “mercados financeiros punem os países que não adotam políticas coerentes; os investimentos estrangeiros desaparecem se os países não oferecem um ambiente de negócios produtivos”; e ainda:

38 Nesse mesmo sentido, podemos nos referir às reformas institucionais (da educação, política e a ainda não aprovada reforma previdenciária) que visam ser instauradas a partir do governo brasileiro na conjuntura pós-impeachment. Qualquer reforma que se vise legítima, cultural ou institucional, inevitavelmente deve buscar entre os mais diretamente afetados substrato político para sua implementação. Tais reformas são substancialmente culturais e buscam revisitar perspectivas de mundo que já se mostraram disparem em relação ao *modus operandi* das culturas latino-americanas.

Com efeito, as forças da nova economia são tão poderosas que não seria exagero sugerir que a cultura econômica já não é uma questão de opção. A questão é saber se um país adotará voluntariamente uma cultura econômica produtiva mudando velhos valores, crenças e atitudes que impedem a prosperidade, ou se a mudança lhe será, no fim de contas, imposta.

Logo, não sendo implantado o paradigma da produtividade ou a cultura da prosperidade, seja lá o que isso signifique em última instância, é gerada uma pena instantânea, aplicada, naturalmente, pelos investidores, reais interessados em reformar as diretrizes culturais de seus consumidores e de sua mão-de-obra. A cultura de uma determinada comunidade necessita estar diretamente ligada aos valores professados pelo mercado, tendo em vista não sofrer na pele a falta de investimentos e de inserção no mercado internacional.

É interessante constatar, para fins de uma análise mais profunda do ponto de vista filosófico, que em momento algum Porter define “prosperidade”. Em vários momentos liga a prosperidade à produtividade, mas comete a falha analítica de não a definir. Nesses termos, em sua abordagem acerca da cultura como algo que deve ser suprimido de sua configuração histórica em detrimento da lógica do mercado liberal, prosperidade toma a forma, justamente, do produto final da efetivação da própria lógica do mercado. A equação fundamental de sua suposta elucidação microeconômica é constituída pelas seguintes variáveis:

$$\text{Valores de Mercado} + \text{Produtividade} = \text{Prosperidade}.$$

Mas em que sentido, pode-se questionar um interlocutor curioso, devemos todos buscar – como um modo operacional ou percepção acerca do próprio fenômeno da vida humana – a tão afamada prosperidade? A prosperidade, definida comumente *como a acumulação de riquezas suficientes para se levar uma vida que é percebida, do ponto de vista de distintos prismas culturais, como confortável e digna* (definição esta utilizada indiretamente pelos teóricos do estado de bem-estar social), certamente figura como uma diretriz cultural altamente desejável. Porem, em que medida todos os demais valores nascidos a partir de ditames históricos no seio de uma comunidade determinada deveriam ser suprimidos na busca pela prosperidade através das imposições da economia hegemônica? Ao não se aprofundar em tais questões, Porter, do meu ponto de vista, não convence.

Outra perspectiva de análise acerca da cultura política traz a noção de *capital social* como norte epistemológico. Tem em Robert Putnam seu maior sintetizador (BORBA, 2017, p. 154).

A teoria do capital social, na forma como foi desenvolvida por Putnam, se assenta na ideia de que existe uma correlação positiva entre determinados padrões culturais e os indicadores de desenvolvimento econômico e político de uma sociedade. Na forma como foi construída pelo autor, capital social é a operacionalizado através de três conjuntos de variáveis: confiança interpessoal, confiança institucional e participação cívica (BORBA, 2017, p. 155).

Na medida em que tais variáveis podem ser parcialmente acessadas através de dados quantitativos – sob a forma de *survey* – pode-se inferir qualitativamente acerca da operacionalidade de determinadas nuances do capital social em uma determinada sociedade. Para os fins propostos por este trabalho, a abordagem do capital social se mostra muito mais atrativa, na medida em que não propõe a simplista supressão de valores historicamente instituídos tendo em vista as noções mercadológicas de progresso, prosperidade e produtividade, mas sim acessar estes valores e comportamentos instituídos historicamente para posteriormente buscar-se perceber os índices de qualidade de um determinado sistema – em nosso caso específico, de uma democracia liberal. Em outras palavras, a partir do conhecimento acerca das variáveis de *confiança interpessoal*, *confiança institucional* e *participação cívica*, que configuraram uma abordagem metodológica e epistemológica que parte da noção de capital social, pode-se inferir acerca da qualidade democrática e como esta medida reflete nas formas de operacionalidade de determinada cultura política.

Francis Fukoyama (2002, p. 155) também opta por uma definição abrangente de capital social:

O capital social pode ser definido simplesmente como um conjunto de valores ou normas informais partilhados por membros de um grupo que lhes permite cooperar entre si. Se esperam que os outros se comportem confiável e honestamente, os membros do grupo acabarão confiando uns nos outros. A confiança age como um lubrificante, levando qualquer grupo ou organização a funcionar com mais eficiência.

Diante disso, com inegável referência à obra de Putnam, o elemento da *confiança* mútua entre indivíduos inseridos em um determinado grupo acaba figurando com centralidade em sua perspectiva analítica acerca do capital social. Assim como Putnam – quando pensa a necessária relação entre participação cívica e capital social – Fukoyama interconecta as manifestações de uma determinada cultura ao que se percebe, de um ponto de vista histórico, como valores que colaboram para o melhor funcionamento de um dado sistema – incluindo consequências positivas à boa operacionalidade governamental, a construção de uma “sociedade sadia” (FUKOYAMA, 2002, p. 157) e, inclusive, a redução de custos diante de uma perspectiva econômica. Nesse sentido, tendo em vista a definição também histórica de um sistema econômico/político específico (como uma democracia liberal), existem valores que operam em sentido progressista – na melhor acepção do termo – assim como valores que são dispensáveis para o bom funcionamento da lógica como um todo.

Diante disso, pode-se observar certa proximidade entre as perspectivas analíticas que partem na noção de capital social e a noção de um paradigma da produtividade (microeconomia da prosperidade): *ambas*

as abordagens defendem a existência de valores “certos” e “errados” ao visarem o bom funcionamento de um sistema, porém com uma diferença central, de extrema relevância. Na medida em que a microeconomia da prosperidade coage os valores errados tendo em vista tão e simplesmente o bom funcionamento da lógica de mercado, o paradigma do capital social pensa o sistema como um todo – não apenas a lógica liberal de mercado, mas o bom funcionamento das dinâmicas políticas, democráticas. Em algum nível, radicalizando-se, ambas as abordagens pressupõe certa supressão valorativa, porém com fins nitidamente distintos³⁹.

A partir destas reflexões iniciais que atrelam a cultura política e a econômica à lógica do mercado ou à noção de capital social – optando por centrar minhas próximas análises na segunda perspectiva – gostaria de expor uma breve leitura acerca de uma manifestação na cultura popular brasileira bastante característica, já que, se conecta diretamente ao cenário político pós-impeachment da presidente Dilma e acaba nitidamente contribuindo para os debates acerca do tema.

Não desconsidero as inúmeras críticas e debates em torno do conceito de capital social sintetizado por Putnam (FUKOYAMA, 2002), porém o uso tendo em vista fins analíticos, instrumentais e elucubrativos da leitura de um cenário bastante ímpar e complexo, *não desconsiderando a validade científica de outras abordagens*. Também não intento, diante desta opção epistemológica e metodológica, a intensa e exclusiva defesa das abordagens que norteiam suas análises a partir do capital social. Tal opção simplesmente me pareceu a mais apropriada. Já sobre a análise das manifestações culturais citadas adiante, apesar de não ter tido acesso presencial ou efetuado uma *survey* entre aqueles que assim o fizeram, levo em conta sua ampla vinculação aos meios de comunicação (hegemônicos e contra-hegemônicos), além dos amplos debates gerados por estas nas Ciências Sociais.

MANIFESTAÇÕES POPULARES POR UMA ÓTICA POLÍTICA

Partindo diretamente para uma análise a partir do terreno da cultura popular e sua ligação com manifestações genuinamente políticas, se faz necessário retornarmos às manifestações de 2013. Iniciadas tendo em vista os aumentos nas taxas do transporte público por todo o país e

³⁹ Seria uma grande ingenuidade nossa pensarmos que as pesquisas em Ciências Sociais, Ciência Política e Economia não servem a um fim político e econômico específico. Os sistemas aplicados se embasam substancialmente em teorias elucubrativas e práticas que ressoam nos patamares políticos e econômicos. Porem, ao partir da problemática estabelecida neste breve trabalho, reconheço a necessidade de um estudo comparativo de maior fôlego no que tange às semelhanças e distanciamentos de ambas as abordagens referidas.

alimentadas pelo descontentamento geral em relação à política institucional e por discursos midiáticos mais variados, as massas tomam mais uma vez as ruas das principais cidades brasileiras. As manifestações de 2013, comparadas por alguns à greve dos 300 mil, de 1953 e ao movimento dos caras-pintadas em 1992, além de criar uma espécie de nova onda de manifestações populares no Brasil, configuraram formas de expressão que até então não haviam sido exploradas de maneira mais direta pelos manifestantes brasileiros. Além do *cyber-ativismo*, que movimenta ainda hoje o panorama político, podem-se perceber diversos elementos lúdicos que acabam simbolizando nitidamente este descontentamento inicial em relação às formalidades políticas.

O boneco “pixuleco”, que representa o ex-presidente Lula em trajes penitenciários e o pato da FIESP, que simboliza o descontentamento em relação à criação de novos impostos, acabam fazendo parte do imaginário político dos brasileiros desde então. Diante disso, pode-se perceber uma ligação ampla e geral entre o imaginário popular e a situação política do país. As manifestações populares atreladas à política não constituem um fenômeno inédito na história política do Brasil. Porém, desde 2013, os agravados e altamente midiatizados escândalos envolvendo as mais diversas legendas partidárias e os mais diversos atores acabaram, em conjunto com as manifestações já citada, reformulando ainda mais uma vez esta ligação.

Como se sabe, as manifestações de 2013 foram um dos elementos iniciais, ponto de pressão fundamental, da trama política que culminou com o impeachment da presidente em agosto de 2016. Tal conjuntura, de substituição da presidente pelo seu vice, Michel Temer, acabou agravando ainda mais a polarização político-ideológica na qual o país já se encontrava desde 2013. De um lado partidários do governo Dilma, se posicionando contra o processo do impeachment e o seu derradeiro fim; de outro, partidários de uma mudança política imediata, mas não necessariamente apoiadores do atual presidente.

Em meio a essas disputas que ocupam o espaço público e o *cyber-espaço* diariamente, gostaria de analisar de maneira breve a manifestação cultural popular do carnaval e sua relação com o cenário político atual; mais precisamente, o desfile da escola de samba Paraíso do Tuiuti, que figura entre as escolas do grupo especial da cidade do Rio de Janeiro e que apresentou em seu desfile – em fevereiro de 2018 – uma nítida carga cultural (histórica) que, por sua vez, diz respeito, justamente, à conjuntura política vivida no Brasil contemporâneo.

O carnavalesco Jack Vasconcelos, responsável pela composição artística do desfile, optou por explorar a relação entre a conjuntura política atual e a formação sócio-histórica do Brasil, dando ao desfile da escola um tom de debate e reflexão. Sob o samba-enredo *Meu Deus, Meu Deus, Está Extinta a Escravidão?* desfilaram as vinte e nove alas da escola durante aproximadamente uma hora, no dia 11 de fevereiro de 2018, no

Sambódromo da Marquês de Sapucaí.

A parte inicial do desfile, a comissão de frente e os primeiros carros visavam explorar a temática ampla da escravidão, representando tanto as dificuldades vivenciadas pelos escravos como a sabedoria quilombola deixada pelos ancestrais aos representantes atuais de sua cultura. Tanto o carro abre-alas – chamado *Quilombo do Tuiuti* – quanto as fantasias da comissão de frente, representando escravos sendo chibatados e socorridos espiritualmente pela mística figura do *preto velho*, já dão a entender o apelo de comparação, reforçado ao final de sua apresentação e ao longo do desfile pela letra do samba-enredo. Ainda em início, pode-se perceber o interesse dos representantes da escola em contar a história dos diversos tipos de escravidão que transpassaram a trajetória humana ao longo de sua jornada, assim como demonstrar que conjuntamente ao tráfico e exploração do trabalho, historicamente existiram outros interesses – como o ouro, marfim, peles –, demonstrando, assim, a complexidade de uma interpretação histórica que se intenta completa.

De uma maneira até mesmo abrupta, tendo em vista a duração máxima de tempo que esse tipo de desfile precisa ter, a escola passa a explorar o âmbito moderno da história da escravidão no Brasil – em sua carga nitidamente política – ao mencionar através de uma ala, o trabalho dos abolicionistas brasileiros na luta pela libertação dos escravos e pela modificação de uma cultura de exploração desumana do trabalho. Acabam mencionado explicitamente a relação entre a Inglaterra e o Brasil, onde a potência inglesa ameaçava o governo brasileiro com sanções econômicas caso não assinassem a lei de libertação. Academicamente, do ponto de vista da História Política, o refinamento das preocupações que os carnavalescos se esforçaram por expor, impressiona. O cuidado em explorar os detalhes geopolíticos da abolição da escravidão no Brasil também referência a ligação – posteriormente explorada – entre a conjuntura política pós-impeachment e a construção sócio-histórica brasileira.

A partir da ala *Cativeiro Social*, que simboliza as precárias condições sociais nas quais as populações negras foram deixadas pelo Estado Brasileiro posteriormente a assinatura da Lei Aurea, iniciam os pontos mais polêmicos do desfile. A ala em questão, que simboliza de maneira mais direta a realidade dificultosa das favelas é seguida pela ala *Trabalho Escravo Rural*, que toca na ferida da exploração do trabalho escravo rural ainda muito longe de ser extinto em nosso país. A partir dessa construção histórica refinada, a escola começa a expor seu trabalho de contextualização da realidade atual, efetivando assim, com o auxílio da ala *Trabalho Informal*, a ligação entre a noção clássica de escravidão e a complexa realidade da exploração do trabalho em condições precárias. Já responde deste então a questão colocada pelo título do samba-enredo *Meu Deus, Meu Deus, Está Extinta a Escravidão?*, defendendo veementemente a posição de que a lógica da escravidão ainda persiste no Brasil contemporâneo, apesar de

tomar formas mais sofisticadas – como a difícil realidade das favelas, a exploração injusta do trabalhador rural e do trabalho informal.

Como se sabe, a escola Paraíso do Tuiuti protagonizou um dos mais polêmicos desfiles da última década ao interligar diretamente a estruturação do seu enredo à conjuntura política pós-impeachment, além de nitidamente criticar as reformas institucionais introduzidas a partir do governo Michel Temer. A ala dos *Guerreiros da CLT*, que inicia a última parte do desfile, traz uma crítica feroz às reformas trabalhistas já implementadas pelo governo, ao simbolizar um trabalhador sobrecarregado – com vários braços e portando vários instrumentos –, levando junto de si a carteira de trabalho e previdência social. A ala dos *Manifestoches*, uma das mais polêmicas do desfile, traz uma referência direta às manifestações de cunho midiático – incluindo um pato amarelo semelhante ao pato da FIESP na composição das fantasias – que ocorreram em decorrência do movimento iniciado em 2013 e que auxiliou na pressão para que o impeachment fosse deflagrado. O último carro, chamado de *Neo-Tumbeiro*⁴⁰, explicita de forma veemente a posição política dos carnavalescos e sua referência no desfile. Traz em posição de destaque inegável a figura do *Vampiro Neoliberalista*, referência polêmica ao presidente Michel Temer, representado como um vampiro de faixa presidencial responsável por sustentar toda uma conjuntura de exploração e neoescravidão que estariam relacionadas às suas reformas.

Como já citado, é inegável reconhecer o refinamento do trabalho efetuado pela escola no sentido de explorar os meandros sócio-históricos da formação das dinâmicas do trabalho no Brasil conectando este esforço referencial inicial às reformulações das dinâmicas do trabalho que ocorrem na conjuntura pós-impeachment. Tendo em vista as discussões iniciais acerca da relevância de elementos de representação cultural e a noção de capital social, surgem mais algumas questões de me parecem centrais à abordagem desta exposição: em que medida pode-se questionar a utilização de certo capital social por parte do desfile da Paraíso do Tuiuti e em que medida a escola se vale da tradicionalidade dos desfiles das escolas de samba do grupo especial do Rio de Janeiro para fins diretamente políticos, expondo este capital? O capital social é ou não utilizado de um ponto de vista interno da escola de samba em questão, tendo em vista a coesão relacional necessária para o sucesso do próprio empreendimento que é a construção de um desfile do grupo especial? Como tais manifestações culturais populares atuam como elemento de pressão política tendo em vista a conjuntura pós-impeachment? Diante de tais questões, desenvolvo algumas considerações finais, que dizem respeito tanto à delimitação do tema proposto, quando ao conceito de cultura de uma forma ampla.

40 “Tumbeiro” era o nome dado a uma embarcação marítima utilizada no tráfico de escravos da África para as Américas. *Tumbeiro* foi o nome dado ao segundo carro da escola no desfile.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cultura deveria estar ligada pura e simplesmente à operacionalidade do capital? Ou a cultura é uma força social – essencial à conservação da nossa espécie – que se renova na medida em que se expõe e que acaba refletindo nas dinâmicas formais de uma sociedade – seja ela qual for? Deveriam as representações culturais responder diretamente aos interesses de um sistema econômico característico ou deveriam estas se expor de uma maneira autônoma, no sentido de representatividade de nichos específicos da humanidade que se entrepõe e se relacionam em mundo globalizado e cada vez mais dinâmico? Todas estas questões – e tantas outras – dizem respeito à mesma problemática: a uma espécie de tipologia cultural. Talvez as duas questões essenciais para se compreender tal problemática sejam: existe uma cultura global? Ou ainda: uma forma de manifestação cultural pode se intentar superior a outra? Diante das dinâmicas sociais contemporâneas, é com alguma tranquilidade que podemos afirmar um certo relativismo no tocante a tais manifestações. Alguns elementos culturais podem, obviamente, ser mais interessantes que outros, se tivermos em mente – relativamente – um sistema político como uma democracia liberal, por exemplo. A noção de capital social acaba dizendo respeito, justamente, a isso.

As questões acima citadas servem como uma espécie de ilustração para uma problemática geral da cultura que deveria ser percebida sempre que tratamos do tema diante das complexidades inerentes à contemporaneidade. Há, portanto, uma problemática geral da cultura contemporânea que precisa ser levada em conta sempre que tratamos do tema. Tal problemática envolve, além de questões fundamentalmente filosóficas e antropológicas, questões geopolíticas, macroeconômicas e dinâmicas de distribuição de renda e poder que não podem simplesmente ser deixadas de lado. No caso específico deste trabalho, por exemplo, pode-se perceber uma relação direta entre manifestações genuinamente populares, como o carnaval, e uma dinâmica de distribuição do poder que envolver atores nacionais e internacionais, em cenários políticos e econômicos locais e não locais. É preciso abraçar esta complexidade e trabalhar argumentativamente a partir dela.

O desfile da Paraíso do Tuiuti nos brinda com a possibilidade de pensarmos a complexidade da nossa formação sócio-histórica e a sua relação com as complexas relações econômicas e políticas que se apresentam à nossa realidade atual. Relativamente à noção – também cultural – de democracia liberal, tal manifestação se mostra como um elemento altamente requintado e desejável, já que, instiga à reflexão. Evidentemente, parto do pressuposto de que *não se faz uma democracia liberal sem reflexão profunda*. Nesse sentido, os valores intrinsecamente ligados ao desfile – e expostos através deste – se mostram, sim, como componentes necessários à manutenção de relações democráticas. Ao se ter em mente as três bases da noção de capital social expostas inicialmente, pode-se

demonstrar esta relação de necessidade.

A *confiança interpessoal* e a *participação cívica*, ambas expostas pela escola no sambódromo, são os elementos mais autoexplicativos desta análise. Mesmo um indivíduo não especializado poderá fazer a leitura de que: para criticar uma lógica existente a partir da genealogia de suas falhas e expor esta crítica através de uma manifestação popular – contra-hegemônica até, se levarmos em conta os ditames de uma cultura burguesa e elitizada – é preciso uma alta carga de confiança interpessoal, tendo em vista o bom funcionamento da dinâmica crítica de uma forma ampla. Sem coesão grupal não se faz discurso coletivo contra-hegemônico.

A participação cívica, classicamente ligada a regimes democráticos desde a Grécia Antiga, se fez explicitamente presente no decorrer de todo o desfile, assim como em seu trabalho de preparação. O desfile em questão, de uma forma bastante ampla, diz respeito a um viés participativo, onde o espaço inicialmente festivo e de exaltação de elementos da cultura popular se transforma em arena explicitamente política e reflexiva, transmitida em rede nacional, buscando representar, justamente, um desconforto que popular sente em relação à política institucional do governo. Na medida em que a escola embasa tais críticas de maneira bastante refinada, dá uma verdadeira aula de como participar argumentativamente do espaço público de discussão: pratica a participação cívica fundamentada na história.

A *confiança institucional*, outro elemento definido como constituinte da noção de capital social, pode, diante do cenário aqui abordado, ser interpretada de diversas formas. A confiança institucional no que tange à configuração formal da democracia brasileira se mostra, evidentemente, abalada. Um desfile como da Paraíso do Tuiuti dificilmente se faria como se fez se houvesse um clima de confiança nas formalidades democráticas brasileiras: nasce, portanto, de um clima de desconfiança. Embora tenha existido certo grau de confiança na instância – não necessariamente formal – do debate público Porém, no tocante às dinâmicas internas de organização do desfile e a subsequente votação para elencar as melhores escolas, evidencia-se elevado grau de confiança institucional, na medida em que houve por parte da escola a aposta arriscada do trabalho de um ano na tentativa de expor suas duras críticas ao governo atual – podendo sempre ser vítima de certa censura ou algum tipo de penalidade, crítica pelo conteúdo explicitamente político de sua abordagem⁴¹. No tocante à

41 Durante o desfile das campeãs do carnaval do Rio de Janeiro, a figura do Vampiro Neoliberalista foi apresentada sem a faixa presidencial que a ligava diretamente ao presidente Temer. Em entrevista ao portal G1, Léo Moraes, professor de História que encarnava a figura do Vampiro, primeiro disse que utilizaria a faixa somente se a escola o permitisse. Depois do desfile, tendo se apresentado sem a faixa, a assessoria da escola explicou que Léo teria a perdido ao final do desfile no sambódromo, alimentando os rumores de censura. Matéria disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/carnaval/2018/noticia/assustador-diz-professor-que-representou-vampiro-neoliberalista-na-sapucai-sobre-repercussao-apos-desfile.ghtml>.

confiança referente à escola em si, como instituição organizada: a própria participação no desfile de uma escola que há poucos anos não estava dentre as destacadas escolas do grupo especial possivelmente é razão de sobra para que haja esta coesão, também ligada à coesão interpessoal.

Diante disso, evidencia-se a utilização de capital social por parte da escola para potencializar sua abordagem crítica e explorar a crise político-institucional brasileira durante o desfile do grupo especial do Rio. A escola acaba se valendo da tradicionalidade do desfile e de sua alta vinculação na mídia (nacional e internacional) para expor sua crítica às novas investidas de uma ideologia claramente neoliberal no Brasil, defendendo a noção de que tais investidas acarretam em precariedades para as classes historicamente menos favorecidas, sustentando ainda mais uma vez um regime de desigualdade, manipulado pela mídia corporativa e por setores do empresariado – vide *manifestoches* – que se servem da desigualdade para manter seus privilégios. O capital social portado pela escola e seus integrantes sustenta, portanto, uma crítica às formalidades institucionais que, muitas vezes, sustentam, por sua vez, instâncias antidemocráticas no seio de uma democracia problemática. Nesse sentido, a escola de samba Paraíso do Tuiuti, vice-campeã do carnaval de 2018, acabou atuando nitidamente como elemento de pressão diante da conjuntura política instaurada pós-impeachment, colaborando não somente para os debates locais acerca desta conjuntura, mas retomando as discussões a respeito da funcionalidade das manifestações culturais populares, da cultura como um todo e sua relação com os ambientes econômicos e políticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BORBA, J. *Cultura Política e Capital Social na América Latina*. In: BAQUERO, M. (org.). *Capital Social, Desenvolvimento Sustentável e Democracia na América Latina*. Editora UFRGS, Porto Alegre, 2007.
- FUKUYAMA, F. *Capital Social*. In: HARRISON, E. & HUNTINGTON, S. (org.). *A Cultura Importa: os valores que definem o progresso humano*. Editora Record, Rio de Janeiro, 2002.
- PORTRER, Michael. *Atitudes, Valores, Crenças e a Microeconomia da Prosperidade*. In: HARRISON, L. & HUNTINGTON, S. (org.). *A Cultura Importa: os valores que definem o progresso humano*. Editora Record, Rio de Janeiro, 2002.

SAÚDE DA FAMÍLIA: Percepção dos usuários do ESF3 sobre o atendimento prestado à comunidade.

Renan F da Silva Carvalho⁴²

Angela Quintanilha Gomes⁴³

Resumo: O presente artigo tem como objetivo geral analisar a estrutura da política de saúde do SUS no município de São Borja- RS mostrando a percepção (opinião) dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) no que diz respeito aos serviços prestados, em específico, no ESF3. A metodologia empregada é a abordagem qualitativa, tendo em vista considerar a percepção dos entrevistados sobre os serviços de saúde. Neste sentido a pesquisa trata do fenômeno levando em conta os atores que atuam no campo, ou seja, os profissionais, os usuários e as instituições prestadoras de serviços. Foram aplicados 28 questionários, aleatoriamente, aos usuários do ESF3, com o intuito de analisar a percepção dos mesmos em relação aos serviços prestados. Por intermédio da análise de conteúdo, evidenciou-se que o maior problema percebido pelos usuários é a demora no atendimento e marcação de consultas. Constatou-se também que os usuários não têm informações consistentes sobre seus direitos à saúde. Assim como a clareza de que cabe ao Estado prover todos meios necessários para a manutenção da saúde, respeitando os direitos de todos os cidadãos.

Palavras-chave: SUS; Atenção Primária; ESFs.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa abordar a questão do Sistema Único de Saúde (SUS) como política pública e social, tendo como objeto de estudo a Estratégia Saúde da Família (ESF) como uma forma de reorganização do SUS através da atenção primária à saúde. Esta ocorre em postos de saúde situados em um território adstrito, o qual tem por objetivo realizar a prevenção, proteção e promoção à saúde, sendo que cada ESF possui uma equipe de saúde especializada responsável pelo atendimento da população do território.

O Sistema Único de Saúde (SUS) é, reconhecidamente, uma das maiores conquistas do povo brasileiro nos últimos anos, por revelar-se a política pública mais includente desde então (CONASS, 2011a, p. 7). Segundo Falleti (2010), todo esse processo se deu a partir do movimento da reforma sanitária em meados de 1980, o qual tinha por objetivo implantar um sistema de saúde que visava à universalidade e igualdade, descentralização e municipalização nas tomadas de decisões.

Esta política se concretizou a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, ratificada na Lei Orgânica nº 8.080 de 1990, na qual todo cidadão brasileiro tem direito à saúde de forma integral e gratuita,

42 Bacharel em Ciências Sociais – Ciência Política pela Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA - Campos São Borja. renan.fsc1985@gmail.com

43 Professora Adjunta de Ciência Política da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA – São Borja, orientadora que trabalha na área de Instituições Políticas e Políticas Públicas, angelagomes@unipampa.edu.br

abrangendo a universalidade na mesma. A partir de então, houve um vasto processo de descentralização político-administrativo, o qual distribuiu a responsabilidade para os entes federados – estados e municípios – para prover os mecanismos essenciais e indispensáveis à saúde.

A Estratégia Saúde da Família (ESF) como um componente estruturante do sistema de saúde, tem por objetivo realizar a prevenção, promoção e proteção à saúde. O trabalho é realizado em equipe e de forma descentralizada, a equipe deve ser formada por profissionais como: enfermeiro, médico, agentes comunitários de saúde, fisioterapeuta, nutricionista, dentista, educador físico e outros. As equipes devem realizar o cadastramento das famílias por meio de visitas domiciliares realizadas pelos agentes comunitários de saúde ou no ESF do território, cada AGC fica responsável por uma microárea.

O presente trabalho tem como objeto de estudo o ESF3 Pelayo de Moraes Oléa (Santa Rosa) situado na Rua Cristóvão Colombo, com abrangência territorial da Santa Rosa e Pró Morar II. A pesquisa busca averiguar se a política pública de saúde – SUS - está sendo aplicada, de forma que respeite os direitos conquistados em relação à saúde. Diante disto surge a questão da pesquisa: Qual a percepção dos usuários do ESF3 sobre o atendimento prestado à comunidade?

É importante ressaltar que o ESF3 assiste aproximadamente em sua área de atuação 2.525 pessoas, divididas em 829 famílias. Em função da falta de tempo bem como recursos para realizar a aplicação de questionários com todas as famílias, optou-se por se voltar ao público que recorreu ao atendimento feito num período de uma semana no ESF 3. Assim foram realizados *in loco* 28 questionários aos usuários entre os dias 11 e 15 de setembro de 2017, de segunda a sexta, das 07h; 30 às 09h; 00 da manhã, aleatoriamente, de acordo com o fluxo de pessoas.

ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS USUÁRIOS EM RELAÇÃO AOS SERVIÇOS PRESTADOS NO ESF3

É importante antes de tratar da questão, conceituar o que se entende por percepção. Percepção substantivo feminino originário do latim *perceptione*, o qual quer dizer capacidade de apreender por meio dos sentidos ou da mente (HOUAISS, 2004)⁴⁴. Segundo Lalande⁴⁵ (1999, p. 803) percepção é “conhecimento que o eu possui dos seus estados e dos seus atos através da consciência” (percepção interna) e a percepção externa é o ato pelo qual um indivíduo:

44 HOUAISS, Antônio. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro. 2004. 2^ºed.

45 LALANDE, André. **Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia**/André Lalande. – 3^ºed.- São Paulo: Martins Fortes, 1999.

[...] organizando imediatamente as suas sensações presentes, interpretando-as e completando-as com imagens e lembranças, afastando tanto quanto o possível o seu caráter afetivo ou emotivo, opõe a si, um objeto que julga espontaneamente distinto dele, real e por ele conhecido atualmente (percepção exterior) (LALANDE, 1999, p. 804).

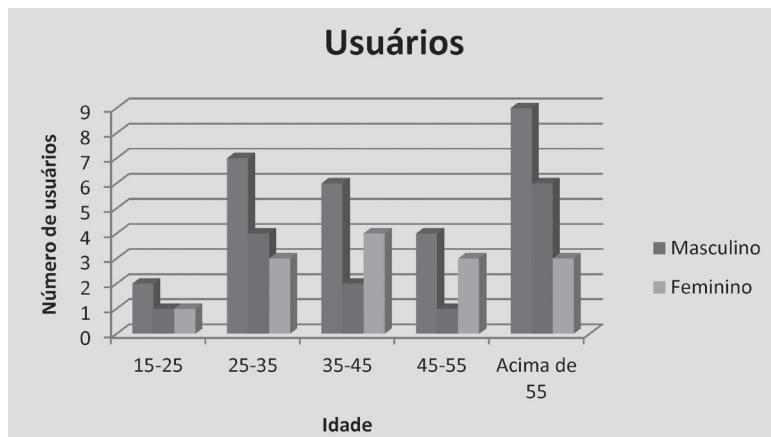
Nesse sentido, o ato de perceber poderá nos remete ao conhecimento do mundo que nos rodeia, por meio dos sentidos ou o de captar pela inteligência o que é interno e externo. Nessa perspectiva, o ato de notar e entender uma determinada política, sendo boa ou ruim, pode influenciar na capacidade de ação do ser humano.

O ESF3 tem cadastradas 829 famílias e aproximadamente 2525 pessoas assistidas pelo mesmo. Fazem parte do quadro de funcionários: Enfermeira, Médico, Técnica em Enfermagem, Agente Operacional, Servente, Agente Comunitário de Saúde, Dentista, Auxiliar em Saúde Bucal e, (nutricionista, psicóloga, fisioterapeuta, assistente social e educador físico do NASF).

É importante ressaltar, que quando falamos em saúde pública, falamos também em direitos legalmente constituídos, onde compete ao estado (as esferas de governo; Federal, Estadual e Municipal) prover todas as condições necessárias para seu pleno funcionamento.

Dos 28 questionários aplicados, em relação ao gênero (sexo) 14 são de homens e 14 de mulheres. Aqui é necessário expor alguns aspectos relevantes os quais poderá nos ajudar a uma melhor compreensão do trabalho proposto. Esses aspectos podem ser observados no gráfico 1:

Gráfico 1- Características dos usuários de acordo com o sexo e idade



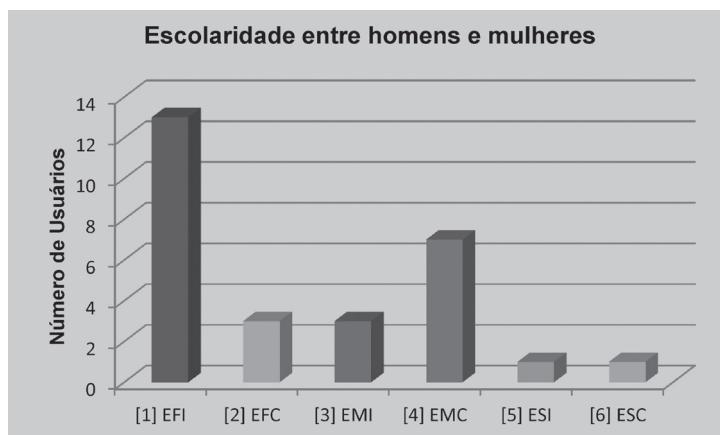
Fonte: Elaborado pelo pesquisador

Ao analisar os dados da amostra no período mencionado, visualizou-se que a busca pelo atendimento no ESF3 em relação à faixa etária, dos 28 questionários 09 são acima de 55 anos, desses, 06 são homens

e 03 mulheres. E, em segundo, está a faixa entre 25-35 anos, sendo que dos 07, 04 são homens e três mulheres. Nota-se que nessas duas faixas há um maior número de homens, já na faixa intermediária dos 35 aos 55 anos, o maior número é de mulheres.

Esses dados podem indicar qual a faixa com maior vulnerabilidade e suscetíveis a contrair doenças (ou a quem mais busca assistência), e que devem ter um maior cuidado em relação a sua saúde. Outro dado relevante é a escolaridade, o qual pode estar intrinsecamente ligado na percepção sobre a saúde pública e no que diz respeito ao conhecimento de seus direitos. Há um número significativo de usuários com baixa escolaridade como vemos a seguir no gráfico 2:

Gráfico 2- Características dos usuários por escolaridade



Fonte: Elaborado pelo pesquisador

Como podemos perceber 13 dos entrevistados possuem ensino fundamental incompleto, destes, 07 são homens de 45 anos e acima de 55 anos, e 06 de mulheres entre 35 e acima de 55 anos; entre ensino fundamental completo e ensino médio incompleto são 06, sendo 04 homens de 15 a 45 anos e 02 mulheres de 25 a 45 anos. Entretanto, no nível médio completo são 06 mulheres de 15 a acima de 55 anos e apenas um homem de 25 a 35 anos de idade. E no nível superior completo e incompleto são apenas dois homens respectivamente de 25 a 35 anos.

No que se refere à ocupação, grande parte das mulheres diz ser dona de casa ou trabalhar como doméstica (serviços gerais), independentemente do nível de escolaridade. Considerando apenas o nível médio completo, têm-se três sendo uma funcionária pública, uma secretária e uma estudante.

Entre os homens a ocupação profissional é diversificada, entre os que têm nível superior são dois, sendo um auxiliar administrativo e um operador de empilhadeira; no nível médio, há um pedreiro e um repositor em mercado; e no nível fundamental tem chapeador, militar, funcionário

público, eletricista, autônomo e aposentado etc.

Esses aspectos são importantes para que possamos conhecer o público que se está trabalhando. O ESF3, como relatado anteriormente, tem um número específico de famílias ou pessoas que fica sob sua responsabilidade, nesse sentido, foi perguntado aos entrevistados quantos integrantes há em sua família e se todos utilizam dos serviços prestados pelo ESF. Dos questionários, 25 informaram que todos os integrantes da família buscam assistência no ESF3 e somente 03 relataram que não, considerando-se que o estudo tem como base os entrevistados, é evidente a importância da Estratégia Saúde da Família como uma ferramenta abrangente da universalidade do SUS e o acesso à saúde pública. Esse acesso se dá através dos serviços os quais devem ser caracterizados como a porta de entrada aberta e preferencial da rede de atenção à saúde, acolhendo e possibilitando que o usuário possa ser correspondido em suas necessidades de saúde.

Nesse sentido, é importante a divulgação de informações em relação ao potencial dos serviços de saúde, bem como pela sua utilização pelo usuário. Ou seja, quais serviços o ESF disponibiliza e de que forma o usuário pode ter acesso aos mesmos. No ESF3, os serviços são disponibilizados de segunda a sexta e tais informações estão descritas em um mural no interior da instituição, visível aos olhos e especificados nos dias da semana, horário de atendimento manhã e tarde, bem como informações de eventos, e orientações sobre diversas situações que podem afetar à saúde.

Quando perguntado “quantas vezes por mês você busca assistência”, dos 28 questionários 14 afirmaram que buscam os serviços de saúde no ESF3 uma vez por mês, enquanto 06 relataram que buscam duas vezes e 08 mais que duas vezes pelo fato de terem problemas de hipertensão e necessitam medir a pressão periodicamente. Isso se verifica através dos dados relacionados à busca de serviços pelos usuários para assistência demonstrado no gráfico 3:

Gráfico 3- Lista de busca dos serviços pelo usuário para assistência



Fonte: Elaborado pelo pesquisador

A maior busca é pelo atendimento médico que comprehende especialidades como; pediatra, dentista, ginecologista e atendimento ambulatorial independente da frequência por mês. Todavia, quando perguntado: “você tem informação sobre eventos relacionados à saúde no ESF3 e se costuma a participar”, dos 28 questionários 17 afirmaram que não tem conhecimento e 11 afirmaram que sim. No entanto, os que tinham conhecimento dos eventos afirmaram que não participam: *Grupo de ginástica, mas não costumo participar (Q10). Ginástica em um piquete, mas não participei ainda (Q13). Convidam hipertensos e diabéticos para palestras e orientações, não participo (Q25).*

Nessas falas há dois pontos importantes, o primeiro diz respeito ao não conhecimento, isso significa que não basta somente a informação estar exposta em um mural, mas é necessário um maior diálogo entre os profissionais de saúde para com os usuários, e o segundo; a Estratégia Saúde da Família como política pública de atenção primária (atenção básica), tem por objetivo a promoção e proteção à saúde e a prevenção de agravos, ou seja, eventos como ginástica e palestras são mecanismos de prevenção que só terá resultado se houver a participação da comunidade.

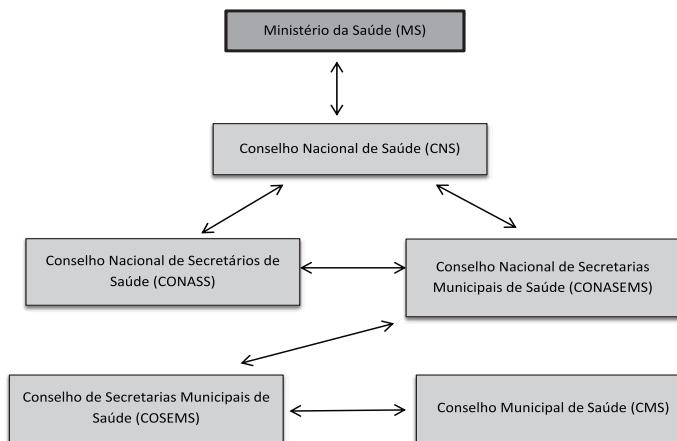
A participação da comunidade como uma diretriz da atenção básica, pressupõe um controle social sobre as políticas públicas para com o Estado. Segundo Sá & Porto (2011), o controle social pode ser exercido individualmente ou coletivamente, ou seja, é realizado por alguém que não seja agente público no exercício da função ou órgão do Estado. Para as autoras:

Pode ainda ser exercido por meio de entidades juridicamente constituídas, e, nesse caso, não há a necessidade de serem estranhas ao Estado, mas pelo menos uma parte de seus membros deve ser eleita pela sociedade [...] O controle social expressa uma forma de governar em que os cidadãos podem atuar como sujeitos políticos capazes de orientar e fiscalizar a ação do Estado, estabelecendo novas relações Estado-Sociedade e procurando garantir serviços de qualidade (SA & PORTO, 2011, p. 397-399).

Esse controle social se dá a partir dos conselhos de saúde, os quais são os mecanismos de participação da sociedade expressos e regulamentados na Lei Orgânica 8.080 de 1990 e a Lei 8.142 de dezembro de 1990. Quais sejam: Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) e o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS) são reconhecidos como entidades representativas dos entes estaduais e municipais, para tratar de matérias referentes à saúde.

Ainda, os Conselhos de Secretarias Municipais de Saúde (COSEMS) são reconhecidos como entidades que representam os entes municipais – formados através dos Conselhos Municipais de Saúde (CMS) – no âmbito estadual, para tratar das matérias referentes à saúde desde que estejam vinculados institucionalmente ao CONASEMS. Essa relação se materializa de forma hierárquica, como vemos a seguir na figura 2:

Figura 2- Organograma da relação das Instituições de controle



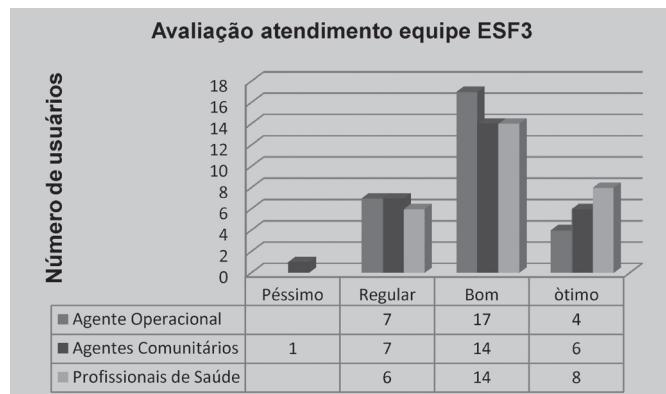
Fonte: Elaborado pelo pesquisador

Embora tenha esses mecanismos como forma de participação e controle, é possível que haja o não conhecimento por parte dos usuários. Na pesquisa, ao fazer o questionário a uma usuária- que busca os serviços de saúde-, após o término, me foi perguntado “onde ela poderia fazer uma reclamação em relação aos serviços”. Isto evidencia que não há por parte do município, da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) ou do ESF3, a divulgação da forma de participação por parte da comunidade que é através do CMS.

Nessa perspectiva, com o intuito de analisar a percepção dos usuários do SUS em relação aos serviços prestados pelo ESF3, foram apresentadas as seguintes questões:

“Como você avalia o atendimento do agente operacional, dos profissionais de saúde e agentes comunitários de saúde”. Segue no gráfico 4:

Gráfico 4- Avaliação da Equipe Saúde da Família pelos usuários



Fonte: Elaborado pelo pesquisador

Por sua vez, o vínculo consiste na construção de relações de afetividade e confiança entre o usuário e o profissional de saúde. O gráfico acima demonstra que há um bom relacionamento entre ambos, grande parte avalia de forma positiva o que pode facilitar as ações de saúde. No entanto, isso não quer dizer que não há problemas, houve uma usuária que afirmou: “*falta interesse dos profissionais pelo fato de ser SUS*”, essa fala ficou evidenciada quando perguntado, “Quais são os problemas e dificuldades que você visualiza aqui no ESF3”.

As respostas dos usuários podem ser expressas de três maneiras: *as que não souberam responder, as que não perceberam problema algum e as que identificaram problemas*. Dentre as pessoas que identificaram, grande parte afirma que a demora no atendimento é o maior problema: Demora dos exames laboratoriais (Q1). Medicamento não tem (Q9). Às vezes é o acúmulo de pessoas (Q20). Tudo tão demorado, agendamento de consultas e exames [...] (Q25). Dificuldade em consultar com o médico (Q27).

Nessas declarações, podemos perceber que há uma pluralidade de situações as quais fazem parte do dia a dia dos usuários. Para tanto, a integralidade de assistência pressupõe um conjunto articulado de ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos.

A equidade pressupõe que todo cidadão deve ser atendido de forma igualitária sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie. Isso significa que pode haver uma falha diante dessas diretrizes do SUS, indicando que os usuários ao buscarem assistência não estão sendo adequadamente assistidos.

A maioria dos questionários, independentemente de quem não soube responder ou não visualizou problema algum, quando perguntado: “na tua opinião o que poderia melhorar no ESF3?”, a resposta está vinculada ao atendimento como veremos a seguir:

Mais agilidade para fazer exames (Q1). Além da agilidade no atendimento [...] com criança e mais medicamentos (Q9). Visita dos agentes de saúde, porque aparecem raramente (Q10). Deveria ter uma placa informando sobre agendamentos e sobre as fichas (Q20). A questão dos remédios, às vezes falam que vai chegar quinta daí não chega (Q24). Não precisa tirar ficha, os médicos deveriam atender sem agendamentos (Q25). Melhorar a marcação de consultas está muito demorado (Q27).

É importante salientar que há uma incoerência diante das respostas de alguns dos que não souberam responder e aos que afirmaram não haver problema algum, sendo que ambos também constataram que é necessário melhorar o atendimento, bem como o agendamento das consultas.

Em relação a isso, o procedimento a ser seguido no ESF3 para conseguir atendimento médico, se dá a partir de uma triagem feita pela enfermeira chefe, os usuários ao entrarem no posto de saúde pegam uma ficha e logo após esperam ser chamados para a triagem, a partir de então se decidirá se haverá a necessidade

de atendimento no mesmo dia ou agendamento.

Através do estudo de caso, constatou-se que os indivíduos levam em torno de 30 a 40 minutos para serem atendidos pelo médico, bem como o agendamento para consultas, muitas vezes falta informação devido ao número expressivo de usuários que buscam assistência.

Outro ponto importante, diz respeito ao conhecimento por parte do usuário em relação à efetiva funcionalidade do ESF. Nesse sentido, surge a questão: “Na tua opinião, para que serve ou qual é a função do ESF”?

É saúde preventiva (Q1). Triagem eliminam casos para não ir ao hospital (Q9). Para atende pessoas de baixa renda (Q16). Prestar atendimento nos casos mais simples (Q20). Para doenças, receitas que tem que pegar sempre (21). Atendimento a comunidade e desenvolver atividade as pessoas idosas (Q24). Prevenção (Q25). Prestar serviço à comunidade (Q26).

Nessas falas fica claro a dificuldade dos usuários em perceber qual é realmente a finalidade do ESF, alguns usuários acreditam que é somente para pegar receitas ou marcar consultas, ou de que é apenas uma triagem para não ser encaminhado ao hospital. O que parece demonstrar um caráter reducionista centrado apenas no atendimento puro e simples. Essa afirmação fica claro ao questionar o usuário em relação a “qual nota você daria de 1 a 4 referente aos serviços prestados no ESF3”, demonstrado no gráfico 5:

Gráfico 5- Avaliação dos serviços de saúde pelos usuários



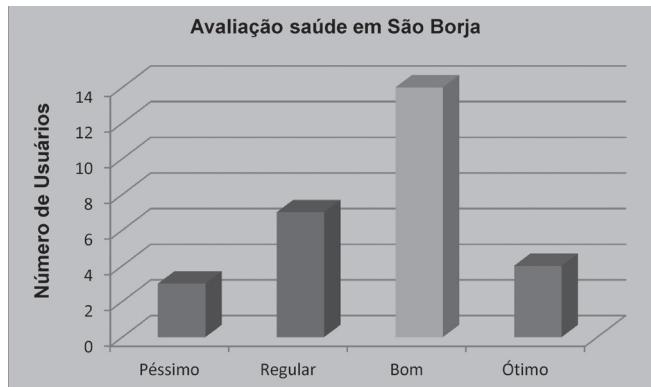
Fonte: Elaborado pelo pesquisador

Embora tenham reclamações por parte dos usuários, muito pelas dificuldades ao acesso à política, pelo atendimento demorado ou falta de informação dos serviços e instabilidade na questão dos agendamentos, nota-se que há uma avaliação positiva em relação aos serviços prestados.

Tais dificuldades e problemas podem ser solucionados através de uma maior aproximação entre os profissionais e usuários, da

acessibilidade, da continuidade do cuidado, da integralidade da atenção, da responsabilização, da humanização, da equidade e da participação social. Dessa maneira, também houve uma avaliação positiva por parte dos usuários referente à saúde pública no município de São Borja, como demonstra o gráfico 6:

Gráfico 6- Avaliação dos serviços de saúde do Município de São Borja pelos usuários



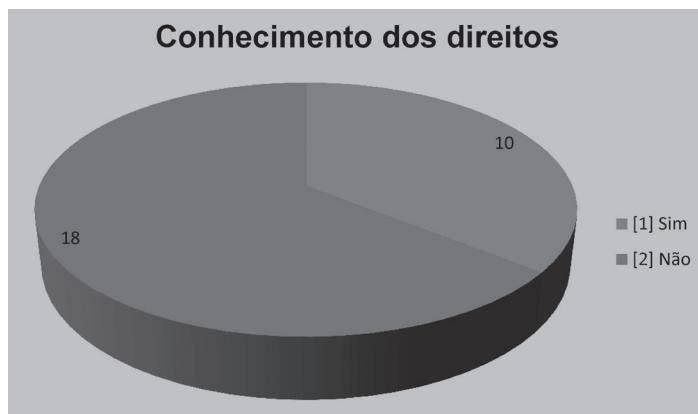
Fonte: Elaborado pelo pesquisador

Dos questionários aplicados, somente três afirmaram que a saúde em São Borja está péssima, sete regular, quatorze afirmam ser bom e quatro dizem estar ótimo. Entretanto, verificou-se certa passividade por parte dos usuários com algumas afirmações do tipo: “*acho bom, porque tem lugares que é pior*” ou “*ótimo, porque fora da cidade é brabo o caso*”.

Nessas falas, os usuários compreendem a saúde não como um direito, mas como um mero favor do Estado para com a sociedade. Entretanto, há pessoas que acreditam a “saúde ser muito fraca, tem que correr atrás, mendigar para ser atendida ou fazer um exame” ou “*péssima, quando vai no plantão leva horas para ser atendida*”. Ou ainda:

Regular pela demora nos exames (Q1). Saúde pública regular porque tem partes que são boas e outras não (Q5). Tenho medo dos serviços, recorro porque preciso (Q8). Relativamente bom perto de outros lugares (Q9). Aqui em São Borja é bom, porque em outros lugares é horrível (Q16). Poderia melhorar deixa muito a desejar (Q20). Em geral até que está bom o atendimento (28)

Diante do exposto, e sobre a dificuldade do usuário em compreender o que significa saúde pública, bem como reivindicar um acesso digno, pode estar relacionado ao não conhecimento das políticas públicas que devem ser estruturadas com bases nas necessidades de saúde da população, bem como em relação aos seus direitos à saúde, como demonstra o gráfico 7:

Gráfico 7- Conhecimento dos usuários sobre seus direitos à saúde

Fonte: Elaborado pelo pesquisador

Ao indagar os usuários se “A saúde pública é um direito de todo cidadão independente de credo, raça ou cor”. Você tem conhecimento dos teus direitos em relação à saúde? , a maioria afirmou que não. Talvez isto esteja vinculado à escolaridade, tendo em vista que a maioria não concluiu o ensino fundamental, o que pode ser relativo, mas deve ser encarado como um ponto de partida para uma análise mais aprofundada. Contudo, deve-se encarar a saúde como um direito social, imprescindível para a sociedade, o qual o Estado em todos os âmbitos, deve prover as condições necessárias para seu amplo funcionamento, através dos mecanismos que compreendam as ações de saúde em nível primário, secundário e terciário para que todos os cidadãos sejam tratados dignamente e tenham qualidade de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como problema de pesquisa identificar qual a percepção dos usuários do ESF3 sobre o atendimento a comunidade. A partir disto, primeiramente, houve a necessidade de fazer alguns levantamentos relativos às características dos usuários, e também fazer alguns questionamentos, como a opinião dos mesmos em relação à funcionalidade do ESF, e ainda, sobre os serviços de saúde no município de São Borja.

Ainda, houve a necessidade de conhecer a visão dos funcionários na ótica da gestão pública através de questionamentos vinculados as dificuldades enfrentadas no ESF3, os pontos positivos do trabalho realizado, a opinião sobre a função do ESF, e o entendimento sobre saúde

pública bem como a opinião dos serviços prestados em São Borja.

A oportunidade de realizar a pesquisa foi importante, no sentido de conhecer na prática como se materializa a política do SUS, através da atenção primária. E compreender o funcionamento da estrutura a partir das leis que regem a saúde pública no Brasil, em específico no município.

Conhecendo esses mecanismos, pode-se entender a gênese dos problemas a serem enfrentados na saúde, trazendo o usuário como o centro da análise na perspectiva e na busca de mais participação e assim de controle social perante a política e o Estado.

A pesquisa mostrou que a maioria dos entrevistados está na faixa etária acima de 55 anos, pressupondo a faixa com o maior grau de vulnerabilidade e riscos de adoecer, necessitando de um maior cuidado em relação à sua saúde. Nota-se também, que na faixa etária entre os trinta e cinco e cinquenta e cinco anos, há uma baixa escolaridade, o que nos leva a crer ser um ponto relevante no que diz respeito à falta de conhecimento e na busca por seus direitos.

Todavia, é importante ressaltar a importância do ESF como uma ferramenta de acesso a saúde, através dos serviços caracterizados como porta de entrada para o SUS. Isso ficou evidente através dos dados que indicam a universalidade da saúde, onde dos vinte e cinco questionários a maioria dos integrantes da família buscam assistência no ESF3, como o de atendimento médico distribuído em especialidades.

Embora as informações estejam visíveis, quanto ao potencial dos serviços, ficou claro que há a necessidade de um maior diálogo entre os profissionais e usuários possibilitando uma maior participação do mesmos. Essa participação deve ser entendida também como uma forma de controle, no entanto, não há por parte dos órgãos públicos a divulgação desses mecanismos para a comunidade.

A pesquisa demonstrou através dos gráficos que há um bom relacionamento entre profissional e usuário, o que não quer dizer que não há problemas. Identificou-se que um dos maiores problemas está na demora no atendimento, bem como no agendamento das consultas. Da mesma forma, notou-se a incoerência por parte de alguns usuários que afirmaram não haver problema algum, entretanto, acreditam que seja necessário melhorar o atendimento. Essa incoerência por parte do usuário ficou evidente na dificuldade do mesmo, em perceber qual é realmente a finalidade do ESF, denotando um caráter reducionista da política centrado no atendimento puro e simples.

Muito embora, há por parte dos usuários reclamações pelas dificuldades de acesso e atendimento demorado, a avaliação dos serviços de saúde no âmbito territorial e a cidade como um todo foi positiva, ao mesmo tempo, gera um sentimento de passividade a partir da afirmação, de que está bom em relação a outros lugares. Isto pode estar intrinsecamente ligado ao não conhecimento dos seus direitos, relacionado à baixa

escolaridade, o que pode ser um ponto de partida para um estudo mais aprofundado.

Dentre os objetivos propostos, está em verificar a distância entre a concepção da política pública do SUS e a política implementada. Nesse sentido, é evidente que há uma distância significativa e de que há muito a melhorar para que possamos ter saúde pública de qualidade. Essa distância se caracteriza pela forma de elaboração das políticas públicas, ou seja, embora a municipalização, segundo alguns autores tenha sido um passo importante para a saúde pública no sentido de amplitude e acesso para todos os cidadãos, ao mesmo tempo limita, pelo fato de ser uma política elaborada de forma centralizada pelo governo federal - cabendo aos profissionais sua aplicabilidade sem meios para possíveis modificações.

Todavia, há meios de participação e controle, que são os conselhos de saúde, os quais têm por objetivo levar ao conhecimento do Ministério da Saúde os problemas e dificuldades enfrentados pelos estados e municípios. Diante do exposto, é importante ressaltar o papel do Cientista Político com o olhar voltado aos meios pelos quais as políticas públicas se efetivam, pensando na política de saúde para todos os cidadãos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Luís Aureliano Gama de. O município na política brasileira: revisitando coronelismo, enxada e voto. IN: Lúcia Avelar & Antônio Octávio Cintra/organizadores. **Sistema Político Brasileiro: uma introdução**. [2º. Ed.]. - Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Editora Unesp, 2007, p. 243-256.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 8 ed. – São Paulo : Cortez, 2006. – (Biblioteca da educação. Série 1. Escola ; v. 16).

COSTA, Valeriano. Federalismo. IN: Lúcia Avelar & Antônio Octávio Cintra/organizadores. **Sistema Político Brasileiro: uma introdução**. [2º. Ed.]. - Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Editora Unesp, 2007, p. 211-222.

ELIAS, Paulo; DOURADO, Daniel. Sistema de Saúde e SUS: saúde como política social e sua trajetória no Brasil. In: Nelson Ibañez, Paulo Eduardo Mangeon Elias, Paulo Henrique D'Ángelo Seixas (org.). **Política e Gestão Pública em Saúde** – São Paulo; Hucitec Editora; Cealag, 2011. P. 102-125

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. – 5º. Ed. – 8. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2007.

LAVRAS, Carmem Cecilia de Campos. Descentralização, regionalização e estruturação de redes regionais de atenção à saúde no SUS. In: Nelson Ibañez, Paulo Eduardo Mangeon Elias, Paulo Henrique D'Ángelo Seixas (org.). **Política e Gestão Pública em Saúde** – São Paulo; Hucitec Editora; Cealag, 2011, p. 317-331.

LUPPI, Carla Gianna et al. Atenção Primária à Saúde/Atenção Básica. In: Nelson Ibañez, Paulo Eduardo Mangeon Elias, Paulo Henrique D'Ángelo Seixas (org.). **Política e Gestão Pública em Saúde** – São Paulo: Hucitec Editora; Cealag, 2011, p. 332-353.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. – 2º. Ed. – São Paulo: Atlas, 2009.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** – 12. Ed. – São Paulo: Hucitec, 2010.

SÁ, Maria José Comparini Nogueira de; PORTO, Maria Teresa Dalla Fontana Pinto Moreira. Controle Público e o SUS. In: Nelson Ibañez, Paulo Eduardo Mangeon Elias, Paulo Henrique D'Ángelo Seixas (org). **Política e Gestão Pública em Saúde** - São Paulo : Hucitec Editora : Cealog, 2011, p. 395-403.

SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas: Conceitos, esquemas e análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2012. 168p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 5 de outubro de 1988. Disponível em: file:///F:/Leis/CF88_EC93_2016_Livro.pdf. Acesso em: 30 de dez. 2016.

_____. **Lei n. 8. 080**, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm. Acesso em: 10 de ago. 2016.

_____. **Lei n. 8. 142**, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8142.htm. Acesso em: 10 de ago. 2017.

_____. Portaria n. 399, de 22 de fevereiro de 2006. Divulga o Pacto de Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido pacto. Brasília, 2006. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0399_22_02_2006.html. Acesso em: 07 de maio. 2017.

_____. **Portaria n. 2.488**, de 21 de outubro de 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo as diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Brasília, 2011. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2488_21_10_2011.html. Acesso em: 24 de abril. 2017.

_____. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Sistema Único de Saúde**. Brasília: CONASS, 2011a. 291p. (Coleção para Entender a Gestão do SUS 2011, 1). Disponível em: http://www.conass.org.br/bibliotecav3/pdfs/colecao2011/livro_1.pdf. Acesso em: 10 de maio. 2017.

_____. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **O Financiamento da Saúde**. Brasília: CONASS, 2011b. 124p. (Coleção para Entender a Gestão do SUS 2011, 2). Disponível em: http://www.conass.org.br/bibliotecav3/pdfs/colecao2011/livro_2.pdf. Acesso em: 19 de abril. 2017.

_____. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Atenção Primária e Promoção da Saúde**. Brasília: CONASS, 2011c, 197p. (Coleção para Entender a Gestão do SUS 2011, 3). Disponível em: http://www.conass.org.br/bibliotecav3/pdfs/colecao2011/livro_3.pdf. Acesso em: 01 de setembro. 2017.

FALLETI, Túlia G.; ANGELUCI, Alan César Belo. Infiltrando o Estado: a evolução da reforma da saúde no Brasil, 1964-1988. **Estudos de Sociologia**, v. 15, n. 29, p. 365-368, 2010. Disponível em:

<https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&q=infiltrando+estado+a+evolucao+da+reforma&btnG=&lr=> Acesso em: 27 de abr. 2017.

GONDIM, Grácia Maria de Miranda et al. O território da saúde: a organização do sistema de saúde e a territorialização. **Território, ambiente e saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, p. 237-255, 2008. Disponível em: http://www.rets.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/o_territorio_da_saude_a_organizacao.pdf. Acesso em: 17 jun. 2017.

RUA, Maria das Graças. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. **Manuscrito, elaborado para el Programa de Apoyo a la Gerencia Social en Brasil**. Banco Interamericano de Desarrollo:INDES,1997. Disponível em: http://franciscoqueiroz.com.br/portal/phocadownload/gestao/rua%20maria%20_%20analisedepoliticaspublicas.pdf. Acesso em: 29 de mar. 2017.

SOUZA, Celina et al. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em: 29 de mar. 2017.

SOUZA, Celina. Federalismo, desenho constitucional e instituições federativas no Brasil pós-1988. **Revista de sociologia e política**, v. 24, n. 24, p. 105-122, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n24/a08n24>. Acesso em: 18 de abr. 2017.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Salvador: AATR-BA, 2002. Disponível em: <http://www.escoladebicicleta.com.br/politicaspumaticas.pdf>. Acesso em: 20 de jul. 2017.

POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS: Estudo de caso sobre o município de Nova Esperança/PR⁴⁶

Gustavo de Carvalho Luiz ⁴⁷
David Lorenzi Júnior ⁴⁸

Resumo: Este estudo visa a verificar quais são as melhores práticas de gestão de resíduos sólidos que são executadas pelo município paranaense de Nova Esperança, à luz da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Ainda, buscou-se mapear essas ações e avaliar a sua efetividade. O trabalho está sustentado na lei nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Através dessa legislação superior, o governo federal estabeleceu uma série de diretrizes aos municípios, para que qualifiquem a gestão de resíduos e impulsionem a prática de ações sustentáveis. Nessa perspectiva, o presente trabalho apresenta o seguinte problema de pesquisa: Quais são as melhores práticas de gestão de resíduos sólidos executadas pelo município de Nova Esperança/PR? A metodologia empregada envolveu um estudo exploratório, com abordagem qualitativa. A pesquisa exploratória foi complementada por um estudo de caso, construído a partir da aplicação de uma entrevista junto ao município participante. Considerando os fatores que foram analisados, a conclusão do estudo indicou que o município de Nova Esperança encontra-se num avançado estágio de alinhamento aos preceitos da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Palavras-chave: Resíduos Sólidos; Gestão Ambiental; Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

No Brasil, ao decorrer da história, a geração de resíduos sólidos tem crescido, causando impactos negativos ao meio ambiente. Tal situação vem exigindo a realização de pesquisas e a criação de legislações específicas para buscar solucionar esse grave problema que, além de afetar o ecossistema, também causa um grande passivo no orçamento das prefeituras (ROMEIRO; SOUZA; LOPES, 2014).

Um dos maiores desafios com que se deparam, tanto o poder público como a sociedade moderna, é o equacionamento entre a geração excessiva de resíduos e a disposição final adequada dos mesmos. A preocupação em

⁴⁶ O artigo integra a pesquisa realizada na Dissertação de Gustavo de Carvalho Luiz, intitulada: “*Política Nacional de Resíduos Sólidos: uma análise da gestão em municípios de pequeno porte*” defendida em maio/2018, no PPGOP da UFSM.

⁴⁷ Servidor Público Federal, no cargo de Administrador, lotado na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Campus São Borja. Mestre em Gestão de Organizações Públicas pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Especialista em Gestão Pública pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisa sobre: sustentabilidade, logística e macroeconomia. gustavocarvalho@unipampa.edu.br.

⁴⁸ Professor Doutor do Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas. Pesquisa sobre: logística, sustentabilidade e qualidade na administração pública. davilorenzi@yahoo.com.br.

relação aos resíduos, em especial os domiciliares, tem aumentado devido ao crescimento da produção, do gerenciamento inadequado e da falta de áreas para disposição final (JACOBI; BESEN, 2011).

Por conta disso, a gestão de resíduos sólidos tem-se apresentado como uma política pública importante no âmbito dos municípios, que possuem a responsabilidade de promover o correto gerenciamento dos mesmos. Nesse sentido, Jacobi e Besen (2011, p. 136) explicam que a “administração pública municipal tem a responsabilidade de gerenciar os resíduos sólidos, desde a sua coleta até a disposição final, que deve ser ambientalmente segura”.

O crescimento da quantidade de resíduos que são gerados pela população é um assunto que deve estar na pauta permanente dos agentes públicos, considerando que a destinação correta dos mesmos é cada vez mais necessária para amenizar os impactos ambientais. Sobre isso, Veiga (2004, p. 17) destaca que a gestão inadequada dos resíduos sólidos “está entre os principais problemas enfrentados pelo poder público nas cidades brasileiras”. Conforme a autora, a coleta e, principalmente, a disposição final desses materiais tornou-se um problema de difícil solução para os gestores. Veiga (2004, p. 17) complementa que “o dimensionamento do problema dos resíduos sólidos é um passo importante em qualquer administração pública que queira buscar uma solução ambiental adequada”.

Para Copola (2011), é sabido que o volume crescente da geração de resíduos é algo tão relevante e significativo, que tem sido considerado um dos maiores responsáveis pela poluição ambiental mundial, e que o crescimento do lixo urbano é um problema que precisa ser controlado e fiscalizado através dos meios jurídicos aplicáveis. Com isso, depreende-se que o grande volume de resíduos sólidos representa uma ameaça potencial ao meio ambiente e à qualidade de vida das populações.

A Constituição da República Federativa do Brasil aborda a importância do meio ambiente em seu art. 225, *caput*, onde consta que: “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988). Alinhado com a Carta Magna, o governo federal demonstrou preocupação com o tema, visto que instituiu, em 2010, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), por meio da Lei nº 12.305/2010. A lei surgiu com o objetivo de impulsionar a prática de ações sustentáveis pelo poder público e pela sociedade. A partir disso, os Estados e municípios passaram a ter a obrigação de desenvolver políticas públicas que sejam capazes de resultar em uma gestão qualificada dos resíduos que são gerados em seus territórios. A Lei nº 12.305/10 determinou, por meio de instrumentos e obrigações, as diretrizes que influenciam a cadeia de resíduos sólidos no Brasil. Além de definir a responsabilização legal dos agentes participantes dessa cadeia, a PNRS

contemplou iniciativas relacionadas à reciclagem, logística reversa, formação de consórcios e/ou parcerias entre municípios, redução da geração do lixo, entre outras ações (ISLU, 2017). Outrossim, a lei estabelece prazos e metas para a extinção de lixões, a implantação de aterros sanitários e a utilização de usinas de compostagem. Tais condições, uma vez atendidas, garantem a prioridade na obtenção dos recursos federais que são destinados à gestão ambiental dos municípios (BRASIL, 2010, art. 42).

Por estes motivos, mostra-se fundamental a implementação da PNRS. A partir de sua entrada em vigor, torna-se importante acompanhar como os municípios vêm efetivando uma política pública que foi devidamente instituída por lei federal, especialmente os municípios de pequeno porte que, normalmente, convivem com problemas de escassez orçamentária (CALIXTO, 2016) e de ausência de locais adequados para depositar os resíduos que são gerados em seus territórios (ROMEIRO; SOUZA; LOPES, 2014). Frente a esses fatores, o presente trabalho tem por objetivo verificar as melhores práticas de gestão de resíduos sólidos que são executadas pelo município de Nova Esperança/PR.

A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS (PNRS)

Frente a uma situação de constante crescimento da geração de resíduos sólidos urbanos no Brasil, fazia-se necessária a elaboração de diretrizes gerais que atendessem às demandas do país e que envolvessem assuntos específicos, tais como: mudanças na cadeia produtiva, valorização dos resíduos sólidos e integração da população de forma mais ativa nesse processo. Por sua vez, o governo federal instituiu, em 2010, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que surgiu para preencher uma lacuna dentro do contexto ambiental, considerando que, antes de sua promulgação, não havia regulamentação nacional sobre o tema, nem a definição das obrigações e responsabilidades dos agentes que integram o ciclo de vida dos produtos. Existiam, entretanto, instrumentos legais específicos que disciplinavam esparsamente a área (SOUSA, 2012).

A aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, após vinte e um anos de discussões no Congresso Nacional, marcou o início de uma forte articulação institucional envolvendo os três entes federados – União, Estados e Municípios, o setor produtivo e a sociedade em geral. A aprovação da lei qualificou e deu novos rumos às discussões sobre o tema, e também busca trazer soluções para os problemas relacionados à gestão de resíduos, que comprometem a qualidade de vida dos brasileiros. (BRASIL, 2012). Tais problemas estão abordados no tópico seguinte.

AS PROBLEMÁTICAS RELACIONADAS À GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

O equilíbrio entre o volume de lixo produzido e a sua correta destinação é um dos problemas enfrentados pela sociedade atual. Conforme Alberte, Carneiro e Kan (2005), o grande volume de lixo gerado pela população, em quantidades cada vez maiores, torna a destinação final dos resíduos sólidos um dos principais problemas das áreas urbanas no Brasil, especialmente nos pequenos municípios.

A intensidade da atividade humana nas últimas décadas gerou um acelerado acréscimo na produção de resíduos sólidos, tornando-se um problema grave, principalmente para a gestão pública. O aumento desordenado da população e o crescimento sem planejamento dos núcleos urbanos dificultam as ações de manejo de resíduos, que são depositados em locais que não possuem a infraestrutura adequada para recebê-los, como os lixões, que são causadores de graves problemas socioambientais (MARTINS et al., 2015). No Brasil, somente em 2016, foram geradas 214.405 toneladas de resíduos ao dia, alcançando 78,3 milhões no total anual (ABRELPE, 2017). Deste total, os municípios coletaram 91%, porém enviaram quase a metade (29,7 milhões de toneladas) para lixões de baixa segurança e/ou aterros controlados, que são uma espécie de lixão com cobertura precária onde os resíduos são enterrados sem nenhum critério, colocando em risco o meio ambiente e a saúde da população (BARBOSA, 2017).

Siqueira e Moraes (2009) entendem que a correta gestão de resíduos sólidos é de suma importância, porém tal percepção não tem se traduzido em ações efetivas que possibilitem a melhoria da situação. De acordo com as autoras, o tratamento adequado para o lixo urbano é visto com um baixo nível de prioridade pelas autoridades competentes, sendo realizados apenas esforços paliativos para recolhê-lo e depositá-lo em locais distantes.

Além de receber um baixo nível de prioridade da parte dos gestores, muitos municípios demonstram que há uma falta de vontade política com relação ao manejo dos resíduos (BARBOSA, 2017). Dados numéricos demonstram esse problema, pois, segundo a pesquisa denominada: Panorama dos Resíduos Sólidos, aplicada pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais – ABRELPE, 59% dos municípios brasileiros ainda utilizam lixões ou aterros controlados (ABRELPE, 2017).

Paralelo a isso, a gestão de resíduos sólidos abarca uma expressiva parcela do orçamento dos municípios. Estudos indicam que os recursos públicos envolvidos na gestão de resíduos podem atingir 20% dos gastos das municipalidades, inclusive nas grandes metrópoles (IBGE, 2010a). Dar conta de todo o volume de resíduos que são gerados e também executar as demais atividades afetas aos serviços de limpeza urbana trazem um custo

considerável para os orçamentos municipais, cujos recursos já são bastante limitados (ABRELPE, 2017).

Além dos fatores que foram mencionados, existe outro problema sempre presente no contexto dos municípios, que é a falta de espaços físicos para a correta destinação dos resíduos sólidos. A inexistência de áreas adequadas é preocupante, pois, conforme explicam Romeiro, Souza e Lopes (2014, p. 9), os “impactos ambientais oriundos dos resíduos sólidos urbanos estão intimamente ligados à sua forma de deposição final. A destinação adequada reduz drasticamente seus efeitos”. Porém, conforme Samizava et al. (2008, p. 44), as “áreas disponíveis para essa finalidade no Brasil apresentam-se cada vez mais escassas, uma vez que devem ser atendidos critérios de ordem social, econômica e, principalmente, ambiental”.

O desenvolvimento dos municípios também se configura como um fator de risco para a gestão ambiental na perspectiva da sustentabilidade, ao passo em que o aumento da geração de resíduos ocorre como uma consequência natural do crescimento populacional e da elevação das taxas de consumo das famílias. Sobre isso, Silva (2008) explica que o acúmulo de resíduos tem sido um dos transtornos ambientais causados pelo desenvolvimento dos municípios e pelo aumento das populações. Sousa (2012) acrescenta que o crescimento populacional e o aumento do consumo das famílias resultam num modelo de exploração insustentável dos recursos naturais. Conforme a autora: “retira-se do ambiente mais do que se precisa, sem pensar nas consequências futuras desse ato” (SOUSA, 2012, p. 5). Os fatores: desenvolvimento, crescimento populacional e elevação do consumo estão correlacionados, pois o aumento da geração de resíduos sólidos tem relação direta com os perfis de sociedade. O atual modelo social está baseado no elevado padrão de produção e de consumo, associado ao processo de urbanização intenso e desordenado, resultando em problemas graves de saneamento básico e de geração de resíduos sólidos (BRAGA et al., 2002).

Com cada vez mais pessoas aptas a consumir, a geração de resíduos sólidos cresce de forma automática. De acordo com a pesquisa do Produto Interno Bruto (PIB), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o consumo das famílias teve alta de 1,2% no terceiro trimestre de 2017, em relação ao segundo. Na comparação com o período equivalente de 2016, o crescimento do consumo foi de 2,2% (VETTORAZZO; CARNEIRO, 2017). Já no quarto trimestre de 2017, o consumo cresceu 1% em relação ao terceiro, e subiu 2,6% na comparação com o mesmo período de 2016 (CONSUMO, 2018). O aumento do consumo traz o crescimento da geração de resíduos como consequência natural, pois o lixo é “o produto final de uma lógica de produção e de consumo” (LOPES, 2006, p. 100). Com isso, potencializa-se o problema da destinação final dos resíduos para espaços inadequados. Demajorovic (2006, p. 4) faz essa relação, ao mencionar que “o crescimento da geração

de resíduos sólidos em uma taxa superior ao crescimento populacional faz com que, nos grandes centros urbanos, milhares de toneladas de lixo sejam despejadas diariamente nos lixões, encurtando sua vida útil”.

Outro fator decorrente da má gestão dos resíduos sólidos são os impactos sociais, considerando a existência de pessoas que tiram dos lixões a sua subsistência, mediante exposição a situações precárias e insalubres. De acordo com Sousa e Mendes (2006, p. 3), os catadores que trabalham nos lixões “convivem com constantes perigos, como gás metano, poeira, fogo, bem como com resíduos químicos e tóxicos”. Júnior, Leme e Ricco (2014, p. 6) entendem que essas pessoas estão expostas a “um trabalho precário, realizado em condições inadequadas e com alto grau de periculosidade e insalubridade, sem reconhecimento social, com riscos muitas vezes irreversíveis à saúde”. Conforme Arruda (2017), cerca de 800 mil catadores trabalham em lixões no país, sendo que deste total, 45 mil são crianças. Ou seja, além da questão ambiental, existe um problema social.

Todos estes fatores buscam demonstrar que a gestão de resíduos sólidos se configura como um assunto importante a ser gerido pelos municípios, cujos gestores públicos precisam dispensar uma atenção prioritária, em articulação com a sociedade. A tabela abaixo traz o resumo das problemáticas que foram comentadas no presente tópico.

Tabela 1 – Resumo das problemáticas relacionadas à gestão de resíduos sólidos

Problemática	Fonte
1. Volume expressivo de resíduos produzidos 2. Destinação inadequada dos resíduos sólidos 3. Uso de lixão e/ou aterro controlado por 59% dos municípios 4. Baixo nível de prioridade direcionada à gestão de resíduos 5. Falta de vontade política com relação ao manejo de resíduos 6. Alto custo da gestão de resíduos sólidos 7. Limitações orçamentárias dos municípios 8. Escassez de espaços físicos para a destinação de resíduos 9. Crescimento populacional e desenvolvimento dos municípios	(ABRELPE, 2017) (MARTINS et al., 2015) (ABRELPE, 2017) (SIQUEIRA; MORAES, 2009) (BARBOSA, 2017) (ABRELPE, 2017) (CALIXTO, 2016) (SAMIZAVA et al., 2008) (SOUSA, 2012)
10. Aumento das taxas de consumo das famílias 11. Impactos sociais – trabalhadores expostos a condições precárias 12. Trabalho infantil em lixões	(VETTORAZZO; CARNEIRO, 2017) (JUNIOR; LEME; RICO, 2014) (ARRUDA, 2017)

Fonte: Elaborada pelo autor.

Diante da necessidade de implementar ferramentas para qualificar as políticas públicas voltadas à gestão de resíduos sólidos no país, o governo federal instituiu a Lei 12.305/2010, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Com isso, faz-se importante analisar como os municípios vêm implementando suas políticas públicas a partir do que estabelece a referida lei federal.

Com a aprovação de uma política nacional que aborda o tema dos resíduos sólidos, os municípios precisam implementar ações para efetivar uma gestão plena dessa matéria. Tais ações são importantes, uma vez que têm potencial para comprometer a qualidade de vida das pessoas, caso não sejam gerenciadas de maneira responsável e sustentável pelo poder público, em cooperação com sociedade (BRASIL, 2012). Dessa forma, a gestão inadequada dos resíduos sólidos constitui-se num ponto crítico para os municípios, especialmente os de pequeno porte. Frente a esse contexto, o problema de pesquisa do presente trabalho visa a verificar quais são as melhores práticas de gestão de resíduos sólidos executadas pelo município de Nova Esperança/PR. Gil (2010) indica que o problema de pesquisa deve ser apresentado na forma de pergunta. Nesse sentido, o trabalho buscou responder à seguinte questão: Quais são as melhores práticas de gestão de resíduos sólidos executadas pelo município de Nova Esperança/PR? Para responder a essa pergunta, ao longo da pesquisa, foram utilizados indicadores existentes em referenciais teóricos acerca do tema, bem como foi realizada uma entrevista junto ao Secretário Municipal de Meio Ambiente daquele município.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa consiste em um estudo exploratório, com a abordagem qualitativa ocorrendo de forma predominante. A pesquisa exploratória buscou um aprofundamento conceitual encima do objeto de estudo e dos detalhes que o circundam, utilizando-se de pesquisa bibliográfica e documental. Para Gil, (2010, p. 41), a pesquisa exploratória “tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito”. A pesquisa exploratória foi complementada por um estudo de caso, construído a partir da aplicação de uma entrevista junto ao município participante.

A pesquisa é qualitativa, pois “aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas” (MINAYO, 2010, p. 22). Durante a aplicação da pesquisa, foram utilizadas variadas formas de coleta de dados, com o objetivo de cercar o objeto de estudo por diferentes fontes, entre elas: documentos e entrevistas.

O universo de pesquisa deu-se, inicialmente, no campo bibliográfico, mediante consultas a: livros, periódicos e demais produções científicas que fazem parte desse roteiro, bem como pesquisas em documentos institucionais, legislações, resoluções específicas e portais eletrônicos, relacionados ao contexto da gestão de resíduos sólidos no país.

O município que participou da pesquisa foi selecionado por conveniência do pesquisador, tendo sido adotado como critério de escolha: o fato de ser um município considerado de pequeno porte (DE ASSISTÊNCIA, 2004), a existência de uma gestão ambiental de destaque (AUDI, 2017), somado à questão da escassez orçamentária que permeia as pequenas cidades (CALIXTO, 2016). Entendeu-se como relevante analisar a correlação entre esses fatores. Somado a isso, é importante verificar como os municípios de pequeno porte se comportam diante das dificuldades de gerir os seus assuntos ambientais e de se adequar à PNRS, dentre outras situações relacionadas, como a ausência de espaços físicos adequados para a correta destinação do lixo (ROMEIRO; SOUZA; LOPES, 2014).

A coleta de dados foi desenvolvida em duas etapas, sendo que a primeira compreendeu a pesquisa documental. De acordo com Gil (2010, p. 30), a pesquisa documental “vale-se de toda sorte de documentos, elaborados com finalidade diversa”. A outra etapa do trabalho envolveu a realização de entrevista junto ao Secretário Municipal de Meio Ambiente, que foi agendada mediante contato telefônico prévio e posterior envio das perguntas, via *e-mail*.

A análise dos resultados ocorreu por análise de conteúdo. Segundo Bardin (2009, p. 19), a análise de conteúdo é “uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação”. Ou seja, é um método de tratamento das informações contidas nas mensagens (MEIRELES; CENDÓN, 2010). A análise deu-se, tanto pelo levantamento bibliográfico, como pelo teor das entrevistas, mediante a realização de um estudo de caso. A principal característica do estudo de caso é o estudo aprofundado, levando-se em consideração a compreensão do assunto investigado como um todo (FACHIN, 2006). O estudo de caso reúne o maior número de informações detalhadas, valendo-se de diferentes técnicas de pesquisa, que visam a abranger uma situação e a descrever a complexidade de um fato (MARCONI; LAKATOS, 2011).

ESTUDO DE CASO SOBRE O MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA/PR

O município de Nova Esperança, situado no estado do Paraná, possui população estimada de 28.084 pessoas (IBGE, 2017). A densidade

demográfica é de 66,27 hab/km² (IBGE, 2010). Faz divisa com os municípios de Presidente Castelo Branco, Alto Paraná e Floraí. A extensão territorial é de 401,6 km² (CIDADE, 2016).

A cidade começou a ser povoada em 1948, quando vieram correntes migratórias de todas as regiões brasileiras (HISTÓRIA, 2018). Conhecida nacionalmente como a Capital da Seda, Nova Esperança possui verões quentes e com tendência para períodos chuvosos, com clima subtropical úmido e geadas pouco frequentes (CIDADE, 2015).

Quanto à entrevista, a mesma foi respondida pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo, via e-mail, no dia 28/11/2017. A primeira pergunta buscou saber se o município utiliza lixão, cuja resposta indicou que não. A Lei 12.305/2010 (PNRS) estabeleceu que os municípios teriam 04 (quatro) anos, a partir da data da publicação, para extinguir os lixões e substituir por aterros sanitários, entre outras ações específicas (BRASIL, 2010). Nova Esperança cumpre essa disposição legal, uma vez que não utiliza lixão para destinar os resíduos sólidos que são gerados em seu território.

Na sequência, foi perguntado se o município possui aterro sanitário ou usina de compostagem. Conforme a resposta, Nova Esperança utilizava um aterro sanitário próprio, porém o mesmo precisou ser desativado. A partir da desativação, passou-se a fazer o transbordo dos resíduos para outro município. Geralmente, os municípios de pequeno porte não possuem condições financeiras para implementar aterros sanitários ou usinas de compostagem (ALBERTE; CARNEIRO; KAN, 2005). Como alternativa, restou a contratação de um aterro sanitário particular, localizado em Maringá/PR, para onde ocorre o transbordo dos resíduos. Com isso, o município realiza a destinação correta de seus resíduos sólidos, conforme determina a Lei nº 12.305/2010, que classifica os aterros sanitários como locais ambientalmente adequados (BRASIL, 2010, art. 3º, VIII). Portanto, o município de Nova Esperança atende a esse requisito legal.

A pergunta seguinte objetivou saber se o município possui Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) ou pretende implementá-lo. O gestor respondeu que o plano já foi devidamente implementado. O PMGIRS é uma previsão constante na seção IV, art. 18, da Lei 12.305/2010. Tal seção estabelece que os municípios devem elaborar e implementar os seus planos municipais, como condição para terem acesso aos recursos federais que são direcionados ao setor de resíduos (BRASIL, 2010). A implementação do PMGIRS é mais uma exigência legal que foi devidamente atendida pelo município.

Foi requerida a opinião do gestor sobre a importância da coleta seletiva. O mesmo respondeu que a importância deriva, principalmente, do aproveitamento dos materiais recicláveis que seriam levados para o aterro e passam a ser encaminhados a uma cooperativa de materiais

recicláveis, onde 30 (trinta) pessoas trabalham e tiram o seu sustento. O pensamento do gestor vai ao encontro do referencial teórico deste trabalho, uma vez que a coleta seletiva auxilia na redução do quantitativo de lixo a ser coletado e destinado pelos municípios (SILVA, 2008). Em segundo lugar, o gestor indicou que a coleta seletiva causa a diminuição do material que seria encaminhado para o transbordo em outro município, gerando redução de gastos. Sobre esse ponto, qualquer economia no setor de resíduos é bem-vinda, visto que o custo para dar conta das políticas públicas de limpeza urbana é alto, bem como as limitações orçamentárias das prefeituras são fatores que dificultam essas ações nos pequenos municípios (CALIXTO, 2016). Com isso, o entrevistado demonstra conhecer a importância da coleta seletiva que, inclusive, é um dos instrumentos principais da PNRS, conforme prevê o art. 8º, III, da Lei 12.305/2010 (BRASIL, 2010).

Também foi perguntado se o município dispõe de pontos de coleta para a logística reversa de resíduos. O secretário explicou que há um ponto de coleta de lâmpadas e outros pontos localizados nas lojas de telefones celulares, em ações específicas do município. Também informou que participa de um grupo estadual chamado “R20”, que é formado por Secretários de Meio Ambiente, que se reúnem a cada quarenta dias para discutir sobre temas como: os resíduos sólidos e a logística reversa. Conforme o gestor, através do “R20”, já foi possível implantar, juntamente com as indústrias, a coleta de pneus, remédios, móveis, garrafas de bebidas e lâmpadas. Com isso, o município demonstra que atende à determinação legal prevista no art. 9º, XV, da PNRS, que obriga os municípios a incluírem as ações de logística reversa em seus Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2010).

Outro ponto da entrevista buscou questionar se o município possui catadores de materiais recicláveis e se os mesmos são organizados em cooperativas. O gestor informou que o município fundou uma Cooperativa, denominada COCAMARE (Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis), que hoje trabalha com trinta cooperados. Também informou que a prefeitura possui um convênio com essa cooperativa e que repassa, mensalmente, R\$ 9.000,00 (nove) mil reais, como forma de compensação pelo trabalho realizado, além de disponibilizar um barracão de 1.500m², em forma de comodato, onde são realizados os trabalhos. A existência de trabalhadores atuando em cooperativas de coleta de materiais recicláveis é reconhecida como um dos instrumentos da PNRS, conforme o art. 8º, IV, da Lei nº 12.305/2010 (BRASIL, 2010). Esse é mais um ponto em que o município de Nova Esperança atua em harmonia com a PNRS, uma vez que proporciona meios de emancipação econômica às pessoas que dependem da reciclagem para garantir a sua subsistência.

Foi perguntado se o município desenvolve programas de educação ambiental. O gestor explicou que ocorrem reuniões com

as indústrias, palestras nas escolas e panfletagem nas residências e no comércio. Além disso, são utilizados carros de som para conscientizar a população. Todas essas ações convergem para o conceito de educação ambiental que está previsto no artigo 8º, VIII, da Lei nº 12.305/2010 (BRASIL, 2010).

Na sequência, foi perguntado ao gestor, quais seriam os desafios para a efetivação de uma gestão resíduos sólidos plena em municípios de pequeno porte. Foi indicada a falta de recursos como o elemento mais desafiador no contexto da gestão ambiental. Tal afirmação corrobora o que consta no referencial teórico deste trabalho, uma vez que a limitação orçamentária para os assuntos ambientais é uma realidade a ser enfrentada pelos pequenos municípios (CALIXTO, 2016). Aliado a esse fato, o alto custo das políticas ambientais é outro elemento dificultador, visto que a gestão de resíduos sólidos abarca uma parcela expressiva do orçamento dos municípios, podendo chegar a 20% (IBGE, 2010). Dar conta de todo o volume de resíduos que são gerados traz um custo considerável aos municípios, cujos recursos já são bastante limitados (ABRELPE, 2017).

Por último, perguntou-se quais são as melhores práticas a serem executadas pelos municípios de pequeno porte para terem uma gestão de resíduos sólidos exitosa. Como resposta, foi citada a educação ambiental, o envolvimento da população e a persistência. O gestor enfatizou que, por mais que a população faça a sua parte, a divulgação das políticas ambientais deve ser constante, uma vez que a população vem de um sistema de coleta antigo e toda a mudança pode encontrar resistência. A menção à educação ambiental encontra consonância com o art. 8º, VIII, da PNRS, que a classifica como um importante instrumento norteador (BRASIL, 2010). O gestor também considera como fundamental: o envolvimento da população na gestão dos resíduos, visto que a participação comunitária nesses processos potencializa a chance de êxito das políticas ambientais. De fato, o engajamento da sociedade é importante para garantir que a gestão de resíduos sólidos ocorra de forma plena (ISLU, 2017). Sobre esse ponto, Lopes (2006, p. 103) enfatiza que “sem a participação da população, não é possível pensar na gestão dos resíduos sólidos”. Com essas boas práticas indicadas pelo município, é possível desenvolver ações capazes de gerar resultados sustentáveis para o conjunto da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabe iniciar este tópico relatando a conquista do 1º lugar nacional, obtida pelo município de Nova Esperança, na 2ª edição do Índice de Sustentabilidade da Limpeza Urbana (ISLU). O ISLU é um estudo completo que visa a medir a aderência da gestão ambiental

dos municípios às premissas da Política Nacional de Resíduos Sólidos (SELUR, 2017). Em outras palavras, o índice mede a eficiência dos municípios na sua gestão de resíduos (BARROS, 2016). O levantamento avalia quatro combinações de fatores, que são: engajamento da sociedade, impacto ambiental, recursos financeiros e coleta de resíduos. Com base nesse ranking, a paranaense Nova Esperança desponta como a cidade “mais limpa” do país (NOVA, 2016).

No que corresponde à análise do roteiro da entrevista, a mesma demonstra que a obtenção do 1º lugar no ISLU é merecida, a julgar pelas várias ações de destaque que são desenvolvidas por aquela prefeitura. Constatou-se que o município não utiliza lixão, atendendo, assim, à proibição expressa na Lei nº 12.305/2010 (BRASIL, 2010, art. 47, II). Além disso, o município realiza o transbordo dos resíduos a um aterro sanitário licenciado, que fica localizado em Maringá/PR. Dessa forma, a prefeitura executa a correta destinação final dos resíduos sólidos que são gerados no município. Além disso, já foi implementado o PMGIRS, atendendo ao que está previsto na seção IV, artigo 18, da PNRS. Com a implementação do plano, o município garante a prioridade na obtenção de recursos a serem captados junto aos entes federados (BRASIL, 2010). A logística reversa também é praticada, e tem o objetivo de recolher diversos tipos de materiais retornáveis, como: pneus, lâmpadas, garrafas e remédios.

A partir da entrevista, também se verifica que o município executa ações de reciclagem, dentro dos processos de coleta seletiva. Tais ações demonstram que o município de Nova Esperança está atuando em harmonia com a política nacional, uma vez que fundou uma cooperativa de materiais recicláveis (COCAMARE), que conta com trinta cooperados. A prefeitura repassa, mensalmente, R\$ 9.000,00 à cooperativa, bem como disponibiliza uma estrutura física para a realização dos trabalhos. Quanto ao tema da educação ambiental, o município promove palestras de conscientização em escolas, panfletagens e reuniões com indústrias, objetivando à conscientização da comunidade sobre a importância do tema. Visando à ampliação da qualidade da separação dos materiais recicláveis, a COCAMARE, juntamente com a prefeitura, assinou um termo de cooperação que visa a oferecer aulas de educação ambiental a alunos de escolas públicas e privadas do município. Esse projeto já atendeu a mais de 3.200 (três mil e duzentos) alunos, e os reflexos deste trabalho são visíveis, pois o volume de material coletado e encaminhado à cooperativa mais do que dobrou (FRANÇA, 2017).

Somado a essas ações, o gestor da pasta de meio ambiente participa de um grupo estatal denominado: “R20”, que é formado por secretários de meio ambiente de diversas cidades, que se reúnem a cada (40) quarenta dias para discutir os assuntos relacionados à gestão de resíduos sólidos, dentro de um contexto regional.

Além de todos os aspectos mencionados na análise da entrevista, o referencial teórico indicou que o município de Nova Esperança adota um sistema de orientação junto à comunidade, no sentido de que todos os moradores devem deixar o material reciclável devidamente separado para a coleta, reduzindo assim a quantidade de resíduos que são encaminhados para o aterro sanitário. Nesse sistema, foi estabelecida uma regra, ou seja: o morador que não separar o material reciclável não terá o seu lixo removido (FRANÇA, 2017). Os lixeiros só recolhem o lixo descartado que está devidamente separado. Quando os materiais estão misturados, a ordem é que seja colado um adesivo na lixeira com o seguinte aviso: “Este lixo não foi recolhido porque não está separado”, conforme o modelo demonstrado abaixo (AUDI, 2017).

Figura 1: Adesivo que é fixado nas residências onde o lixo não está separado.



Fonte: Secretário Municipal de Meio Ambiente de Nova Esperança (2017).

Quem desrespeita a norma, não tem o lixo coletado. A colagem de adesivos ocorre desde 2009, e tal medida teve o apoio da Promotoria de Proteção do Meio Ambiente do Ministério Público do Paraná. Essa prática contribuiu para a adoção de novos e salutares hábitos (FRANÇA, 2017). Para evitar o acúmulo de lixo na rua, os vizinhos informam à prefeitura, caso alguém descumpra a separação do lixo. Nesses casos, um fiscal é enviado ao local e notifica o morador. Em média, cerca de 80% das moradias da cidade separam os resíduos. Se o percentual baixar, a prefeitura disponibiliza carros de som, que passam a circular por todos os bairros do município para conscientizar a comunidade sobre a importância do tema (AUDI, 2017).

Para facilitar a separação dos materiais recicláveis, os caminhões que recolhem o lixo são acompanhados por uma carreta da cooperativa - COCAMARE. Atualmente, são coletadas cerca de 500 toneladas mensais de resíduos sólidos. Todo o material reciclável, cerca de 80 toneladas por mês, é encaminhado para a sede do grupo de reciclagem, que tem cerca de 30 trabalhadores, que recebem, em média, um salário mínimo cada. Além disso, são oferecidas capacitações frequentes para que os empregados possam atuar com segurança na área (FRANÇA, 2017).

Figura 2: (A) Caminhão de coleta de lixo acoplado à carreta de recolhimento de recicláveis, (B) Processo de segregação do material reciclável recebido na Cooperativa.



Fonte: Secretário Municipal de Meio Ambiente de Nova Esperança (2017).

A COCAMARE possui uma moderna área, com cerca de 1.500m², com refeitório, escritório e sala de educação ambiental. Além disso, está firmando parcerias com os municípios vizinhos e, em breve, irá se transformar em um polo regional de reciclagem. Reconhecida como uma cooperativa de referência, o sucesso é resultado de um trabalho comprometido e permanente por parte da administração municipal, que atua firmando parcerias e envolvendo a comunidade nesses assuntos (FRANÇA, 2017). A cooperativa mostra-se fundamental para o município, pois além de receber cerca de 80 toneladas de resíduos por mês, também proporciona oportunidade de trabalho e renda para dezenas de pessoas.

A tabela abaixo apresenta o resumo das melhores práticas de gestão de resíduos sólidos que são executadas pelo município de Nova Esperança:

Tabela 2 – Resumo das melhores práticas de gestão de resíduos – Nova Esperança/PR

Práticas	Fonte
Considerada a cidade “mais limpa” do país	(NOVA, 2016)
2. 1º lugar no Índice de Sustentabilidade da Limpeza Urbana - ISLU	(SELUR, 2017)
3. Não utiliza lixão	(ESTUDO DE CASO, 2017)
4. Transborda os resíduos para aterro sanitário licenciado, em Maringá/PR	(ESTUDO DE CASO, 2017)
5. Implementou o Plano Munic. de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	(ESTUDO DE CASO, 2017)
6. Executa ações de logística reversa para vários tipos de materiais	(ESTUDO DE CASO, 2017)
7. Realiza ações de reciclagem e coleta seletiva	(ESTUDO DE CASO, 2017)

8. Orienta a comunidade para separar os materiais recicláveis	(FRANÇA, 2017)
9. Promove a separação de materiais recicláveis em 80% das moradias	(AUDI, 2017)
10. Fundou a Cooperativa de Materiais Recicláveis (COCAMARE)	(ESTUDO DE CASO, 2017)
11. Participa do colegiado estadual de municípios denominado “R20”	(ESTUDO DE CASO, 2017)
12. Realizou aulas de educação ambiental para mais de 3.200 pessoas	(FRANÇA, 2017)
13. Promove educação ambiental: panfletagens, palestras e carro de som	(ESTUDO DE CASO, 2017)

Fonte: Elaboração Própria.

Todas essas ações demonstram que Nova Esperança/PR possui uma gestão de resíduos sólidos bastante qualificada. Através das boas práticas que foram abordadas neste estudo, é possível concluir que o município se configura como um caso de grande destaque no campo da gestão de resíduos, uma vez que executa diversas ações sustentáveis que estão previstas na PNRS. Com base nos aspectos observados, fica demonstrado que o município possui uma gestão de resíduos sólidos exemplar, servindo de referência para outros municípios. Conclui-se o estudo de caso sobre o município de Nova Esperança com a convicção de que o mesmo atende a uma série de exigências, princípios e objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), fazendo jus à conquista de títulos de destaque nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRELPE. Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. **Panorama de Resíduos Sólidos no Brasil. 2016.** São Paulo. ABRELPE. 2017. Disponível em: <<http://www.abrelpe.org.br/Panorama/panorama2016.pdf>> Acesso em: 04 dez. 2017.

ALBERTE, Elaine Pinto Varela; CARNEIRO, Alex Pires; KAN, Lin. **Recuperação de áreas degradadas por disposição de resíduos sólidos urbanos.** Diálogos & Ciência–Revista Eletrônica da Faculdade de Tecnologia e Ciências de Feira de Santana. Ano III, n. 5, 2005.

ARRUDA, Guilherme. VG Resíduos. 2017. **O que a legislação diz sobre a gestão dos resíduos sólidos urbanos?** Disponível em: <<https://www.vgresiduos.com.br/blog/o-que-a-legislacao-diz-sobre-a-gestao-dos-residuos-solidos-urbanos/>>. Acesso em: 06 jan. 2018.

AUDI, Amanda. 2017. Jornal Folha de São Paulo. Seminários Folha. **Em cidade campeã de limpeza urbana, só lixo separado corretamente é levado.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2017/10/1924751-em-cidade-campea-de-limpeza-urbana-so-lixo-separado-corretamente-e-levado.shtml>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

BARBOSA, Vanessa. Revista Exame. **Os números “malcheirosos” da gestão de lixo no Brasil**. 2017. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/os-numeros-malcheirosos-da-gestao-de-lixo-no-brasil/#>. Acesso em: 11 dez 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BARROS, Mariana. Veja. Cidades sem fronteira. 2016. **Cidades pequenas da região Sul têm a melhor gestão de lixo do país, mostra estudo**. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/cidades-sem-fronteiras/cidades-pequenas-da-regiao-sul-tem-a-melhor-gestao-de-lixo-do-pais-mostra-estudo/#>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

BRAGA, B., HESPAÑHOL, I., CONEJO, J. G. L., BARROS, M. T. L., SPENCER, M., PORTO, M., NUCCI, N., JULIANO, N., EIGER, S. **Introdução à Engenharia Ambiental**. São Paulo: Prentice Hall, 2002. v. 1, 305 p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao compilado.htm>. Acesso em: 15 fev. 2017.

BRASIL. **Lei n. 12.305 de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei_l12305.htm> Acesso em: 13 fev. 2017.

BRASIL. **Plano Nacional de Resíduos Sólidos**. 2012. Disponível em: <http://www.sinir.gov.br/documents/10180/12308/PNRS_Revisao_Decreto_280812.pdf/e183f0e7-5255-4544-b9fd-15fc779a3657>. Acesso em: 15 fev. 2107.

CALIXTO, Bruno. 2016. Blog do Planeta. **Lixão que não acaba mais**. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/blog-do-planeta/noticia/2015/07/lixao-que-nao-acaba-mais.html>>. Acesso em: 06 jan. 2018.

CIDADE, Brasil. 2016. **Município de Nova Esperança**. Disponível em: <<http://www.cidade-brasil.com.br/municipio-nova-esperanca.html>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

CIDADE de Nova Esperança. The Cities. Brasil. Paraná. Nova Esperança. 2015. Disponível em: <<https://www.thecities.com.br/Brasil/Paran%C3%A1/Nova-Esperan%C3%A7a/>>. Acesso em: 28 fev. 2018.

CONSUMO das famílias volta a crescer em 2017, após dois anos de queda. **Uol Economia**. 01/03/2018. São Paulo. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2018/03/01/consumo-das-familias-pib-2017-ibge.htm>>; Acesso em: 28 abr. 2018.

COPOLA, Gina. **A política nacional de resíduos sólidos (Lei Federal n. 12.305, de 2.8.10): os aterros sanitários de rejeitos e os municípios**. Boletim de Direito Administrativo, São Paulo, v. 27, n. 9, p. 1048-1059, set. 2011.

DE ASSISTÊNCIA, SOCIAL. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

FRANÇA, Alex. 2017. Jornal Noroeste. **Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis comemora suas diversas conquistas**. Disponível em: <<http://www.jornalnoroeste.com/ExibeNoticia/93/4929/-cooperativa-dos-catadores-de-materiais-reciclaveis-comemora-suas-diversas-conquistas.html>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

FRANÇA, Alex. 2017. Jornal Noroeste. **Nova Esperança é a primeira colocada em ranking nacional na gestão do lixo**. Disponível em: <<http://www.jornalnoroeste.com/ExibeNoticia/0/14590/nova-esperanca-e-a-primeira-colocada-em-ranking-nacional-na-gestao-do-lixo.html>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

- FRANÇA, Alex. 2017. Jornal Noroeste. **População adota novos hábitos e cidade se torna referência em coleta seletiva de lixo.** Disponível em: <http://www.jornalnoroeste.com/ExibeNoticia/91/4518/_popula-o-adota-novos-h-bitos-e-cidade-se-torna-refer-ncia-em-coleta-seletiva-de-lixo.html>. Acesso em: 13 mar. 2018.
- GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 5.ed. São Paulo: Atlas S.A, 2010.
- HISTÓRIA do município de Nova Esperança – PR.** Histórico. 2018. Disponível em: <http://www.novaesperanca.pr.gov.br/index.php?Secao=Historico_muni>. Acesso em: 28 fev. 2018.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **Cidades. Panorama. Densidade demográfica. Brasil. Paraná. Nova Esperança.** 2010. Disponível em : <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/novaesperanca/panorama>>. Acesso em: 27 fev. 2018.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **Cidades. Panorama. População estimada. Brasil. Paraná. Nova Esperança.** 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/novaesperanca/panorama>>. Acesso em: 27 fev. 2018.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008.** Rio de Janeiro. 2010a. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv45351.pdf>> Acesso em: 15 mar., 2017.
- ISLU, **Índice de Sustentabilidade da Limpeza Urbana para os municípios brasileiros.** SELUR, PWC. 2^a Edição. 2017.
- JACOBI, Pedro Roberto; BESEN, Gina Rizpah. **Gestão de resíduos sólidos em São Paulo: desafios da sustentabilidade.** Estudos avançados, v. 25, n. 71, p. 135-158, 2011.
- JÚNIOR, Gradella; Osvaldo; LEME, Júlia Severi; RICCO, Luciana Arroyo. **Trabalho e saúde: o cotidiano dos catadores de lixo reciclável.** Revista Extensão & Sociedade, v. 1, n. 7, 2014.
- LOPES, L. **Gestão e Gerenciamento Integrados dos Resíduos Sólidos Urbanos – Alternativas para pequenos municípios.** Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados.** Atlas, 2011.
- MARTINS, Luís Oscar Silva et al. **Potencial de geração de energia a partir de resíduos sólidos urbanos visando o uso do biogás como fonte alternativa de energia renovável no estado da Bahia.** Covibra. Business Conference. 2015.
- MEIRELES, Magali Rezende Gouvêa; CENDÓN, Beatriz Valadares. **Aplicação prática dos processos de análise de conteúdo e de análise de citações em artigos relacionados às Redes Neurais Artificiais.** Informação & Informação, v. 15, n. 2, p. 77-93, 2010.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 29.ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- NOVA Esperança, no Paraná, é a cidade “mais limpa” do Brasil.** 2016. INFRAROI. Retorno de Investimento em Infraestrutura. Disponível em: <<http://infraroi.com.br/novaesperanca-parana-e-cidade-mais-limpa-brasil/>>. Acesso em: 13 mar. 2018.
- ROMEIRO, Camila. SOUZA, Crisângela. LOPES, Frederico. **Discussões sobre a recuperação de áreas degradadas por resíduos sólidos urbanos.** I Simpósio Mineiro de Geografia. Das adversidades à articulação geográfica. Universidade Federal de Alfenas – MG, 2014.

SAMIZAVA, Tiago Matsuo et al. **SIG aplicado à escolha de áreas potenciais para instalação de aterros sanitários no município de Presidente Prudente-SP**. Revista Brasileira de Cartografia, v. 60, n. 1, p. 43-55, 2008.

SELUR, Sindicato das Empresas de Limpeza Urbana no Estado de São Paulo. Planilha de Custo. **ISLU, Índice de Sustentabilidade da Limpeza Urbana para os municípios brasileiros. 2ª Edição. 2017**. Disponível em: <<https://www.selur.com.br/publicacoes/islu-indice-de-sustentabilidade-da-limpeza-urbana-para-os-municípios-brasileiros-2a-edicao-2017/>> Acesso em: 15 dez 2017.

SILVA, Bárbara. **Proposta de Implantação do Projeto de Coleta Seletiva no Departamento da Polícia Federal de Ilhéus/Bahia**. Monografia. Curso de Administração. 2008.

SIQUEIRA, Mônica Maria; MORAES, Maria Silvia de. **Saúde coletiva, resíduos sólidos urbanos e os catadores de lixo**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 14, n. 6, p. 2115-2122, 2009.

SOUSA, Machado. **Política Nacional dos Resíduos Sólidos: uma busca pela a redução dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU)**. InterfacEHS-Revista de Saúde, Meio Ambiente e Sustentabilidade, v. 7, n. 3, 2012.

SOUSA, Cleide Maria de; MENDES, Ana Magnólia. **Viver do lixo ou no lixo? A relação entre saúde e trabalho na ocupação de catadores de material reciclável cooperativos no Distrito Federal estudo exploratório**. Revista Psicologia Organizações e Trabalho, v. 6, n. 2, p. 13-41, 2006.

VEIGA, Vanessa. **Análise de Indicadores Relacionados à Reciclagem de Resíduos Sólidos Urbanos no Município de Florianópolis**. Dissertação (Mestrado em engenharia de Produção). - Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2004.

VETTORAZZO, Lucas. CARNEIRO, Mariana. 2017. Mercado. **Consumo das famílias segue crescendo, mostra PIB do 3º trimestre**. Folha de São Paulo. Acesso em: 30 dez 2017.

POLÍTICAS EDUCACIONAIS EMERGENTES: as ações do PET História da África da UNIPAMPA

Muriel Pinto⁴⁹
Anderson Pereira Côrrea⁵⁰
Edemar Rivieira de Almeida Filho⁵¹

Resumo: O presente artigo visa apresentar um panorama sobre o Programa de Educação Tutorial (PET) – História da África que está em andamento na Universidade Federal do Pampa desde 2010. Nesse sentido, o texto traz uma reflexão sobre a escravidão no Brasil, sobre as políticas educacionais emergentes, e por final uma discussão sobre a política pública que é o PET - História da África. Durante o texto observa-se quais as ações que já foram realizadas e que vão a vir ser realizadas, tendo em vista que é um Programa de ensino, pesquisa e extensão, que objetiva consolidar-se como uma política Educacional voltada para a aplicabilidade das políticas étnico-raciais.

Palavras-chave: História da África; Políticas Educacionais; Políticas étnico-raciais.

ESCRAVIDÃO NO BRASIL

A luz de Maria Yedda de Linhares e seus colaboradores na Obra “História Geral do Brasil” podemos contextualizar a história do Brasil da seguinte maneira. Após a chegada dos portugueses ao Brasil no século XV eles fizeram o território “descoberto” como colônia de Portugal, extraíndo as riquezas naturais do mesmo e enviando a Europa. Nesse sentido, tentou-se por parte dos portugueses escravizar os índios, o que não deu muito certo, tendo em vista que os índios não entendiam a lógica acumulativa europeia, assim negando-se a trabalhar para os colonizadores, o que acarretou em genocídios sobre tribos que foram extintas, e também no rótulo de que índios não gostam de trabalhar.

No entanto, os europeus, sobretudo os portugueses tinham necessidade infinitas sobre produtos finitos produzidos na colônia, sendo assim, adotou-se a mão de obra escrava sobre os africanos que eram trazidos através de navios negreiros. Estes africanos que eram escravizados por povos soberanos da África para assim serem vendidos para os europeus e por seguite trazidos a colônia Portuguesa.

49 Professor Adjunto e Coordenador Acadêmico da Universidade Federal do Pampa, campus de São Borja. Professor Permanente do programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP-UNIPAMPA) e dos cursos de Graduação em Ciências Sociais – Ciência Política e das Licenciaturas em Ciências Humanas e Geografia –EAD. Tutor do Pet História da África da UNIPAMPA. E-mail: murielpinto@unipampa.edu.br

50 Professor Substituto da Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja. Licenciado e Mestre em História. Docente nos cursos de Graduação em Ciências Sociais – Ciência Política e das Licenciaturas em Ciências Humanas. E-mail: arpcorreia@bol.com.br

51 Acadêmico do Curso de Ciências Sociais – Ciência Política da UNIPAMPA. Bolsista do Pet História da África da UNIPAMPA. E-mail: edemarfilho2015@gmail.com

Do século XV ao XIX os escravos africanos eram forçados a trabalhar em minas em busca de pedras preciosas, além da produção de açúcar, e café. A população escrava era muito superior que o resto da população na colônia, isso é explicado pelo fato de que o intuito do Brasil no período do século XV até meados do XVIII era somente a produção de produtos que não podiam ser produzidos em Portugal para exportação do mesmo. Entretanto o cenário muda no momento em que Napoleão decide invadir Portugal, fazendo assim com que a corte portuguesa se instalasse no Brasil.

Buscando aliados, para derrotar Napoleão, Portugal faz uma aliança com a Inglaterra tendo em vista seu poderio marítimo, os mesmos são os que fazem a escolta da corte portuguesa até o Brasil, no entanto em troca dessa proteção a Inglaterra exige que Portugal acabe com o tráfico negreiro, o que o Brasil cumpre em partes, pois oficialmente era proibido o tráfico negreiro em alto mar, porém, informalmente continuava na mesma intensidade. Uma das consequências dessa exigência da Inglaterra é o tráfico interestadual que começa acontecer com mais intensidade no Brasil, ou seja, os escravos eram comercializados para as regiões que mais se precisava de mão de obra escrava.

O fim da escravidão no Brasil ocorre somente no ano de 1889, quando o Brasil ainda era império, apesar da escravidão ter acabado, a maioria dos escravos continuou com seus ex donos, tendo em vista que não tinham para onde ir, e muito menos como se sustentar. Podemos dizer que começa o racismo institucionalizado no Brasil, no sentido de que apesar de abolidos pelo Estado, o mesmo não tratou de incluir os escravos na sociedade o que ocasionou que os mesmos fossem marginalizados por anos.

A falta do direito ao voto, o difícil acesso a emprego – nesse período a maioria dos trabalhadores assalariados eram brancos ou europeus – a dificultação do Estado para a compra de terras para o plantio, são apenas algumas de muitas coisas que os negros após serem abolidos sofreram pela sua cor.

O Brasil foi o país que mais escravizou negros no mundo e o último que aboliu a escravidão, ou seja, foi um dos países que mais movimentou o tráfico negreiro no mundo do século XV ao XIX, o que reflete nos dias atuais em racismo, desigualdade social, marginalização. Os índios também foram marginalizados neste período, as tribos que não foram extermínadas pelos portugueses, foram escravizadas ou deixadas de lado pela sociedade e pelo Estado, ou seja, estando a margem da sociedade civil.

Diante disso podemos perceber que ao decorrer dos séculos este continente não foi estudado da maneira tal qual deveria. Isto reflete na sociedade através do racismo e a maneira em que os negros não se “reconhecem” como negros, também pelo fato de que a religião africana é vista de maneira pejorativa, pois a cultura africana ainda está à margem no Brasil.

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

O *status quo* brasileiro em relação à temática étnica racial é extremamente preocupante no Brasil, reflexo de como o mesmo foi construído, escravidão, coronelismo, oligarquias, ditaduras, governos neoliberais que visavam somente os interesses individuais e não o de um coletivo. Isso acarretou com um descaso social que se perpetuou por quase 500 anos.

Nesse sentido, os governantes federais que estavam no poder no ano de 2003, criaram a Lei 10.693/03 que visa à implementação dos estudos étnicos raciais nas escolas, mesma gestão que criou as cotas para negros nas Universidades públicas. Podemos dizer então que a partir deste momento começa uma justiça social com os descendentes de negros que foram escravizados e que têm suas vidas prejudicadas por esse histórico.

A criação da lei 10.693/03 é uma política pública, mas por que ela é uma política pública? Secchi (2010) define a política pública como uma “diretriz elaborada para enfrentar um problema público” (SECCHI, 2010).

Antes de tudo a lei 10.693/03 é uma política governamental que vem a ser uma política pública, ou seja, é uma política governamental no sentido de que foi uma iniciativa do governo atual da época. Para Leonardo Secchi (2010), tais políticas não precisam ser implementadas somente pelo Estado, às diferenciando assim em *abordagem estatista* (que defendem que somente o Estado implementa uma política pública) e *abordagem multicêntrica* (esse grupo defende que organizações privadas também implementam políticas públicas), não cabe ao artigo aqui entrar nessa discussão.

Seguindo a linha de raciocínio do autor podemos ver que as políticas públicas se dão através de macrodiretrizes estratégicas, ele cita como exemplo uma política educacional, política que visa uma justiça social através da educação que veio a corroborar com a criação da lei 10.693.

Segundo Secchi (2010) explica que uma política pública compõe outra política pública que se deriva em outra, podemos dizer que: a política educacional da gestão federal do ano de 2003 gerou uma lei que visa à implementação da temática étnica racial nas escolas, essa lei embasa o PET – História da África, ou seja, a política educacional é uma política pública, assim como a lei e o Programa de Educação Tutorial.⁵²

52 Conforme diversas literaturas sobre as políticas educacionais nos últimos anos percebe-se novas temáticas de discussão, estas que vem sendo consideradas como Políticas Educacionais emergentes. Entre estas cita-se: estudos de raça, gênero e etnia, onde observa-se na sociologia da educação a necessidade de novas epistemologias, dicotomia entre modernismo e pós-modernismo, valorização da diversidade de realidades vividas. (ver: TORRES, Carlos; MITCHELL, Teodore, 2011.)

PET – HISTÓRIA DA ÁFRICA DA UNIPAMPA: AÇÕES FORMATIVAS, PESQUISA E EXTENSÃO

Já vimos até aqui o panorama histórico do Brasil, o porquê de o PET – História da África ser uma Política Pública, novas perspectivas de ensino onde justifica-se o Programa tendo em vista sua temática, sobretudo, por sua característica de ensino e extensão. Nesse sentido, podemos dizer que temos aqui um substrato para discutirmos a práxis do mesmo.

O PET – História da África busca uma melhora na sociedade através de uma intervenção cultura, educacional e política. A tardia abolição aos escravos, e o descaso do Estado com estas pessoas após a abolição que até então eram tratadas como objetos, têm reflexos na sociedade até os dias de hoje, caracterizado pelo racismo por parte da população, mas que também é estrutural, refletindo assim nas instituições.

Tal Programa visa o estudo das temáticas da história e cultura africana e afro-brasileira através do envolvimento de estudantes de graduação das mais diversas áreas de conhecimento. Em seu plano trabalho de 2017, inserido no portal sigpet o PET -História da África apresenta como objetivo central o diálogo e troca de conhecimentos com as escolas do município e interior de São Borja e Jaguaraão.

O mesmo teve como início o estudo da Lei nº 10.693/03, no qual analisou como que esta estava sendo implementada nas escolas, este estudo foi feito em âmbito municipal, regional e federal, através de questionários para o âmbito municipal e análise de obras e artigos já existentes para âmbito regional e federal. Esta lei corrobora com o PET – História da África, tendo em vista as respectivas temáticas.

Na área da extensão o programa está representado pelo projeto “A História da África no Currículo escolar”, projeto no qual está previsto dez encontros, com os professores do município e do interior. Este curso tem como referencial teórico a coletânea da UNESCO – História da África. O presente projeto visa a capacitação dos professores nesta temática, tendo em vista que a historiografia da África é muito recente.

Neste sentido, adentraremos aqui a algumas ações que foram realizadas no ano de 2017:

A pesquisa teve como objetivo conhecer como são aplicadas as leis 10.639/03 e 11.645/08 nas escolas de educação básica em São Borja; identificar potencialidades e fragilidades na aplicação da legislação (pontos positivos e pontos negativos); produzir conhecimentos sobre a educação voltada para o respeito a diversidade; compartilhar esses conhecimentos produzidos no diálogo entre universidade e comunidade; fazer o levantamento os recursos didáticos disponíveis nas escola.

O mesmo ainda tem como metodologia a leitura da bibliografia com foco nas categorias conceituais, referências teóricas, metodologia empregada. Descrever os resultados obtidos nessas produções (fichamento); leitura de

textos que explicam a lei 10.639/03; leitura de material teórico (referências teóricas em Educação e em pesquisa em Educação); leitura sobre metodologia de pesquisa em Educação; leitura sobre estudos que abordam o mesmo tema; definição das técnicas e estudo das técnicas de pesquisa; produção de um questionário aberto (semiestruturado); identificação das Escolas e do público alvo, visita nas escolas públicas em São Borja; realização das entrevistas com os coordenadores pedagógico, com os professores e alunos; transcrição das informações, com técnicas de análise de conteúdo e de discurso, transformar as informações em dados, classificar, produzir quadros e tabelas e analisar; utilizar das informações levantadas desde a revisão bibliográfica até a análise dos dados, para elaborar um relato da pesquisa e seus resultados. Utilizar desse relato para a confecção de um Artigo científico; a partir do relatório de pesquisa, fazer uma síntese do conteúdo, e confeccionar slides para melhor divulgar e comunicar os resultados da pesquisa; através de um encontro com os professores que participaram da pesquisa apresentar o relato utilizando dos slides elaborados para esse fim.

O Pet História da África da UNIPAMPA, iniciou suas atividades no campus de São Borja, em novembro de 2016. Nestes últimos meses foram realizadas diversas ações do Programa, tanto internas entre os coordenadores e bolsistas, como com a comunidade externa da UNIPAMPA.

Quadro 1: Ações desenvolvidas pelo Grupo PET História da África em São Borja-RS

Ações	Temática	Parceria
Criação de ações comunicacionais e produtos educomunicacionais do PET	Marca, criação de Fan Page e blog, flayers das ações	Agências de publicidade, Empresa Júnior e Tv web do campus de São Borja da UNIPAMPA
Revisão de literaturas e legislações sobre as temáticas étnico-raciais	Revisão bibliográfica	Grupo PEt
Curso de Formação para os Professores Municipais – Semana Nacional dos Museus	Respeito as questões étnico-raciais	Secretarias Municipais da Educação e cultura de São Borja e Museu Apparício Silva Rillo
Curso de Formação sobre História da África para professores da rede pública	História da África	Escolas da rede Pública de São Borja
Formação interna e Mini-cursos com o Grupo Pet com acadêmico Africano PEC-G	História e cultura de Benin	Aluno PEC-G
Oficina de cartografia africana para alunos da rede básica	Geografia da África	Escola Técnica Estadual
Parceria na criação do NEABI da UNIPAMPA, São Borja	Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena da UNIPAMPA	UNIPAMPA, Campus de São Borja
Nucleação de grupos PET's nas escolas públicas da cidade	Institucionalização do PET	Escolas Estaduais (Apparício Silva Rillo; Cesb, Arnaldo Matter e Olavo Bilac) Escola Municipal (Ubaldo Sorrisinha da Costa).

Socialização de materiais, documentos e literaturas sobre as questões étnico-raciais	Fan Page Pet História da África e materiais didáticos pedagógicos	Bolsistas do Programa
Produções científicas do Grupo Pet	Eventos nacionais e internacionais: Cointer – Congresso interdisciplinar de Ciências Humanas da UNIPAMPA e Emiculc (Encontro Missionário Interdisciplinares em Cultura)	Bolsistas do Programa
Dialogo e planejamento de ações com bolsistas do Campus de Jaguarão	Planejamento e execução de ações	Campus de Jaguarão

Figura 1: Mosaico das ações do Pet História da África em São Borja



Conforme se observa no quadro e nas imagens acima o grupo Pet História da África da UNIPAMPA, vem desenvolvendo neste ano de 2017 diversas ações no município de São Borja. Estas ações estão relacionadas com variadas temáticas e articuladas com instituições educacionais, culturais, secretarias municipais, com professores e alunos da rede básica de ensino.

Entre as ações realizadas destaca-se três frentes de trabalho: **as ações comunicacionais** (Tutorial); **Ações formativas e produção de conhecimento** (internas e externas) e **articulações com outras instituições** (escolas, campus de Jaguarão e Neabi's)

As desigualdades étnicas e sociais são reproduzidas cotidianamente no imaginário social que desconhece ou desvaloriza a presença da população negra na história do Brasil e na cultura brasileira. Todavia, decorridos 15 anos de implementação da lei, o corpo docente da educação básica ainda carece de subsídios que instrumentalizem suas práticas pedagógicas e a discussão sobre o currículo. Essa situação é agravada conforme a distância dos grandes centros, dado a carência de cursos de especialização. Nesse sentido, a realização de cursos na modalidade presencial favorece em escala local a instrumentalização dos atores da educação básica e, de forma indissociável, a formação de acadêmicos em Licenciatura em Ciências Humanas, mediante o envolvimento na execução, planejamento e grupos de estudos da temática referente à lei 10.639/03.

A UNIPAMPA, como instituição de ensino público tem a vocação e a capacitação humana para atender a formação continuada de docentes locais na adequação à legislação e a uma educação antirracista. É salutar o desenvolvimento de cursos e ambientes de discussão referentes à promoção de uma educação antirracista nas práticas escolares, na reflexão do currículo escolar na esfera local. O curso favorece a formação de acadêmicos no envolvimento reflexivo de uma educação antirracista e a formação continuada de docentes do município de São Borja.

Por fim, é imprescindível destacar a importância da realização do curso nos municípios da região noroeste, os quais têm na UNIPAMPA São Borja um polo regional de formação acadêmica e continuada para os docentes. Dessa forma, o curso em módulo intensivo será replicado nos 17 municípios da 35º e 32º CRE. Objetiva-se ampliar o potencial de extensão, contribuir na formação docente e em uma educação de qualidade e antirracista em municípios da região noroeste do Rio Grande do Sul.

O presente curso de formação continuada tem como objetivos, refletir sobre a educação voltada para a diversidade; instrumentalizar os educadores para o ensino da história e cultura dos povos africanos e afro-brasileiros; contribuir com a formação continuada dos docentes do município de São Borja, assim como os egressos do curso de Licenciatura em Ciências Humanas; estimular reflexões sobre o racismo e as desigualdades de origem étnicas no Brasil; desenvolver propostas de trabalho para serem desenvolvidos nas práticas didáticas dos docentes da rede pública de São Borja; oportunizar espaços de discussão, reflexão e ação sobre as temáticas do ensino da História e cultura africanas e afro-brasileira aos acadêmicos do curso de licenciatura em ciências humanas.

O presente curso visava os seguintes resultados: a qualificação de docentes do ensino básico para o atendimento à lei 10.639, de 2003; contribuir para o desenvolvimento de reflexões e ações no currículo da educação básica em São Borja; aproximação, diálogo e trocas entre a educação básica e o ensino superior no município de São Borja; envolvimento de acadêmicos da UNIPAMPA no desenvolvimento e

reflexão das práticas pedagógicas e currículo; oportunizar mecanismos de permanência e desenvolvimento docente de acadêmicos do curso de Licenciatura em Ciências Humanas.

Diante disso, podemos dizer que esta atividade foi realizada com sucesso, foi disponibilizado um curso de formação continuada para professores da rede pública da cidade de São Borja, nestes encontros desenvolvemos a temática da História da África, embasada na Coleção História Geral da África - UNESCO. Sendo dividida a leitura das Obras em 10 aulas, alcançando assim todos seus resultados esperados.

No ano de 2017 também foram realizadas outras atividades e que o PET – História da África realizará e vem realizando no ano de 2018, como os Estudos Cartográficos itinerantes (O PET vai as escolas), nesse sentido, pretende-se conhecer a África a partir do estudo cartográfico e levar formas diferentes de explorar o conhecimento sobre a África às Escolas de Educação Básica. O estudo da cartografia possibilita conhecer as representações do espaço dentro de determinados temas e conjunturas numa perspectiva interdisciplinar.

A presente atividade tem como objetivo conhecer o continente Africano (História, Cultura, Geografia, Política, etc.); conhecer as técnicas cartográficas e o uso didático da cartografia; elaborar estudos cartográficos temáticos (interdisciplinares) sobre a África; elaboração de Plano de Aulas, com recurso de mídias e aplica-los. (confecção de slides); disponibilizar os Planos de Aula e suas ferramentas didáticas na internet; levar até as Escolas de Educação Básica, através de agendamento prévio, oficinas de história da África a partir de estudos com mapas.

O projeto será desenvolvido a partir das seguintes etapas: Repensar a ordem dos fatores. Sendo assim haverá apresentação do Programa de Estudos e da metodologia (organização e divisão de tarefas); seminários: Pré História da África; África Antiga; África do século VII ao XI; África do Século XI ao XV; África do Século XVI ao XVIII; África do Século XIX à 1880; África sob dominação colonial: 1880 a 1935; África desde 1935; realizar resenhas das obras que abordam o uso da cartografia como recurso didático do conhecimento espacial. (Fichamento); realizar sínteses das obras que abordam os aspectos técnicos dos estudos cartográficos (escalas, coordenadas, SIG, legendas, topografia); cada petiano, ou em duplas, escolhe um tema para abordar a África: (economia, política, antropologia/etnias, sociologia, história) e elabora um estudo a partir da cartografia presente nos livros história Geral da África. Poderão também, na falta, construir esses mapas. Comparar seus resultados com o artigo *o mapa rosa*; a partir da pesquisa nos livros de História Geral da África, realizar a abordagem temática (sociológica, antropológica, política, econômica) de acordo com o interesse do petiano. Realizar um relatório (artigo) e elaborar um plano de aula para apresentação didática; aplicação dos Planos de Aula em oficinas ofertadas às Escolas de Educação Básica,

previamente agendadas com o PET.

Nesse sentido, esperamos que os petianos terão um conjunto de conhecimentos didáticos e técnicos de forma interdisciplinar com várias interpretações sobre a África. Os bolsistas terão conhecimentos técnicos de leitura cartográfica. Será disponibilizado na internet os Planos de Aula e os recursos didáticos produzidos no Projeto. Apresentação de trabalhos em eventos científicos - publicação de artigos em periódicos - produção de TCC - fortalecimento das ações do PET História da África.

No ano de 2018 tem-se o objetivo de o grupo do PET – História da África escrever um livro sobre a temática étnico racial, abordando de diversos vieses. O presente projeto assim como o nome da atividade já diz, contempla a realização de um livro sobre a História da África, cultura afro-brasileira e a negritude em São Borja, onde abordará os seguintes assuntos: Religiosidade; história política, a sociabilidade e os clubes do município; escravidão; imigração de Africanos na fronteira; educomunicação e História da África; a inserção dos africanos no mercado de trabalho e racismo; literatura africana e práticas pedagógicas; alforrias; aplicação da lei 10.639/03 nas escolas e as ações do PET - História da África nas mesmas; o livro também contará com uma introdução onde será relatado as ações do PET no município de São Borja, também será destinado um capítulo aos bolsistas de Jaguarão, para compartilharem as ações que promoveram no respectivo município.

O presente livro se justifica pela sintetização das pesquisas realizadas nos respectivos municípios, para que assim as futuras gerações, tenham acessibilidade aos estudos realizados sobre a temática História da África, culturas afro-brasileiras e a negritude no município de São Borja.

Temos como objetivos disponibilizar de maneira acessível o material para quem tiver interesse na respectiva temática; perpetuar as referentes pesquisas para as futuras gerações; incluir o livro nas bibliotecas das escolas do município de São Borja; disponibilizar novas metodologias de aprendizagem na questão étnico-racial.

Esperamos como resultado desta atividade o fácil acesso a um material com a temática africana e afro-brasileira no município de São Borja, tendo em vista que diante da pesquisa parcial realizada no ano de 2017, foi percebido que o acesso a esse tipo de material é escasso, vale ressaltar aqui, que isso é um problema que o Brasil enfrete em um todo, motivo pelo qual corrobora com a importância da lei 10.693/03 e o PET – História da África.

Outra atividade que vem se realizando e se realizará no ano de 2018 é a pesquisa sobre os representantes negros no legislativo no município de São Borja. Nesse sentido, o presente projeto visa realizar uma pesquisa sobre a relação da negritude nos meios sociais e suas representatividades no legislativo no município de São Borja, com isso busca-se encontrar quem são estes representantes, quando representaram, a relação social que

os mesmos tinham com seus representados, tendo em vista que conquistar tal representatividade é muito difícil para a negritude, por diversos fatores.

A presente pesquisa tem como objetivo encontrar os fatores que dificultam a representatividade da negritude no legislativo do município de São Borja; fazer uma comparação de quantos negros se candidatam e quantos são eleitos; descobrir se a representatividade ocorre antes das eleições ou somente a partir dela; levantar e analisar história política negra em São Borja (principais atores e suas relações com os ex-presidentes da República, Getúlio Vargas e João Goulart).

Diante disso, esperamos encontrar o porquê de haver poucos representantes negros no legislativo em São Borja ao decorrer de sua história, sendo esse mais um motivo que corrobora com a lei 10.693/03 e o PET – História da África.

O Programa também visa realizar intervenções nos cursos de graduação e pós graduação no Campus da UNIPAMPA – São Borja. Estas As intervenções do PET - História da África pretendem trabalhar conhecimentos relacionados às temáticas africanas e afro-brasileiras de forma interdisciplinar e que possa dialogar com a formação dos discentes dos diversos cursos (Ciências sociais/ciência Política, Comunicação Social/ Jornalismo/ Publicidade e Propaganda, Relações públicas, Serviço Social e Licenciatura em Ciências Humanas, Mestrado em Políticas Públicas) de forma a contribuir na implementação da Lei 10.639/03 e 11.645/08.

As mesmas têm como objetivo conhecer a História da África pré-colonial, colonial e os processos de independência; conhecer a cultura dos povos africanos; conhecer a história dos africanos e afro-descentes no Brasil Colonial, imperial e republicano e em especial no Rio Grande do Sul; conhecer a contribuição cultural dos africanos e afrodescendentes no Brasil e em especial no Rio Grande do Sul; conhecer os movimentos sociais negros; conhecer as políticas públicas voltadas para a inclusão e a diversidade étnica; conhecer o debate e as discussões sobre os negros e a comunicação social, relações públicas.

Nesse sentido, Espera-se que os futuros profissionais, dos diversos cursos, tenham habilidade para trabalhar com a diversidade étnica e cultural. Que sejam multiplicadores e formadores.

O PET – História da África realizou nos dias 23 e 24 de fevereiro do ano de 2018 um curso para os docentes e equipes diretivas das escolas vinculadas a 35^a Coordenadoria Regional da Educação do RS, que abarcou os municípios de São Borja e Santiago. Nesse sentido, o mesmo justifica-se por propor a reflexão sobre as novas políticas educacionais emergentes, como as questões étnico-raciais, e suas aplicabilidades e metodologias de ensino-aprendizagem em sala de aula.

O presente projeto teve como objetivo realizar uma ampla discussão sobre as políticas educacionais étnico-raciais (indígenas e negritudes); disponibilizar metodologias de ensino para aplicabilidade

em sala de aula; aproximar o PET História da África e a UNIPAMPA, Campus de São Borja das comunidades escolares da região; criar redes colaborativas entre o PET e os docentes da rede estadual; realizar um diálogo entre as humanidades negras e indígenas regionais com as novas perspectivas da nova Base Comum Curricular Nacional.

Como foi exposto até aqui, o PET – História da África vem desenvolvendo diversas ações e atividades voltadas a temática étnica racial na sociedade de São Borja, vale ressaltar que além das atividades descritas anteriormente outras foram realizadas no ano de 2017 e serão realizadas no ano de 2018, no entanto, achou-se necessário não descrevê-las na sua totalidade, tendo em vista que o sentido do presente trabalho é apresentar o Programa, porém, sobretudo, justificar a importância do mesmo à sociedade como um todo.

Nesse sentido, podemos dizer que o presente trabalho justifica-se por ser uma política pública educacional, federal que visa dar suporte as leis que tornam obrigatório o ensino das questões étnico-raciais na rede básica e superior de ensino. Neste sentido o PET – História da África é um programa que vislumbra trazer para ao debate a necessidade urgente do reconhecimento e melhor compreensão da importância do continente africano e das negritudes nacionais para a formação da identidade nacional brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto o grupo PET – História da África em São Borja vem realizando ações de pesquisa (revisão de legislação e aplicação de questionários nas escolas) e extensão (Oficinas e diálogos com as comunidades e instituições negras da cidade e com outras minorias étnicas e escolas da cidade) e ações de ensino (cursos de formação e socialização com docentes e discentes da rede básica de ensino de São Borja). Espera-se assim que tais ações desenvolvidas pelo Programa contribua ao detrimento das desigualdades sociais, refletidas pelo racismo.

Através deste, viemos comprovar que o PET – História da África é uma política pública, e que prevê a partir disto uma conscientização e a posteriori diminuição da desigualdade social, tendo em vista o plano do Programa e maior difusão do conhecimento sobre a historiografia e cultura da África, assim como sobre a cultura e dinâmicas sociais afro-brasileira.

Para caracterizar-se política pública citemos três etapas: Implantação, Implementação e enraizamento. Sendo assim o PET – história da África está na etapa da Implementação. Com a expectativa que se enraíze nas comunidades, onde a população terá autonomia do Programa.

Diante disso, enfatizamos a importância do Programa no município e interior de São Borja, tendo em vista que esta temática étnica racial é pouca abordada nas escolas e quando abordada na maioria das vezes é abordada de maneira pejorativa. Assim prejudicando a identidade do afrodescendente em relação a sua origem e sua cultura

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2013. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília.

LINHARES, Maria Yedda (org.). **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

UNIPAMPA. **Plano Trabalho do Pet História da África**. São Borja: 2017.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, v. 133, 2010.

TORRES, Carlos Alberto. **Teoria crítica e sociologia Política da Educação**. In: TORRES, Carlos; MITCHELL, Theodore. **Perspectivas Emergentes e Novos pontos de partida**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2011.

